



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Psicologia

Aline Lima Tavares

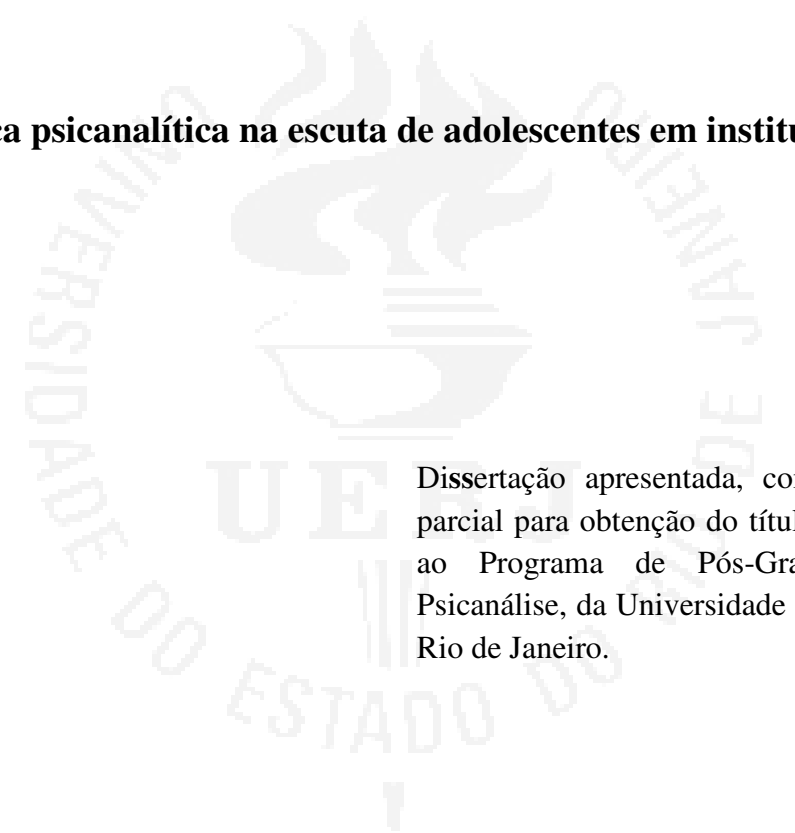
A ética psicanalítica na escuta de adolescentes em instituições

Rio de Janeiro

2014

Aline Lima Tavares

A ética psicanalítica na escuta de adolescentes em instituições



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sonia Alberti

Rio de Janeiro

2014

Aline Lima Tavares

A ética psicanalítica na escuta de adolescentes em instituições

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Sonia Alberti (Orientadora)
Instituto de Psicologia da UERJ

Prof.^a Dr.^a Doris Rinaldi
Instituto de Psicologia da UERJ

Prof. Dr.^a Vera Pollo
Universidade Veiga de Almeida

Rio de Janeiro
2014

RESUMO

TAVARES, Aline Lima. A ética psicanalítica na escuta de adolescentes em instituições. Dissertação (Mestrado em Psicanálise) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Partindo das questões colocadas pela clínica com adolescentes, mais especificamente em dispositivos públicos destinados a jovens em situação de risco social e/ou conflito com a lei, a presente dissertação versa sobre a importância do fazer do psicanalista na instituição, uma vez que é somente ao escutar os adolescentes que se abre a possibilidade deles próprios se responsabilizarem pelo seu destino. Na contramão de propostas universalizantes, que visam adaptação, adestramento, educação, propõe-se operar uma escuta a fim de verificar a que o sintoma está respondendo, que gozo o sintoma vem delimitar. Definida como um “golpe de real” que deixa o sujeito sem palavras, em psicanálise a adolescência corresponde a uma etapa lógica de articulação do sujeito na estrutura, marcada pelo encontro com o sexo e com a falta no Outro. Através do relato de fragmentos clínicos atendidos por nós nas instituições supracitadas e do estudo dos dois casos de adolescentes atendidos por Freud – Dora e a jovem homossexual – verificou-se que na puberdade o sujeito está sempre às voltas com a reatualização do drama edípico e que as dificuldades da adolescência são proporcionais à ferocidade do supereu, formado a partir da incorporação dos pais que se dá através da identificação com eles na infância. Ressalta-se a importância do Outro social, que deve fornecer ao jovem o desejo de viver, apoio e amparo, num momento em que as condições de seu desenvolvimento o compelem a afrouxar os vínculos com a casa dos pais e a família.

Palavras-chave: Adolescência. Ética da psicanálise. Instituição. Constituição do sujeito. Supereu.

ABSTRACT

Based on the questions posed by adolescent clinical, more specifically in public devices aimed at young people at risk of social and / or conflict with the law, this versa dissertation on the importance of making the psychoanalyst in the institution, since it is only the listen teens who opens the possibility of them taking responsibility for their own destiny. Contrary to universalizing proposals which seek adaptation, training, education, proposes to operate a wiretap order to verify that the symptom is responding, that joy comes delimit the symptom. Defined as a "real coup" that leaves the subject without words in psychoanalysis adolescence represents a logical step in the articulation of the subject structure, marked by the encounter with sex and with the lack in the Other. Through the reporting of clinical fragments served by us in the above institutions and the study of two cases of adolescents attended by Freud - Dora and the young homosexual - it was found that at puberty the subject is always involved in the actualization of the oedipal drama and the difficulties of adolescence are proportional to the ferocity of the superego, formed from the merger of the parents is through identification with them in childhood. We stress the importance of social Other, which should provide the young the desire to live, support and protection, at a time when the conditions of their development compel to loosen ties with his parents' home and family.

Keywords: Adolescence. Ethics of psychoanalysis. Institution. Constitution of the subject. Superego.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO: EFEITO DA ENTRADA DO HOMEM NO MUNDO DA LINGUAGEM	14
1.1 O esquema L.....	16
1.2 O grafo do desejo	20
1.3 Do instinto à pulsão	22
1.4 O supereu em Freud	27
1.5 Sobre a crueldade da instância superegóica: o caso de Dostoievski	30
1.6 A morte do pai primevo: o supereu como herança arcaica	32
1.7 Formulações sobre o supereu em Lacan	34
1.8 Articulações sobre o supereu em nossa prática profissional	36
1.9 Para-além da petrificação significativa: alienação e separação	41
2 ADOLESCÊNCIA E PSICANÁLISE	44
2.1 O complexo de Édipo em Freud	47
2.2 O caso Dora	50
2.3 A jovem homossexual	54
2.4 O complexo de Édipo em Lacan	58
2.5 Supereu e adolescência	62
2.6 A importância do Outro social na adolescência	66
3 FRAGMENTOS CLÍNICOS.....	70
3.1 DEGASE	70
3.2 Centro Integrado de Tratamento ao Uso e Abuso de Drogas (CITUAD)	73
3.3 O que aprendemos com Marcos?	76
3.4 A importância dos agentes socioeducativos: a psicóloga por testemunha	77
3.5 Uma nova direção	81
3.6 Crime e castigo: a história de Thiago	84
3.7 Ruan e o real do corpo	96
3.8 Wallace: que lugar para o sujeito nas instituições públicas de Assistência Social?	101
3.9 A carta roubada e a adolescência: o sujeito em questão	106
CONCLUSÃO	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115

INTRODUÇÃO

“Que renuncie a isso [à prática como psicanalista], portanto, quem não conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época. Pois, como poderia fazer de seu ser o eixo de tantas vidas quem nada soubesse da dialética que o compromete com essas vidas” (Lacan, 1953, p. 322).

Em 2008, quando foi lançado o filme brasileiro *Última parada 174*, dirigido por Bruno Barreto, escrito por Bráulio Mantovani, e baseado em uma história real, acabávamos de iniciar um trabalho no cargo de psicólogo na Secretaria de Assistência Social do município de Niterói, mais especificamente num setor de atendimento à população em situação de rua.

Desde o início, chamava nossa atenção o fato de os jovens que faziam das ruas da cidade sua moradia, nunca comparecerem ao nosso setor demandando algo, diferentemente dos adultos, que diariamente chegavam com os mais diversos pedidos: abrigo, passagens, comida, banho. Era como se os jovens soubessem que os serviços oferecidos pouco os ajudariam: tratava-se apenas de um engodo. Nesse contexto, encontrávamos os adolescentes quando eles eram literalmente recolhidos das ruas por operações de caráter extremamente repressivo, realizadas pelo Governo do Estado em parceria com a Prefeitura, cujo objetivo era levar as pessoas em situação de rua para abrigos públicos de forma compulsória. Os víamos também quando recebíamos ligações de moradores da zona sul da cidade, ora incomodados, nos pedindo para ir até o local em que residiam a fim de que conversássemos e, conseqüentemente, retirássemos de lá os jovens que faziam algazarra em frente aos seus condomínios; ora preocupados, quando esses mesmos jovens, provavelmente devido ao uso de drogas, dormiam há horas sob a luz de um sol forte, dando a impressão aos que passavam de que estavam “mortos ou desmaiados”. Nesse momento de nossa trajetória profissional, nos deparamos pela primeira vez com adolescentes que pareciam portar em sua carne uma dor que os dilacerava, da qual não suportavam falar, mas que, sem dúvida, os movia.

Intrigava-nos muito que estes jovens recusassem a “ajuda” oferecida pelo poder público (abrigo) e que não conseguissem contar suas histórias de vida. Quando perguntávamos sobre suas famílias, nos diziam “tia, sobre isso não quero falar”, o que escutávamos como “sobre isso, não consigo falar” ou ainda “sobre isso, não suporto

falar”. Vale assinalar que também Sandro, protagonista de *Última parada 174*, quando questionado pela funcionária da ONG que o acompanhava sobre sua história, não consegue responder. É apenas após a chacina da Candelária, quando ela o convoca a “colocar a boca no trombone” sob a forma de um *rap*, que ele consegue dizer a sua história, que aqui pontuamos:

Eu vou contar uma história / que um dia aconteceu, / de um filho de uma mãe. / Que ela foi pro céu, / ele era pequeno, / ela era gente boa. / E aí veio o veneno: / e ela morreu à toa, / o menino cresceu. / Ele sempre se fodeu. / Sem casa pra viver, / sem rango prá comer, / dormindo na sarjeta, / mijando na valeta... / É a vida na rua, / realidade nua e crua. / O pior de tudo / aconteceu na Candelária! / Quando os vermes brotaram, / não sobrou ninguém na área: / quem não fugiu, morreu. / Só viveu quem se escondeu. / Fica ligado na notícia / o culpado é a polícia!.

Inicialmente, portanto, foi o cinema nacional que nos permitiu entender um pouco do que se passava com aqueles adolescentes, que faziam escolhas de vida tão mortíferas. Confessamos que, num primeiro momento, nos questionamos sobre como a psicanálise poderia nos auxiliar diante da realidade que se impunha a nossos olhos. Com o tempo, porém, percebemos que sem a psicanálise a discussão não avançava: a equipe se detinha em relatar inúmeras situações em que os adolescentes se envolviam, sem ser capaz de fazer uma leitura delas, o que gerava uma impossibilidade de se posicionar na condução de cada caso. Ali, onde não se recorria à psicanálise, a prática era acéfala – sem direção e extremamente angustiante – tanto para quem a sustentava, quanto para os adolescentes, que padeciam da falta de efeitos desta, o que atestavam em suas constantes atuações.

Observávamos que vigorava na instituição uma ética semelhante à aristotélica, ética do caráter, que prevê adestramento, educação, “ciência do que deve ser feito”. Segundo o discurso dos educadores sociais (funcionários de nível médio que integravam a equipe do setor de atendimento à população em situação de rua há muitos anos) e de alguns colegas da equipe técnica, os jovens usuários do serviço eram “casos perdidos” e precisavam de “uma lei mais rígida para se comportar”. Esses funcionários pouco se questionavam sobre a eficácia do sistema de atendimento, não se indagando sobre “o que fazíamos ali, se éramos incapazes de acolher/atender para além da pura burocracia?”.

Lacan (1959-60), ao escrever sobre a ética, formula que para Aristóteles a exploração ética incide sobre o domínio do ideal, “senão do irreal”, ao que questiona: “como é que, no sujeito, a adequação pode ser obtida, quem o fará entrar nessa ordem e

submeter-se a ela?” (LACAN, 1959-60, p. 33). Designa, então, que a psicanálise explora a dimensão ética em relação ao real, alertando-nos contra “a falcatura benéfica de querer-o-bem-do-sujeito”.

Segundo Rinaldi (1996), ao centrar sua reflexão sobre a ética, Lacan pretende distanciar-se não só do caráter prescritivo, em termos de valores e ideais de conduta, como também da moral entendida como conjunto de regras que funciona como sistema de coerção social. Assim, a ética da psicanálise não propõe nenhuma utopia, no seu horizonte não há nenhum bem a atingir: “o que a via aberta por Freud permite enfatizar é a função fecunda do desejo no direcionamento da ação humana, que está no centro da discussão ética” (RINALDI, 1996, p.68).

Após mais de um ano de trabalho no setor de atendimento à população em situação de rua, devido ao nosso interesse pelos jovens, fomos transferidos para uma Casa de Passagem/Abrigo, instituição de acolhimento para meninos com idade entre 13 e 18 anos, em situação de risco social¹. Foi lá que pudemos escutar e conhecer um pouco mais da história desses adolescentes, formulando as questões que instigaram esta pesquisa.

Atualmente não trabalhamos mais nas instituições referidas. Porém, os questionamentos que lá se originaram continuam a nos mover, razão tanto de nossa escrita, quanto de nosso trabalho posterior, realizado no Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro, instituição responsável por executar as medidas de privação de liberdade determinadas pelo poder judiciário aos adolescentes que cometeram ato infracional.

Palombini (2010), ao discutir as situações-problema enfrentadas pelo profissional psicólogo que trabalha nas instituições públicas brasileiras, assinala que diante dos impasses encontrados, se apresentam apenas dois caminhos: ou o impasse é vivido como impotência, jogando-nos na paralisia, ou é tomado como enigma, desafiando-nos a seguir buscando as vias possíveis de fazer operar a clínica. Ressalta, então, que tomar como enigma todo e qualquer impasse com que a experiência clínica nos confronta é uma posição ética da qual não podemos retroceder.

¹ Define-se por situação de risco social aquela em que crianças e adolescentes estão expostos a fatores que transgridam sua integridade física, psicológica ou moral, por omissão da família ou do Estado (Brasil, 1990). Vale ressaltar que a maior parte dos adolescentes abrigados na Casa de Passagem lá se encontrava ou por estar ameaçada pelo tráfico na comunidade onde sua família reside ou por se encontrar em situação de rua, condição que obriga o Conselho Tutelar a expedir medidas protetivas de abrigamento.

Segundo Alberti (2000), a psicologia clínica não é externa ao campo político, social, jurídico, nem mesmo econômico. Donde, a própria ética com a qual o psicólogo deve abordar um caso – independente de este ser o de um adolescente, de sua família ou mesmo de um membro da equipe encarregada de seus cuidados –, se define, necessariamente, na articulação desses campos. Além disso, a autora considera que o cotidiano do trabalho do psicólogo em uma instituição só tem a ganhar se ele pode ser fundamentado não apenas em articulações teóricas que norteiem as intervenções, como também nas preocupações de pesquisa, que garantem aos trabalhadores do nosso campo, a possibilidade de dividir com seus pares, para além do círculo institucional, as impressões e os aprendizados advindos de sua prática, sendo, ao mesmo tempo, via de elaboração das dificuldades que a experiência, por definição, impõe.

No primeiro capítulo, traçamos um percurso pela constituição do sujeito. Devido ao desamparo em que nasce o bebê humano, ele precisa assujeitar-se ao campo do Outro, da linguagem e dos significantes. A linguagem, no entanto, constitui um muro: ao mesmo tempo em que funda o sujeito a partir do Outro, o impede radicalmente de entendê-lo. Analisando a primeira experiência de satisfação freudiana, foi possível constatar que quando o Outro vem em socorro da criança, que emite seus primeiros apelos com seus gritos, uma parte dessa experiência é inscrita na memória, na cadeia associativa, significativa, porém outra parte permanece inassimilável, perdida para sempre: trata-se de *das Ding*, a Coisa, objeto miticamente perdido que o sujeito passa a existência a tentar reencontrar. A exigência de satisfação absoluta da pulsão nos levou a estudar a compulsão à repetição, o sentimento inconsciente de culpa e o imperativo superegóico. Traçamos as origens da instância psíquica denominada supereu, articulando-a ao processo de identificação, ao complexo de Édipo e à morte do pai primevo. A partir da análise freudiana do famoso escritor russo, Dostoievski, ressaltamos a face cruel e tirânica da instância superegóica, que não pode deixar de ser associada à pulsão de morte. Também indicamos exemplos da severidade superegóica no comportamento dos criminosos, dos arruinados pelo êxito, na reação terapêutica negativa, no masoquismo e nas fantasias de espancamento. A partir de uma revisão dos primeiros Seminários de Lacan, observamos mais detidamente a relação entre o supereu e a entrada na linguagem: “há no homem um significante que marca sua relação ao significante, e a isso se chama supereu” (LACAN, 1956-57, p.216) ou ainda: “o

masoquismo original deve ser situado em torno dessa primeira negativização, desse assassinio originário da Coisa” (LACAN, 1953-54, p. 201). Por fim, articulamos a primeira experiência de satisfação às operações de alienação e separação – assinaladas por Lacan (1964) em *O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* – indicando que o sujeito advém tanto do campo do Outro enquanto tesouro dos significantes, como de uma relação na qual subsiste uma falta, um resto sem representação, apontando, assim, uma possibilidade de o sujeito romper com o circuito da compulsão à repetição.

No segundo capítulo, partindo dos apontamentos de Freud (1905) sobre a puberdade nos *Três Ensaios sobre a teoria da sexualidade*, em que afirma que trata-se de um período no qual a vida pulsional reaparece com toda força, interrompendo o sono de um Édipo adormecido, retomamos o caso das duas jovens adolescentes atendidas por Freud, Dora e a jovem homossexual, assinalando o quanto elas se encontravam às voltas com a reatualização do drama edípico e com as decepções e incompletudes que escancaram a inexistência da relação sexual. Paralelamente ao trabalho de subjugação das fantasias infantis incestuosas, Freud (1905) afirma que ocorre uma importante realização psíquica: o desligamento da autoridade dos pais. Segundo Alberti (1996; 2004), o desligamento da autoridade parental é consequência de o sujeito adolescente não mais poder atribuir uma posição idealizada a seus pais, o que implica um furo no saber do sujeito, que acaba de perder as referências sólidas às quais estava atrelado e se pergunta: *quem sou eu, agora?* A dificuldade da adolescência depende da ferocidade do supereu que, quanto mais terrível, maiores as dificuldades do sujeito. Nesse contexto, partindo das contribuições de Nominé (2001), Alberti e Pollo (2005), Guerra *et al* (2010; 2012) e Lacadée (2011), tentamos articular a teoria psicanalítica às vicissitudes na vida “das meninas que se prostituem e dos meninos que se armam”. Freud (1910) não deixa de assinalar a importância de fornecer ao jovem o desejo de viver – apoio e amparo – numa época da vida em que as condições de seu desenvolvimento o compelem a afrouxar seus vínculos com a casa dos pais e da família.

No terceiro capítulo, apresentamos três fragmentos clínicos recortados de nossa prática profissional enquanto psicólogo em diferentes instituições públicas de atendimento ao adolescente. Também articulamos nossa experiência em uma instituição de internação para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e voltada para tratamento por uso de drogas, com a realidade em que vivem os usuários e agentes,

visando tanto testemunhar as dificuldades no trabalho do psicólogo na instituição como também, e sobretudo, aquelas com as quais os próprios adolescentes se deparam em suas vidas. Acreditamos que o trabalho do psicólogo longe de buscar normatizar, recuperar, ressocializar, precisa verificar a que sintoma o sujeito está respondendo. Segundo Guerra (2010), a psicanálise pode entrar em jogo no campo da ação política como uma nova ferramenta, dialetizando o modelo da década “problemas-soluções”, com a validação de um real em jogo e seus efeitos na civilização. Com a orientação clínica, necessariamente nossas intervenções devem articular todo e qualquer caso levando em conta os pressupostos de (1) tratar o real pelo simbólico, ou o gozo pela linguagem, (2) implicar o sujeito na sua queixa e (3) responsabilizá-lo naquilo que ele próprio diz.

1 A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO: EFEITO DA ENTRADA DO HOMEM NO MUNDO DA LINGUAGEM

“Será que deveríamos levar a intervenção analítica até diálogos fundamentais sobre a justiça e a coragem na tradição analítica? É uma questão. Não é fácil de resolver, porque, na verdade, o homem contemporâneo se tornou inábil para abordar esses grandes temas. Prefere resolver as coisas em termos de conduta, de adaptação, de moral de grupo e outras banalidades. Onde a gravidade do problema que coloca a formação humana do analista” (LACAN, 1953-54, p.230).

Em seu *Projeto para uma psicologia*, ao relatar a primeira experiência de satisfação, experiência fundante do psiquismo no humano, Freud (1985) destaca que, sendo o homem um animal que nasce no desamparo, se não for tomado por um Outro que o alimente e cuide, está fadado à morte. De início, tem apenas o grito como meio de mostrar algum desconforto.

Em momento mítico, quando pela primeira vez este Outro vem em socorro da criança, deixa marcas em seu psiquismo, inscrições, traços de memória que serão evocados quando a necessidade surgir novamente. Porém, a satisfação encontrada nesta primeira experiência nunca mais será a mesma, algo se perdeu para sempre. Neste momento que inaugura a entrada do sujeito na linguagem, uma parte desta experiência foi inscrita na memória, isto é, pôde ser inscrita na cadeia associativa, significante; porém, outra parte permaneceu inassimilável, perdida para sempre, trata-se de *das Ding*, a Coisa, resto que persiste sem representação, que se constitui como ponto de furo.

Lacan (1959-60), ao se referir à primeira experiência de satisfação, destaca a importância que nela tem o Outro, designado por Freud como *Nebenmensch*, indicando que é por intermédio dele, como sujeito falante, que tudo o que se refere aos processos de pensamento pode tomar forma na subjetividade do sujeito, ou seja, é através do *Nebenmensch* que se dá a apreensão da realidade pelo sujeito. A esse respeito, Rinaldi (1996) ressalta que devido ao desamparo fundamental, o bebê está marcado pela relação com o Outro, o que significa que o registro da alteridade se institui simultaneamente ao da formação subjetiva. O Outro aliás, pré existe o sujeito.

É diante desse contexto que Freud (1895) assinala que o “desamparo inicial dos seres humanos é a fonte de todos os motivos morais”, isto é, a moralidade humana está

diretamente vinculada à relação do sujeito com o Outro que vem dele cuidar. Mais de trinta anos depois, no texto *O mal-estar na civilização*, Freud (1930[1929]) nos explica que inicialmente é a autoridade dos pais que determina o que o sujeito pode ou não fazer, o que é bom ou mau, destacando que a criança se submete a essa autoridade porque seu desamparo a faz depender de seus pais e ela teme perder o amor deles:

Podemos rejeitar a existência de uma capacidade original, por assim dizer, natural de distinguir o bom do mau. O que é mau, frequentemente, não é de modo algum prejudicial ou perigoso ao eu; pelo contrário, pode ser algo desejável pelo eu e prazeroso para ele. Aqui, portanto, está em ação uma influência estranha, que decide o que deve ser chamado de bom ou mau. De uma vez que os próprios sentimentos de uma pessoa não a conduziram ao longo desse caminho, ela deve ter um motivo para submeter-se a essa influência estranha. Esse motivo é facilmente descoberto no desamparo e na dependência dela em relação a outras pessoas, e pode ser mais bem designado como medo da perda de amor. Se ela perde o amor de outra pessoa de quem é dependente, deixa também de ser protegida de uma série de perigos. Acima de tudo, fica exposta ao perigo de que essa pessoa mais forte mostre a sua superioridade sob a forma de punição (FREUD, 1930[1929], p.147).

Coutinho Jorge (2010) aponta a importância do Outro para a criança por um outro viés, o da pulsão. Assinala que ao nascer, a criança está muito mais próxima do não-ser do que do ser para o qual acaba de advir, isto é, ao nascer, a criança está “mergulhada na pulsão de morte”, sendo, por ação do amor e do desejo do Outro, que floresce o desejo de viver e a pulsão de vida. O bebê adquire, assim, gradativamente, a partir de seu contato com o Outro, os motivos para querer viver e sua pulsão de vida cresce e amplia seu domínio de ação. Em *O Seminário, livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*, Lacan afirma que a vida só pensa em descansar enquanto espera a morte, “é o que come o tempo do nenê no início de sua existência, setores horários que apenas lhe deixam abrir um olhinho de vez em quando. É preciso puxá-la para fora daí para que ele alcance esse ritmo pelo qual nos pomos em concordância com o mundo” (LACAN, 1954-55, p. 315).

Nesse momento, faz-se importante distinguir o outro com o minúsculo, do Outro com letra maiúscula. Em *O Seminário, livro 3: as psicoses*, Lacan (1955-56) os define:

O primeiro, o outro com um a minúsculo, é o outro imaginário, a alteridade em espelho, que nos faz depender da forma de nosso semelhante. O segundo, o Outro, absoluto, é aquele ao qual nos dirigimos para além desse semelhante, aquele que somos forçados a admitir para além da relação da miragem, aquele que aceita ou que se recusa na nossa presença, aquele que na ocasião nos engana, do qual não podemos jamais saber se ele não nos engana, aquele ao qual sempre nos endereçamos (LACAN, 1955-56, p. 286).

A partir do pequeno outro, o bebê formará uma imagem unificada de si mesmo, na identificação com sua imagem corporal. É a alteridade egóica, projeção narcísica do eu, espelho que lhe envia sua própria imagem. Em *O estágio do espelho como fundador da função do eu*, Lacan (1949) assinala que o estágio do espelho corresponde a um momento entre os seis e os dezoito meses de vida da criança, quando ela, ainda sem o controle da marcha e na dependência da amamentação, vê, pela primeira vez, sua imagem refletida no espelho e se reconhece nela pelo olhar do adulto que a acompanha e confirma ser aquela sua imagem. É nesse momento, a partir dessa imagem corporificada, que se constitui o eu da criança, através da identificação com o outro.

O Outro, por outro lado, não é simplesmente o outro que está ali, mas literalmente o lugar da palavra, o lugar do discurso do inconsciente. Trata-se de um lugar simbólico, lugar dos significantes, onde as cadeias significantes do sujeito se articulam determinando o que o sujeito pensa, fala, sente, age. Vale ressaltar, no entanto, que a representação do sujeito no Outro não é fixa, o sujeito não é tal ou tal coisa, ele é somente representado por um significante para outro significante, deslizando de significante em significante pelo conjunto da linguagem que compõe o Outro.

1.1) O esquema L

Em *O Seminário, livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*, Lacan (1954-55) nos apresenta um esquema no qual matematiza a diferença radical entre o eu – constituído a partir do outro, pertencente ao registro imaginário – e o sujeito, fundado através da linguagem no Outro. Trata-se do esquema L.

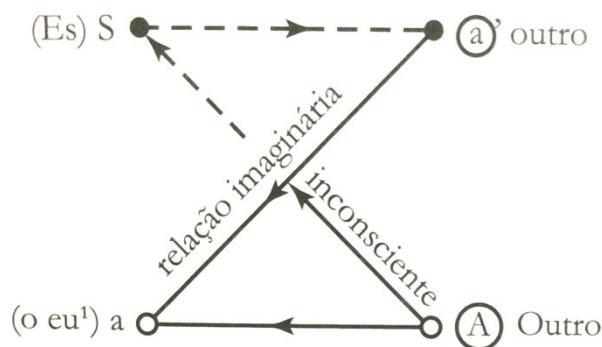


Figura 1 – Esquema L

Como assinalamos anteriormente, é a partir de uma identificação à imagem que o corpo do bebê, inicialmente despedaçado e fragmentado, encontra uma unidade, dando origem ao eu. Entretanto, a identificação imaginária, ao mesmo tempo em que permite o advento do eu, também prefigura sua destinação alienante, “é prenhe das correspondências que unem o [eu] à estátua em que o homem se projeta e aos fantasmas que o dominam” (LACAN, 1949, p. 98).

Por só ser capaz de se perceber como imagem unificada a partir de fora e de maneira antecipada, o eu se constitui de forma extremamente alienada: “devido a esta relação dupla que tem consigo mesmo, é sempre ao redor da sombra errante do seu próprio eu que vão se estruturando todos os objetos do seu mundo” (LACAN, 1954-55, p.227).

O eu é, portanto, fundamental para a constituição dos objetos: é sob a forma do outro especular que vê seu semelhante. Essa bipolaridade do outro e do eu é formalizada pelo eixo imaginário do esquema L: “existem, pois, o plano do espelho e o mundo simétrico dos *ego-ais* e dos outros homogêneos” (LACAN, 1954-55, p.329).

Em seu texto *Sobre o narcisismo: uma introdução*, Freud (1914) já asseverava que quando a criança não pode mais sustentar a perfeição narcisista que seus pais lhe atribuíam na infância, devido ao despertar de seu julgamento crítico ou às “admoestações de terceiros”, ela tenta recuperar este estado a partir de uma projeção, o eu ideal: “tornar a ser seu próprio ideal, como na infância, no que diz respeito às tendências sexuais, não menos que às outras – isso é o que as pessoas se esforçam por atingir como sendo sua felicidade” (FREUD, 1914, p. 118). Nesse contexto, diante da necessidade de ultrapassar os limites do narcisismo e ligar a libido a objetos, o eu não o faz de forma aleatória, pelo contrário, investe em objetos que correspondem a uma satisfação substitutiva onde a satisfação narcisista encontra entraves.

Entretanto, é o universo simbólico, através da linguagem, que modela todas as inflexões que pode tomar o engajamento imaginário. Mishima, famoso artista nipônico, nos oferece uma descrição incrível da relação que se estabelece entre a linguagem e o corpo, no humano:

Quando repasso atentamente minha infância, me dou conta que minha memória das palavras começa muito antes da minha memória da carne. Na pessoa comum, imagino, o corpo vem antes da linguagem. No meu caso, antes vieram as palavras: então – pé ante pé, com toda a aparência de extrema relutância, e já vestida de conceitos – veio a carne. Já estava, nem é preciso dizer, estragada pelas palavras. Primeiro vem o pilar de madeira pura, depois os cupins que o comem. No meu caso, os cupins já estavam lá desde o começo, e o pilar de madeira pura só emergiu mais tarde, já meio carcomido (MISHIMA, 1968, p.8, citado por MARTINHO, 2011, p.225).

A função simbólica é a função da palavra, responsável por ordenar o posicionamento dos sujeitos uns em relação aos outros, alguém só é pai em relação a um filho, marido em relação a uma esposa. Nas palavras de Lacan: “me defino em relação a um senhor como seu filho, e o defino, a ele, como meu pai, há algo que, tão imaterial quanto possa parecer, pesa tanto quanto a geração carnal que nos une. E mesmo, praticamente, na ordem humana, pesa mais” (LACAN, 1953-54, p.183). Assim, antes mesmo que a criança esteja em condições de pronunciar as palavras pai e filho, todo o sistema humano em volta já os define, com todas as consequências que isso comporta, como pai e filho.

A referência de um elemento no registro simbólico é sua posição numa cadeia, não sua imagem exterior, o que faz com que a dialética do eu ao outro seja transcendida em função do sistema da linguagem. Segundo Lacan (1953-54), há conexão entre a dimensão imaginária e o sistema simbólico, na medida em que “aí se inscreve a história do sujeito, não a *Entwicklung*, o desenvolvimento, mas a *Geschichte*, ou seja, aquilo em que o sujeito se reconhece correlativamente no passado e no futuro” (LACAN, 1953-54, p. 184).

O registro simbólico é caracterizado por seus entrecruzamentos linguísticos, pelo fato de todo símbolo linguístico se recortar e se constituir por uma série de sobredeterminações oposicionais. A função simbólica é indicada a todo momento na obra de Freud, embora não tenha sido por ele nomeada: “quão bem suas palavras se adequavam a um outro sentido. A caixa – *Dose* [em alemão], assim como a bolsinha e a caixa de joias, mais uma vez não era outra coisa senão um substituto para a concha de Vênus, para a genitália feminina!” (FREUD, 1905[1901], p.78) ou ainda “*Zimmer* [quarto] frequentemente substitui, nos sonhos, *Frauenzimmer* [termo levemente pejorativo para designar “mulher”, literalmente, “apartamento de mulher]” (idem, p.68).

Em *Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano*, Lacan (1960) diferencia o instinto, modo de conhecimento que a natureza exige do ser vivo

para que ele satisfaça suas necessidades, daquilo de que se trata em Freud, que é um saber,

um saber que não comporta o menor conhecimento, já que está inscrito num discurso do qual, à semelhança do grilhão de antigo uso, o sujeito que traz sob sua cabeleira o codicilo que o condena à morte não sabe nem o sentido nem o texto, nem em que língua ele está escrito, nem tampouco que foi tatuado em sua cabeça raspada enquanto dormia (LACAN, 1960, p.818).

No esquema L, S é o sujeito, aquele que desconhece a própria história, mas a expressa, a despeito de si, através de toda sua conduta. Ele se constitui a partir do discurso do Outro, discurso ao qual está integrado:

É o discurso do meu pai, por exemplo, na medida em que meu pai cometeu faltas as quais estou absolutamente condenado a reproduzir (...). Estou condenado a reproduzir porque é preciso que eu retome o discurso que ele me legou, não só porque sou filho dele, mas porque não se para a cadeia do discurso, e porque estou justamente encarregado de transmiti-lo em sua função aberrante a outrem. Tenho de colocar a outrem o problema de uma situação vital onde existem todas as probabilidades que ele também venha a tropeçar, de forma que este discurso efetua um pequeno circuito no qual se acham presos uma família inteira, uma nação inteira. Forma circular de uma fala, que está justo no limite do sentido e do não-sentido (LACAN, 1954-55, p.127).

Em *O mito individual do neurótico*, Lacan (1952) aponta que os impasses que se colocam diante do sujeito não têm seu ponto chave em sua história de vida atual, mas se fazem no molde de uma estrutura pré-existente. Analisando o mito do Édipo rei e do Homem dos Ratos, atendido por Freud (1909), indica como os acontecimentos que antecedem e também os que sucedem as diferentes gerações se integram num conjunto cuja análise permite determinar, na diacronia interna às linhagens, certas combinações tais que um agrupamento de termos que se produz na primeira geração se reproduz na segunda numa combinação transformada.

Nessa perspectiva, assinala que a reprodução sexual não leva à reprodução de um indivíduo, mas de um tipo – o tipo já realizado pela linhagem dos ancestrais – e assevera que o sujeito não é somente mortal, mas já está morto, porque não tem futuro (Lacan, 1953-54).

A linguagem constitui, portanto, um muro: ao mesmo tempo em que funda o sujeito a partir do Outro, o impede radicalmente de entendê-lo. Assim, o sujeito não

sabe o que diz porque não sabe o que é, mas se vê, do outro lado, de maneira imperfeita, em *a*.

1.2) O grafo do desejo

É devido ao estado de impotência em que nasce o bebê humano que a linguagem lhe serve, muito precocemente, de apelo. Apelo este que é interpretado pelo Outro como fome, dor, sono, ou seja, que é nomeado. O bebê só passará a saber que chorava porque estava com fome quando a mãe o interpreta, lhe dando o seio.

Ao entrar na dimensão da linguagem, o sistema das necessidades humanas é, portanto, totalmente remodelado. Quando o bebê grita, sua necessidade se depara com a resposta do Outro, que faz com que aquilo que seja significado esteja além da necessidade bruta: “desde o começo, o que entra na criação do significado não é uma pura e simples tradução da necessidade, mas uma retomada, reassunção, remodelagem da necessidade, criação de um desejo outro que não a necessidade. É a necessidade mais o significante” (LACAN, 1957-58, p. 95). Trata-se da demanda.

Lacan utiliza um grafo para situar o que ocorre neste momento de estruturação do humano:

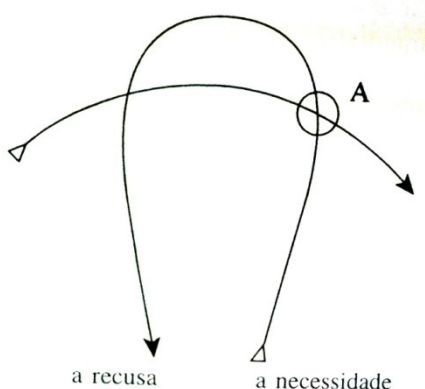


Figura 2

A necessidade, situada no ponto delta linha, ao se deparar com a resposta do Outro (A), cruza com a linha do discurso, da cadeia significante, que mobiliza um material preexistente. Há aí dois planos, o da intenção – por mais confusa que seja – da

criança enquanto dirige seu chamado, e o do significante, por mais desordenado que possa parecer seu uso, na medida em que ele é mobilizado nesse esforço, nesse chamado.

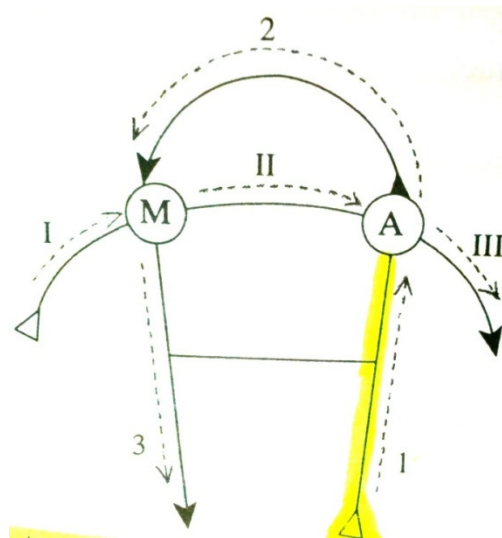


Figura 3

O significante progride ao mesmo tempo que a intenção. Esta, após se deparar com o Outro, chega ao ponto M – assinalado no grafo acima – que constitui o sentido, local de pontuação, onde a significação se constitui como produto acabado, mensagem. A submissão do sujeito ao significante, que se produz no círculo que vai de M a A e volta de A a M, constitui o círculo do discurso.

Assim, ao final do segundo tempo, há uma dupla conclusão: “o que começou como necessidade irá chamar-se demanda, ao passo que o significante se fechará sob aquilo que se consoma” (LACAN, 1957-58, p.95). Antes do fim do segundo tempo, como as linhas do discurso e da demanda ainda não se cruzaram, é possível perceber porque, ao falar, se diz mais e menos do que havia intenção de dizer, já que uma fala só fecha sua significação com seu último termo, sendo cada termo antecipado na construção dos outros e, inversamente, selando-lhes o sentido por seu efeito retroativo.

Lacan (1957-58) assinala que o essencial é observar que a resposta, o atendimento à demanda, é deferido a um outro para além daquele que se encontra à sua frente: “o homem do desejo, o Don Juan de Molière, dá ao mendigo o que este lhe demanda, é claro, e não é à toa que acrescenta: por amor à humanidade”(LACAN, 1957-58, p. 92). Dessa forma, o que perverte profundamente o sistema da demanda e da resposta à demanda é fazer intervir o Outro para além daquele que demanda.

É interessante observar que a instituição do Outro coexiste com a consumação da mensagem, ambos se determinam ao mesmo tempo. Nesse contexto, logo a demanda passará a ser formulada a partir do Outro: “a demanda nada tem de confiante. O sujeito sabe muito bem com quem está lidando no espírito do Outro, e é por isso que disfarça sua demanda. (...) Irá dirigir-se de uma certa maneira à senhora que faz obras de caridade, de outra ao banqueiro...” (LACAN, 1957-58, p. 98).

Entretanto, se num primeiro momento a criança depende da fala do Outro, do sentido que ele dá a seu grito, se alienando à demanda, é possível reconhecer, num segundo tempo, algo para além dessa demanda recebida do Outro: “há sempre algo que resta para além do que pode satisfazer-se por intermédio do significante, isto é, pela demanda” (LACAN, 1957-58, p.379). Trata-se do desejo.

Desse modo, ao mesmo tempo em que introduz a necessidade na ordem simbólica, a demanda constitui o desejo, “uma defasagem essencial em relação a tudo o que é da ordem da direção imaginária da necessidade” (LACAN, 1957-58, p.96). Por estar instalado numa relação com a cadeia significante, a relação do homem com seu desejo não é uma simples relação com o objeto, há um resto, o que instala uma subjetividade de outra ordem:

se a relação com o objeto estivesse desde logo instituída, não haveria problema para a análise. Os homens, como se presume que faça a maioria dos animais, iriam em direção a seu objeto. Não haveria, por assim dizer, essa relação secundária do homem com o fato de ele ser um animal desejante, e que acontece tudo o que acontece no nível do chamamos perverso, ou seja, o fato de ele gozar de seu desejo (LACAN, 1957-58, p. 324).

Em *Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano*, Lacan (1960) assinala que o desejo subverte o incondicional da demanda, relacionada ao capricho do Outro. De maneira análoga, indica que o sujeito só se constitui ao se subtrair do circuito da demanda, “por ter, ao mesmo tempo, que se contar ali e desempenhar uma função de falta” (LACAN, 1960, p. 821).

1.3) Do instinto à pulsão

É por ter entrado no mundo da linguagem que o homem deixa de ser regido pelo instinto. A linguagem “mata a Coisa”, isto é, com seu duplo sentido, seus mal-

entendidos, deixa aberta a brecha para um “mais-além”, instalando a impossibilidade de satisfação completa. É, portanto, a partir da entrada na linguagem, que o bebê humano passa a ser regido pela pulsão.

Em seu texto de 1915, *A pulsão e suas vicissitudes*, Freud assinala que a pulsão tem origem interna ao organismo, sendo uma força constante cuja finalidade é sempre a satisfação. Esta é obtida apenas parcialmente através de objetos variados, pois não há o objeto que possa satisfazer a pulsão, este foi perdido para sempre, trata-se da Coisa, *das Ding*.

Em seus *Três Ensaios sobre a sexualidade*, Freud (1905) eleva o seio materno ao estatuto de *das Ding*. Assinala que na puberdade consuma-se o encontro com o objeto, “para o qual o caminho foi preparado desde a mais tenra infância” (FREUD, 1905, p.209). Explica, então, que na época em que a mais primitiva satisfação sexual estava ainda vinculada à nutrição, a pulsão sexual tinha um objeto fora do corpo próprio: o seio materno. Nesse momento, no entanto, o bebê ainda não havia formado para si uma representação da pessoa a quem pertencia o órgão que lhe dava satisfação, sendo, justamente à época em que obtém essa representação, que perde o objeto amado: “Não é sem boas razões que, para a criança, a amamentação no seio materno torna-se modelar para todos os relacionamentos amorosos. O encontro com o objeto é, na verdade, um reencontro” (FREUD, 1905, p. 209).

Lacan (1954-55) enfatiza que o objeto reencontrado nunca é definitivamente o derradeiro objeto, pois este se apresenta como um objeto do qual o homem está irremediavelmente separado, que lhe mostra “a figura mesma de sua deiscência dentro do mundo – objeto que por essência o destrói, o angustia, que não pode alcançar, no qual não pode verdadeiramente encontrar sua reconciliação, sua aderência ao mundo” (LACAN, 1954-55, p. 227).

No mesmo sentido, em *O Seminário, livro 4: a relação de objeto*, Lacan (1956-57) ressalta a impossível existência de harmonia entre o sujeito e o objeto, apontando que há sempre uma discordância entre o objeto reencontrado e o procurado: “o objeto é sempre, somente, um objeto reencontrado a partir de uma *Findung* primitiva, e portanto, *Wiederfindung*, a redescoberta, jamais é satisfatória” (LACAN, 1956-57, p. 60).

Em *O Seminário, livro 7: a ética da psicanálise*, Lacan (1959-60) retoma a primeira experiência de satisfação freudiana a fim de destacar a função de *das Ding* no

psiquismo humano como ponto inassimilável diante do qual se estrutura toda experiência do sujeito, isto é, diante deste objeto miticamente perdido, o sujeito passa sua existência a tentar reencontrá-lo: “*Das Ding* deve, com efeito, ser identificado como *Wiederzufinden*, a tendência a reencontrar, que, para Freud, funda a orientação do sujeito humano em direção ao objeto” (LACAN, 1959-60, p. 74) ou ainda:

... [*das Ding*] é sem dúvida alguma um encaminhamento de controle, de referência, em relação a quê? – ao mundo de seus desejos. Ele faz a prova de que alguma coisa, afinal, encontra-se justamente aí, que, até certo ponto, pode servir. Servir a quê? – a nada mais do que referenciar, em relação a esse mundo de anseios e de espera orientado em direção ao que servirá, quando for o caso, para atingir *das Ding* (LACAN, 1959-60, p. 67).

Entretanto, na busca por *das Ding*, trata-se de encontrar o que não pode ser reencontrado: é por sua natureza que o objeto é perdido como tal, ou seja, em suma, o objeto nunca foi perdido, embora se trate de reencontrá-lo. Assim, Lacan (1959-60) nos ensina que a pulsão objetiva reencontrar *das Ding*, porém, o princípio do prazer que governa a busca do objeto tem um modo de funcionamento que visa justamente evitar o excesso de prazer, impondo à pulsão rodeios que conservem sua distância em relação a seu fim, estando a busca da satisfação sempre a uma certa distância daquilo em torno do que ela gira: “a descarga não pode ser completa, atingir o nível zero, pois o aparelho psíquico chegaria ao repouso derradeiro que não é a meta plausível para o funcionamento do princípio do prazer” (LACAN, 1959-60, p.54).

Por outro lado, a busca por *das Ding* está no fundamento do princípio da compulsão à repetição: como a pulsão é incapaz de obter o objeto que poderia satisfazê-la plenamente, uma vez que esse objeto é apenas suposto pelo aparelho psíquico, persiste sua insatisfação, que compele o sujeito à repetição. A repetição representa, portanto, a insistência da pulsão em sua busca, jamais atendida, de uma satisfação absoluta, apresentando-se como fenômeno clínico que dá acesso à dimensão da pulsão.

O que está subjacente à compulsão à repetição é a pulsão de morte, algo que vigora mais além do princípio do prazer. Nesse sentido, Lacan (1959-60) vai enfatizar que a pulsão de morte é a essência de toda e qualquer pulsão, pois, no fundo, o que toda pulsão deseja obter é o objeto impossível – *das Ding*.

Foi no texto *Além do princípio do prazer*, que Freud (1920) assinalou pela primeira vez que, a rigor, não é correto dizer que o princípio do prazer domina o curso dos processos psíquicos, pois se assim fosse a grande maioria de nossos processos

mentais teria de ser acompanhada de prazer ou conduzir ao prazer, quando a experiência geral contradiz essa ilação: “o que pode suceder é que haja na psique uma forte tendência ao princípio do prazer, à qual se opõe determinadas forças ou constelações” (FREUD, 1920, p.165). Também indicou que a satisfação de moções pulsionais recalçadas mediante desvios e satisfações substitutivas são sentidas como desprazer pelo eu, apontando, assim o caminho da compulsão à repetição, observada por ele nos sonhos traumáticos, no brincar das crianças e mesmo no destino daquelas pessoas consideradas por ele não-neuróticas:

nelas dá-se a impressão de um destino que as persegue, de um traço demoníaco em seu viver, e a psicanálise sempre viu tal destino como, em boa parte, preparado por elas mesmas e determinado por influências da primeira infância. (...) De modo que conhecemos pessoas para as quais toda relação humana tem igual desfecho: benfeitores que, após algum tempo, são rancorosamente abandonados por cada um de seus protegidos, por mais diferentes que esses sejam entre si, e que, portanto, parecem fadados a fruir toda amargura da ingratidão, homens para os quais o desfecho de toda amizade é serem traídos pelo amigo... (FREUD, 1920, p. 181).

Diante deste contexto, Freud (1920) concluiu que em todo sujeito humano há uma pulsão de vida e, ao seu lado, uma de morte, cuja tarefa é conduzir a vida de volta ao estado inanimado. Apontou que não foi fácil demonstrar a existência da pulsão de morte, na medida em que as manifestações de Eros são visíveis e ruidosas, ao passo que as pulsões de morte agem silenciosamente dentro do organismo, no sentido de sua destruição. Freud assinalou que os dois tipos de pulsão encontram-se mesclados em proporções variadas e muito diferentes, aparecendo apenas raramente isolados um do outro. Chegou a esta conclusão ao observar que uma parte da pulsão de morte é desviada no sentido do mundo externo, se manifestando como agressividade e destrutividade e que, dessa forma, a pulsão de morte está agindo a serviço de Eros, uma vez que, ao destruir alguma coisa, inanimada ou animada, não se está destruindo o próprio eu.

Em *O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, Lacan (1964) define o objeto da pulsão como objeto *a*, presença de um cavo, de um vazio, ocupável por não importa que objeto, e cuja instância só conhecemos na forma de objeto perdido. Lacan (1964) refere que nenhum objeto jamais satisfará a pulsão e nos apresenta o circuito pulsional como tendo um caráter circular:

se a pulsão pode ser satisfeita sem ter atingido aquilo que, em relação a uma totalização biológica da função, seria a satisfação ao seu fim de reprodução, é que ela é pulsão parcial, e que seu alvo não é outra coisa senão esse retorno em circuito (LACAN, 1964, p.176).

Lacan (1959-60) é enfático ao dizer que razão e necessidade são insuficientes para permitirem a apreciação do campo em questão, uma vez que entra em cena o campo do gozo, que “se apresenta não pura e simplesmente como satisfação de uma necessidade (besoin), mas como satisfação de uma pulsão” (LACAN, 1959-60, p.251). Para elucidar essa problemática, assinala que a pulsão comporta uma dimensão histórica, ligada à rememoração, à compulsão à repetição e que só é definível em função da cadeia significante.

Foi ao narrar “o primeiro jogo de invenção própria de um menino de um ano e meio”, que Freud (1920) articulou, de forma inédita, a relação existente entre o advento da linguagem e a compulsão à repetição. De acordo com Freud, ele era um garotinho obediente, que nunca chorava quando a mãe o deixava durante horas, embora fosse muito apegado a ela, tinha o hábito de jogar todos os pequenos objetos que alcançava para longe de si. Ao fazer isso, ele proferia uma expressão *o-o-o-o*, que no julgamento da mãe e do próprio Freud significava “*fort*” [“foi embora”]. Certo dia, esse garotinho – na realidade, Ernst Freud, seu neto – passou a encenar a brincadeira com um carretel no qual estava enrolado um cordão, acrescentando a ela mais um ato. Num primeiro momento, a criança lançava o carretel, seguro pelo cordão, para dentro do berço, de modo que o objeto desaparecia e ele dizia seu *o-o-o-o*. Num segundo momento, o menino puxava o carretel para fora do berço, saudando seu aparecimento com um alegre “*da*” [“está aqui”]. Freud (1920) relacionou o jogo da criança à conquista cultural do menino, à capacidade de renúncia a uma satisfação pulsional: através desta brincadeira, ele era capaz de suportar a ausência materna sem protestar: “compensava a si mesmo, digamos, ao encenar o desaparecimento e reaparição com os objetos que estavam a seu alcance” (FREUD, 1920, p. 173).

Entretanto, Freud intriga-se. Assinala ser impossível que a ausência da mãe fosse agradável ou indiferente para a criança, então, o que a levaria a encenar uma experiência dolorosa? Formula duas hipóteses: 1) ao repetir a separação da mãe num jogo, a criança passou de um papel passivo para um ativo e 2) ao lançar o objeto de modo a desaparecer, a criança vingava-se da mãe: “sim, vá embora, não preciso de você” (Freud, 1920, p.174).

Em *O Seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud*, Lacan (1953-54) analisa o jogo do *Fort/Da*, assinalando que Freud encarnou o masoquismo primordial num jogo da infância. Para o autor, através da oposição fonemática, a criança introduz no plano simbólico o fenômeno da presença e da ausência, marcando, simultaneamente, sua entrada no mundo da linguagem e do desejo:

Podemos agora apreender que então o sujeito não domina somente a sua privação assumindo-a – é o que diz Freud -, mas que ele eleva seu desejo a uma potência segunda. Porque sua ação destrói o objeto que ela faz aparecer e desaparecer na provocação (...). Negativiza assim o campo de forças do desejo, para se tornar, a si mesma, seu próprio objeto (LACAN, 1953-54, p.200).

É na medida em que o símbolo permite a anulação da coisa existente, que abre o mundo da negatividade, o qual constitui, ao mesmo tempo, o discurso do sujeito humano e a realidade do seu mundo enquanto humano. Portanto, de acordo com Lacan, “o masoquismo original deve ser situado em torno dessa primeira negativização, desse assassinio originário da Coisa” (LACAN, 1953-54, p.201).

Em *O Seminário, livro 4: a relação de objeto*, Lacan (1956-57) assinala que o supereu é o significante que marca, imprime, impõe no homem o selo de sua relação ao significante: “há no homem um significante que marca sua relação ao significante, e a isso se chama supereu” (LACAN, 1956-57, p. 216).

1.4) O supereu em Freud

Em *Sobre o narcisismo: uma introdução*, Freud (1914) nos fala pela primeira vez da existência de um agente psíquico especial cuja função é observar constantemente o eu, medindo-o por um ideal. Partindo de observações sobre os quadros de paranóia, nos quais os pacientes queixam-se de que todos os seus pensamentos são conhecidos e suas ações vigiadas e supervisionadas, Freud conclui que uma instância que vigia e critica o eu existe em todas as pessoas:

eles [os pacientes paranóides] são informados sobre o funcionamento desse agente psíquico especial por vezes que caracteristicamente lhes falam na terceira pessoa – ‘agora ele está pensando nisso de novo’, ‘agora ele está saindo’. Essa queixa é justificada, ela descreve a verdade. Um poder dessa espécie, que vigia, que descobre e critica todas as nossas intenções, existe realmente. Na realidade, existe em cada um de nós (FREUD, 1914, p.113).

Freud salienta que as patologias atraem nossa atenção para condições normais que de outro modo nos escapariam e, nesse sentido, ressalta que os doentes mentais afastaram-se da realidade externa, mas justamente por isso conhecem mais da realidade interna e psíquica, revelando-nos coisas que de outro modo nos seriam inacessíveis. Retomando o exemplo da paranóia, explica que esses pacientes pressupõem que as pessoas desconfiam deles e querem pilhá-los executando atos proibidos pelos quais seriam punidos. Ressalta, então, que o conteúdo dos delírios de estar sendo observado sugere que o observar é apenas uma preparação do julgar e do punir.

Ao analisar a compulsão à repetição e o fenômeno da resistência, Freud (1920) notou que também no eu, até então considerado como uma organização coerente de processos mentais, à qual a consciência se achava ligada, há uma parte inconsciente: “nos deparamos com algo no próprio eu que é também inconsciente, que se comporta exatamente como o recaiado – isto é, produz efeitos poderosos sem ele próprio ser consciente e exige um trabalho especial antes de ser tornado consciente” (FREUD, 1920, p.178). Em 1923, Freud observa que o exemplo da resistência que permanece inconsciente durante a análise não é, de maneira alguma, o único. Assinala que há outro fenômeno “ainda mais estranho”. Trata-se das pessoas cujas faculdades de autocrítica são inconscientes e produzem efeitos da maior importância:

Esta nova descoberta, que nos compele, apesar de nosso melhor juízo crítico, a falar de um ‘sentimento inconsciente de culpa’, desnorteia-nos e nos propõe novos problemas, especialmente quando gradativamente chegamos a perceber que num grande número de neuroses um sentimento de culpa desse tipo desempenha papel econômico decisivo e coloca os obstáculos mais poderosos no caminho do restabelecimento. (...) teremos de dizer que não apenas o que é mais baixo, mas também o que é mais elevado no eu, pode ser inconsciente (FREUD, 1923, P. 41).

Neste contexto, Freud define que há uma gradação no eu, uma diferenciação dentro dele, capaz de tratá-lo como objeto e que se encontra muito mais vinculada ao isso que à consciência, o que pode ser explicado se analisarmos as origens desta instância psíquica denominada supereu.

Ao estudar os casos de melancolia, Freud (1917[1915]) observou que diante da perda de um objeto amado, esses pacientes se apresentavam como desprovidos de valor e moralmente desprezíveis. Concluiu que as auto-recriminações feitas pelo melancólico são, na verdade, recriminações feitas ao objeto amado que foram deslocadas do objeto para o eu do paciente:

a sombra do objeto caiu sobre o eu, e este pôde, daí por diante, ser julgado por um agente especial, como se fosse um objeto, o objeto abandonado. Dessa forma, uma perda objetual se transformou numa perda do eu, e o conflito entre o eu e a pessoa amada, numa separação entre a atividade crítica do eu e o eu enquanto alterado por uma identificação (FREUD, 1917[1915], P.282).

Em *O eu e o isso*, Freud (1923) indica que o processo que ocorre na melancolia, em que o objeto perdido se instala dentro do eu, ou seja, um investimento de objeto foi substituído por uma identificação, é muito mais comum do que imaginava e constitui a base da constituição da instância superegógica. O autor destaca ainda que os efeitos das primeiras identificações, efetuadas na primeira infância, são gerais e duradouros, afirmando que por trás do supereu oculta-se a primeira e mais importante identificação: “a identificação com o pai em sua própria história pré-pessoal” (FREUD, 1923, p. 45).

Entretanto, Freud (1923) ressalta que o supereu não é apenas um resíduo das primeiras escolhas objetais do isso, representando também uma formação reativa enérgica contra essas escolhas: “A sua relação com o eu não se extrai com o preceito: ‘Você *deveria ser* assim (como seu pai)’. Ela também compreende a proibição: ‘Você *não pode ser* assim (como o seu pai), isto é, você não pode fazer tudo o que ele faz; certas coisas são prerrogativas dele” (FREUD, 1923, p. 49). Esse aspecto duplo do supereu relaciona-se ao recalque do complexo de Édipo:

É claro que o recalque do complexo de Édipo não era tarefa fácil. Os pais da criança, e especialmente o pai, eram percebidos como obstáculo a uma realização dos desejos edipianos, de maneira que o eu infantil fortificou-se para a execução do recalque erguendo esse mesmo obstáculo dentro de si próprio. Para realizar isso, tomou emprestado, por assim dizer, força ao pai, e este empréstimo constituiu um ato extraordinariamente momentoso (FREUD, 1923, p. 49).

O supereu retém, então, o caráter do pai, e quanto mais poderoso for o complexo de Édipo e mais rapidamente sucumbir ao recalque (sob a influência da autoridade, do ensino religioso, da educação escolar e da leitura), mais severa será posteriormente a dominação do supereu sobre o eu, sob a forma do sentimento inconsciente de culpa. Freud (1923) salienta que é devido à continuação dos desejos proibidos no isso que surge o sentimento de culpa, que passa a exigir do sujeito punição. É importante ressaltar aqui o caráter paradoxal e extremamente cruel do supereu, uma vez que, devido ao sentimento de culpa, ele exige renúncia pulsional. No entanto, essa renúncia aumenta a severidade da instância superegógica, pois, ao deixar de dirigir sua agressividade ao mundo externo, esta retorna ao próprio eu, aumentando sua crueldade

para consigo mesmo. Eis a fonte do caráter compulsivo do supereu, que se manifesta sob a forma de imperativo categórico.

1.5) Sobre a crueldade da instância superegóica: o caso de Dostoievski

Ao escrever sobre o famoso escritor russo, Freud (1928[1927]) distinguiu nele quatro facetas: o artista criador, o neurótico, o moralista e o pecador (ou criminoso). Assinalou que a faceta de artista criador é a mais facilmente verificável, uma vez que Dostoievski não se encontra muito atrás de Shakespeare. Sua moralidade era marcada por se impor as mais severas penitências após praticar os mais graves pecados. A faceta criminosa do escritor, Freud a derivou tanto da escolha de material para seus romances – ele isolava as personagens violentas, homicidas e egoístas, indicando a existência de tendências semelhantes em sua própria pessoa – quanto de certos fatos de sua vida, como a paixão pelo jogo e sua possível confissão de um ataque sexual a uma garotinha. Na opinião de Freud (1928[1927]), Dostoievski não se transformou num criminoso por ter dirigido sua pulsão agressiva contra sua própria pessoa. Um retrato da neurose de Dostoievski nos é oferecido por Freud quando ele analisa fatos da vida deste importante escritor.

Quando ainda era menino, Dostoievski teve uma sensação de que iria morrer, que foi seguida por um estado sonolento, letárgico, exatamente semelhante à morte real. Essa situação se repetiu inúmeras vezes durante a infância do escritor. Para Freud (1928[1927]), essas crises semelhantes à morte significam uma identificação com uma pessoa morta, seja com alguém que está realmente morto ou alguém que ainda está vivo e que se deseja que morra:

O último caso é o mais significativo. A crise possui então valor de punição. Quisemos que outra pessoa morresse; agora somos nós essa outra pessoa e estamos mortos. Nesse ponto, a teoria psicanalítica introduz a afirmação de que, para um menino, essa outra pessoa geralmente é o pai, e de que a crise (denominada de histérica) constitui assim uma autopunição por um desejo de morte contra um pai odiado (FREUD, 1928[1927], p.211).

Não é sem consequências se o pai, que é temido em qualquer caso, é também especialmente violento na realidade, o que ocorreu no caso de Dostoievski. Assim, Freud situa os sintomas precoces de crises semelhantes à morte no escritor como uma identificação paterna por parte de seu eu, a qual foi permitida pelo supereu como punição:

‘Você queria matar seu pai, a fim de ser você mesmo o pai. Agora, você é o pai, mas um pai morto’ – mecanismo regular dos sintomas histéricos. E, além disso: ‘Agora seu pai está matando você’. Para o eu, o sintoma da morte constitui uma satisfação, em fantasia, do desejo masculino e, ao mesmo tempo, uma satisfação masoquista; para o supereu, trata-se de uma satisfação punitiva, isto é, uma satisfação sádica. Ambos, o eu e o supereu, levam adiante o papel de pai (FREUD, 1928[1927], p. 215).

Freud salienta que reações infantis oriundas do complexo de Édipo, tal como as apresentadas por Dostoiévski, podem desaparecer se a realidade não lhes proporciona novo alimento. Contudo, no caso do famoso escritor, o caráter irascível do pai se deteriorou com os anos, e assim o ódio e o desejo de morte contra ele foram mantidos. Freud assinala que é perigoso que a realidade atenda aos desejos recalcados: quando Dostoiévski possuía dezoito anos, seu pai morreu assassinado. Nessa ocasião, todas as medidas defensivas do escritor foram reforçadas, surgiram crises epilépticas graves e que se tornaram terríveis, tais como a própria morte assustadora do pai.

Em *O eu e o isso*, Freud (1923) refere que a crise epiléptica é produto de uma defusão pulsional, responsável pela liberação das pulsões agressivas, pela severidade e crueldade da instância superegógica e seu ditatorial ‘farás’: “o componente erótico não tem mais o poder de unir a totalidade da agressividade que com ele se achava combinada, e esta é liberada sob a forma de uma inclinação à agressão e à destruição” (FREUD, 1923, p. 71).

Ao questionar como o supereu desenvolve tão extraordinária rigidez e severidade para com o eu, Freud (1923) afirma que o supereu consegue um ponto de apoio na consciência, dirigindo toda sua ira contra o eu de forma impiedosa, como se tivesse se apossado de todo sadismo da pessoa: “seguindo nosso ponto de vista sobre o sadismo, diríamos que o componente destrutivo [pulsão de morte] entrincheirou-se no supereu e voltou-se contra o eu. O que está influenciando agora o supereu é uma cultura pura da pulsão de morte” (FREUD, 1923, p. 69).

Retomando o caso de Dostoiévski, Freud (1928[1927]) salienta que o escritor nunca se libertou dos sentimentos de culpa oriundos de sua intenção de matar o pai. O conteúdo e significado de suas crises foram fornecidos pelo próprio Dostoiévski, quando disse a um amigo que sua irritabilidade e depressão após uma crise epiléptica eram devidas ao fato de parecer a si mesmo um criminoso e não poder livrar-se do sentimento de ter que carregar um fardo de culpa desconhecida, que o oprimia. Outro método utilizado por Dostoiévski para punir a si mesmo era o jogo: ele nunca descansava antes de ter perdido tudo. Quando suas perdas o reduziam a mais extrema

necessidade, ele censurava-se e humilhava-se frente à esposa, convidando-a a desprezá-lo e a se lamentar por ter casado com um velho pecador:

Quando havia assim aliviado a sua consciência, começava tudo no dia seguinte. A jovem esposa se acostumou a esse ciclo, porque observara que a única coisa que oferecia qualquer esperança real de salvação – a produção literária dele – nunca ia tão bem como quando perdiam tudo e empenhavam suas últimas posses. (...) Quando o sentimento de culpa dele ficava satisfeito pelos castigos que se havia infligido, a inibição incidente sobre seu trabalho se tornava menos grave e ele se permitia dar alguns passos ao longo da estrada do sucesso (FREUD, 1928[1927], p.220).

1.6) A morte do pai primevo: o supereu como herança arcaica

Ao escrever *Totem e tabu*, Freud (1913[1913-12]) já havia situado o parricídio como crime primevo da humanidade, fonte principal do sentimento de culpa. Neste texto, Freud constrói um mito segundo o qual numa determinada comunidade havia um pai que gozava de amplos direitos sobre todas as mulheres. Certo dia, seus filhos se reuniram para dar fim aos privilégios do pai e o mataram e devoraram. Entretanto, os filhos apresentavam sentimentos ambivalentes em relação ao pai: ao mesmo tempo em que o odiavam por representar um obstáculo aos seus desejos sexuais, o amavam e admiravam. Esta ambivalência levou os filhos a sentirem profundo remorso pelo ato cometido, assim,

o pai morto tornou-se ainda mais forte do que o fora vivo – pois os acontecimentos tomaram o curso que com tanta frequência os vemos tomar nos assuntos humanos ainda hoje. O que até então fora interdito por sua existência real foi doravante proibido pelos próprios filhos (FREUD, 1913[1913-12], p. 171).

Nesse contexto, os irmãos vitoriosos renunciaram às mulheres por cuja causa haviam matado o pai e instituíram a exogamia. A atitude emocional ambivalente dos filhos em relação ao pai também permaneceu em vigor posteriormente: um animal específico foi colocado no lugar do pai, como totem. Era encarado como ancestral e espírito protetor, não podendo ser ferido ou morto, exceto uma vez por ano, quando toda comunidade masculina se reunia numa refeição cerimonial, em que o animal totêmico – adorado em todas as outras ocasiões – era despedaçado e devorado em comum, tal qual os filhos haviam feito com o pai. Ninguém podia ausentar-se dessa refeição: ela era a repetição cerimonial da morte do pai, com a qual a ordem social, as leis morais e a religião haviam sido fundadas.

Como a inclinação à agressividade para com o pai se repetiu nas gerações seguintes, o sentimento de culpa também persistiu, cada vez mais fortalecido pela parcela de agressividade que era recalçada e então destinada ao próprio eu. Em *O problema econômico do masoquismo*, Freud assinala que “podemos traduzir a expressão ‘sentimento inconsciente de culpa’ como significando uma necessidade de punição às mãos de um poder paterno” (FREUD, 1924, p.211).

Em *Moisés e o monoteísmo*, Freud (1939[1934-38]) adota a hipótese de que os precipitados psíquicos do período primevo se tornaram propriedade herdada, a qual, em cada nova geração, não exige aquisição, mas apenas um redespertar:

Quando estudamos as reações a traumas precoces, ficamos amiúde bastante surpresos por descobrir que elas não se limitam estritamente ao que o próprio indivíduo experimentou, mas dele divergem de uma maneira que se ajusta muito melhor ao modelo de um evento filogenético, e, em geral, só podem ser explicadas por tal influência. O comportamento de crianças neuróticas para com os pais no complexo de Édipo e de castração abunda em tais reações, que parecem injustificadas no caso individual e só se tornam inteligíveis filogeneticamente – por sua vinculação com a experiência de gerações anteriores (FREUD, 1939[1934-38], p.120).

No mesmo sentido, em *O eu e o isso*, Freud (1923) refere que as experiências do eu parecem estar perdidas para a herança, mas que quando se repetem com bastante frequência e com intensidade em muitas pessoas, em gerações sucessivas, transformam-se em experiências do isso, cujas impressões são preservadas por herança:

A derivação do supereu a partir dos primeiros investimentos objetivos do isso, a partir do complexo de Édipo, coloca-o em relação com as aquisições filogenéticas do isso e torna-o uma reencarnação de antigas estruturas do eu que deixaram os seus precipitados atrás de si no isso. Assim, o supereu acha-se sempre próximo do isso e pode atuar como seu representante vis-à-vis no eu (FREUD, 1923, p. 64-65).

Na Conferência XXXI, *A dissecção da personalidade psíquica*, Freud (1933[1932]) demarca o supereu como veículo da tradição e dos julgamentos de valores que se transmitem de geração em geração e assinala que o supereu das crianças não se constrói segundo o modelo de seus pais, mas do supereu de seus pais, que esquecem das dificuldades da própria infância e identificam-se com seus próprios pais, que no passado lhes impuseram severas restrições. Assim, os conteúdos que o supereu encerra a cada geração são os mesmos, motivo pelo qual torna-se veículo daquilo que se transmite transgeracionalmente:

Quando levamos em conta o supereu, estamos dando um passo importante para a nossa compreensão do comportamento social da humanidade – do problema da delinquência, por exemplo – e, talvez, até mesmo estejamos dando indicações práticas referentes a educação. (...) A humanidade nunca vive inteiramente no presente. O passado, a tradição da raça e do povo, vive nas ideologias do supereu e só lentamente cede às influências do presente, no sentido de mudanças novas; e, enquanto opera através do supereu, desempenha um poderoso papel na vida do homem, independente de condições econômicas (FREUD, 1933[1932], p. 87).

Segundo Cordeiro (2007), o supereu tem a tarefa de carregar o que restou do parricídio original de geração em geração, veiculando, tanto o mandamento ‘Não matarás’, como lembrando e punindo o sujeito pelo parricídio já cometido. Nesse sentido, considera que “o supereu é herdeiro do supereu” e que aquilo que se transmite é da ordem da pulsão.

Em *O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente*, Lacan (1957-58) questiona o que pode significar o fato de que para conceber a transição da natureza para a humanidade, seja preciso passar pelo assassinato do pai: “o que esconde o próprio assassinato do pai, na medida que é em torno dele que se faz a revolução graças à qual os jovens machos da horda veem ordenar o que será a lei primitiva, isto é, a proibição do incesto?” (LACAN, 1957-58, p.320). O autor responde a essa pergunta assinalando que a morte do pai primevo esconde a estreita ligação que existe entre a morte e o aparecimento do significante. Na opinião de Lacan, quando escreve *Totem e tabu*, Freud (1913[1913-12]) já havia assinalado o caráter problemático, irreduzível, inadaptável, marcado, pervertido, do desejo no humano.

1.7) Formulações sobre o supereu em Lacan

Ao definir a instância psíquica chamada supereu, Lacan (1953-54) indica que, por um lado, ela é coerente com o conjunto do sistema da linguagem, isto é, com a lei simbólica, na medida em que define a situação do homem enquanto tal; por outro lado, se caracteriza como o avesso dessa lei, chegando a ser seu desconhecimento e até sua destruição: “ele [o supereu] é a palavra mesma, o comando da lei, na medida em que dela não resta mais do que a raiz” (LACAN, 1953-54, p.123).

Para todo ser humano, é na relação à lei à qual ele se liga que se situa tudo o que pode lhe acontecer de pessoal, uma vez que a história do sujeito é unificada pela lei, pelo seu universo simbólico, que não é o mesmo para todos: a tradição e a linguagem diversificam a referência do sujeito. Nesse contexto, Lacan (1953-54) articula a

dimensão rememorativa da pulsão ao supereu, exemplificando a teoria a partir de um caso clínico.

Um dos pacientes de Lacan possuía um sintoma singular no domínio das atividades com a mão. Já havia passado por uma análise anterior, na qual tinha se empenhado em organizar seus diferentes sintomas em torno da masturbação infantil e suas interdições, o que não havia resolvido nada no seu caso. O paciente era um sujeito da religião islâmica e o elemento pessoal mais chocante do desenvolvimento subjetivo era o afastamento e a aversão que tinha em relação à lei do Alcorão. Desde o início de seu relato sobre o caso, Lacan aponta o quanto ficou intrigado com o fato de haver nesse paciente um desconhecimento da lei do Alcorão:

Num sujeito pertencente pelos seus ascendentes, suas funções, seu futuro, a essa área cultural, era algo que me tocou de passagem, em função da idéia que acredito bastante sã, de que não se poderia desconhecer a filiação simbólica de um sujeito. Isso nos levou diretamente àquilo de que se tratava (LACAN, 1953-54, p.228).

Ao saber que esse paciente, durante sua infância, havia caído no meio de um turbilhão – privado e público – que consistia no fato de ter ouvido dizer que seu pai, sendo um funcionário público e tendo perdido seu lugar, era um ladrão, Lacan (1953-54) observa que, segundo a lei do Alcorão, deve-se cortar a mão da pessoa que rouba. Embora a prescrição não seja mais executada, fica inscrita na ordem simbólica. Lacan percebe, então, que este paciente havia cindido seu mundo simbólico, isolando no inconsciente o enunciado sobre o destino daquele que rouba, ao mesmo tempo em que o rememorava através dos seus sintomas:

O resto das referências simbólicas de meu paciente, desses arcanos primitivos em torno dos quais se organizam para tal sujeito suas relações mais fundamentais ao universo do símbolo, foi afetado em razão da prevalência particular que tomou para ele essa prescrição. Ela está, nele, no centro de toda uma série de expressões inconscientes sintomáticas, inadmissíveis, conflituais, ligadas a essa experiência fundamental de sua infância (LACAN, 1953-54, p. 228).

Esse enunciado discordante, ignorado na lei, promovido ao primeiro plano por um evento traumático, reduz a lei a uma ponta cujo caráter é inadmissível e inintegrável: “eis o que é essa instância cega, repetitiva, que definimos habitualmente pelo termo supereu” (LACAN, 1953-54, p.229). A face cega e tirânica do supereu faz a lei simbólica se reduzir a alguma coisa que não pode nem mesmo se exprimir, “como o *Tu deves*, que é uma palavra privada de todos os sentidos” (LACAN, 1953-54, p.123).

Lacan (1953-54) ressalta que, à medida que as diferentes linguagens de uma civilização se complexificam, suas ligações com as formas mais primitivas da lei se reduzem a uma forma essencial: o complexo de Édipo, que ressoa, na vida individual, o registro da lei. Em *O Seminário, livro 4: a relação de objeto*, Lacan refere que o fim do complexo de Édipo é correlativo da instauração da lei como recalçada no inconsciente e assevera que a lei está baseada não só no simbólico, mas também no real, “sob a forma desse núcleo deixado atrás de si pelo complexo de Édipo, que se chama supereu” (LACAN, 1956-57, p.216).

1.8) Articulações sobre o supereu em nossa prática profissional

Segundo Lacan (1953-54), durante uma análise, é ao falar dos elementos traumáticos, dos pontos de fratura, que o sujeito passa a ter a possibilidade de se dar conta de suas determinações simbólicas. Entretanto, como assinalamos na introdução deste trabalho, os adolescentes que faziam das ruas da cidade sua moradia dificilmente nos falavam sobre suas histórias, indicando nelas a presença de uma dor insuportável, que não conseguiam traduzir em palavras, mas que, sem dúvida, expressavam com suas condutas. A esse respeito, Vieira (2008) assinala que o real não pode se representar, o que não quer dizer que não possa se apresentar, “caso em que se faz como um irrepresentável” (VIEIRA, 2008, p. 14).

Foi ao acompanhar o caso de Gilson, um adolescente de quinze anos, durante os períodos em que permanecia no abrigo municipal, que conseguimos observar, pela primeira vez, a articulação entre as condutas dos adolescentes com os quais trabalhávamos, a crueldade da instância superegóica e sua articulação com a herança simbólica.

Gilson era um jovem adolescente que possuía relações extremamente conflituosas com sua mãe, o que o levou a fugir de casa ou ser expulso dela muitas vezes. Passava longos períodos residindo nas ruas, em abrigos ou até mesmo em instituições de internação para cumprimento de medidas socioeducativas, para depois retornar à casa da genitora, de onde logo saía, recomeçando um ciclo. O pai de Gilson era separado de sua mãe e afirmava não poder cuidar do filho.

O adolescente era usuário de crack, fugia com frequência do abrigo municipal e em geral era agressivo tanto com a equipe técnica quanto com os demais funcionários e adolescentes. Algo que chamava atenção na história de Gilson é que ele havia conseguido completar a quinta série, o que possibilitava que fizesse alguns cursos profissionalizantes e fosse encaminhado para estágios, algumas vezes até remunerados. Ele, porém, após a primeira ou segunda semana de estágio, sempre pulava o muro do abrigo para retornar para a vida nas ruas.

Foi numa das poucas ocasiões em que ouvimos Gilson dizer algo sobre sua família, que pudemos compreender um pouco do que o movia naquela direção em relação à sua vida: certo dia, o adolescente pediu para ligar para seu pai que, segundo ele, estava trabalhando de carteira assinada. Depois de falar por alguns minutos com o genitor, desligou o telefone e saiu andando, muito agitado, gritando aos berros, reiteradamente, a expressão “família de crackudo, família de ladrão”. Ao interrogarmos Gilson sobre o que havia acontecido, ele nos disse que seu pai, que era o único da família que estava trabalhando de carteira assinada, largou o emprego. Nesse momento, foi possível perceber que o jovem, ao largar seus estágios e voltar para as ruas, para o crack, se fazia pertencente, ao menos assim, da família que tanto o excluía. Era como se os significantes “crackudo” e “ladrão” fossem o seu sobrenome, o que o identificava à família e, mais especificamente, ao pai.

Em sua *Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia*, Lacan (1950) afirma que não é possível captar a realidade concreta do crime sem referi-lo ao simbolismo que se inscreve nas estruturas radicais que a linguagem transmite inconscientemente e cujas formas coordenam-se na sociedade. Também assevera que as tensões criminosas incluídas na situação familiar só se tornam patogênicas nas sociedades onde essa própria situação se desintegra.

Soler (2007) propõe uma distinção entre os sentimentos de culpa experimentados e enunciados e os que não o são. Afirma que por um lado há a clínica das auto-recriminações, dos escrúpulos, do mal-estar culpado do sujeito; por outro há algo diferente, que não é uma culpa “vivenciada”, mas uma culpa deduzida – deduzida das condutas de fracasso:

É como se – e Freud o notou muito cedo – um dado sujeito procurasse fracassar, donde a idéia freudiana de uma necessidade de punição, que ele refere a um sentimento inconsciente de culpa (...). Esses fenômenos atestam que o sujeito não quer somente seu bem, mas que há um gozo além do princípio do prazer que o cativa, a despeito dele mesmo (SOLER, 2007, p. 55).

Em *Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho analítico*, Freud (1916) afirma que nos criminosos o sentimento de culpa apresenta-se com tal severidade que leva o sujeito a praticar uma ação proibida, pois só assim encontra alívio psíquico. Desse modo, por mais paradoxal que possa parecer, o sentimento de culpa se encontra presente antes da má ação, não tendo surgido a partir dela, mas inversamente: a iniquidade decorreu do sentimento de culpa. Nesse mesmo texto, Freud nos fala do caso dos arruinados pelo êxito, nos quais identifica uma realidade que considera atordoante: as pessoas adoecem precisamente no momento em que um desejo profundamente enraizado e há muito alimentado é realizado: “é como se elas não fossem capazes de tolerar sua felicidade, pois não pode haver dúvida de que existe uma ligação causal entre seu êxito e o fato de adoecerem” (FREUD, 1916, p. 357).

No trabalho tanto no setor de triagem à população em situação de rua, quanto no abrigo ou ainda no Departamento responsável por executar o cumprimento de medidas socioeducativas a adolescentes infratores, inúmeras vezes foi possível observar o que Freud indica no texto acima citado: quando algo há muito esperado se concretizava, tal era insuportável, parecia que naquele momento um imperativo se impunha: “meter os pés pelas mãos”.

Em *O mal estar na civilização*, Freud (1930[1929]) afirma que na severidade de suas ordens, o supereu se preocupa muito pouco com “a felicidade do eu”: emite uma ordem e não pergunta se é possível obedecê-la, presumindo que o eu é psicologicamente capaz de tudo que lhe é exigindo e que dispõe de domínio ilimitado sobre o isso. Freud enfatiza o equívoco das ordens superegóicas, assinalando que o isso não pode ser controlado além de certos limites e que, caso se exija demais de um homem, “produzir-se-á nele uma revolta ou uma neurose, ou ele se tornará infeliz” (FREUD, 1930[1929], p.168).

A severidade da instância superegóica também foi observada na reação terapêutica negativa, isto é, nos casos de pacientes em que, quando Freud (1923) expressava satisfação pelo progresso do tratamento, mostravam sinais de descontentamento e seu estado se tornava pior. O autor explica que tal fato deve-se ao

sentimento inconsciente de culpa, que está encontrando satisfação na doença e se recusa a abandonar a punição do sofrimento. Ele indica ainda que tal sentimento deve ser levado em conta em muitíssimos casos, “talvez em todos os casos relativamente graves de neurose” (FREUD, 1923, p. 66).

Em *O problema econômico do masoquismo*, Freud (1924) assevera que a libido tem a missão de tornar inócua a pulsão de morte, desviando-a para fora do organismo, para o mundo externo. Uma parte dessa pulsão destrutiva é assim desviada, porém outra não compartilha dessa transposição, permanecendo dentro do organismo: “é nessa porção que temos de identificar um masoquismo original, erógeno” (FREUD, 1924, p.204). O autor observa que o masoquismo cria uma tendência a efetuar ações pecaminosas que depois serão expiadas pelas censuras sádicas do supereu ou pelo castigo do poder parental do Destino: “a fim de provocar punição desse último representante dos pais, o masoquista deve fazer o que é desaconselhável, agir contra seus próprios interesses, arruinar as perspectivas que se abrem para ele no mundo real, e talvez, destruir a sua própria existência” (FREUD, 1924, p. 211). O sofrimento acarretado pelas neuroses é exatamente o fator que as torna valiosas para a tendência masoquista:

É instrutivo descobrir, contrariamente a toda teoria e expectativa, que uma neurose que desafiou todo esforço terapêutico pode desvanecer-se se o indivíduo se envolve na desgraça de um casamento infeliz, perde todo o seu dinheiro ou desenvolve uma doença orgânica perigosa. Em tais casos, uma forma de sofrimento foi substituída por outra e vemos que tudo que importava era a possibilidade de manter um determinado grau de sofrimento (FREUD, 1924, p.207).

Também em *Bate-se numa criança*, encontramos uma indicação de Freud (1919) da frequência com que a necessidade de punição está presente nos neuróticos. Nesse texto, o autor apontou seu espanto diante da quantidade de análises em que surgia a construção de uma fantasia de espancamento. Ao analisá-la, Freud pôde observar que se tratava de um sentimento de culpa decorrente dos desejos incestuosos e justificada pela persistência desses no inconsciente – “ser espancado é uma convergência do sentimento de culpa e do amor sexual. Não é apenas o castigo pela relação genital proibida, mas também o substituto regressivo daquela relação” (FREUD, 1919, p.237).

Soler (2007) assinala que todos os textos lacanianos ligam a culpa à transgressão de um limite, a um excesso que traz em si a semente de sua própria destruição, sendo por isso que Freud (1895) tentou abordar e delimitar a idéia de um

objeto originalmente perdido, de uma experiência primária de satisfação que é inigualável e da qual todo gozo encontrado só pode despertar saudade: “o gozo que não falta, aquele que se encontra apesar de tudo, é impróprio à relação sexual. Nesse sentido, ele não consegue estabelecer uma relação, é aquele que não convém” (SOLER, 2007, p.55).

Da mesma forma, Alberti (2004) assinala que quando a falta falta, não há desejo possível, ocorrendo o que Freud chamou de *Triebentmischung* – desintração pulsional – que deixa a céu aberto o que toda pulsão implica, a pulsão de morte: puro gozo desintrincado do desejo.

Coutinho Jorge (2010) exemplifica essa tentativa de transgressão de um limite que só pode levar ao pior com as toxicomanias graves, assinalando que tudo que se oferece ao toxicômano como elemento de prazer parcial, ele rejeita, porque está apegado à ilusão de vivência de uma satisfação absoluta – até certo ponto ilusória, até certo ponto, não, residindo aí o poder da droga. Assim, a droga tem um enorme poder anestésico, abolindo todo mal-estar do corpo, porém, na evolução de seu uso, acaba aumentando o mal-estar e, conseqüentemente, a necessidade da droga. É essa compulsão na busca da satisfação absoluta (que, como vimos, é impossível) que gera o imperativo superegótico que ordena ferozmente o impossível: “Goza!”.

Em *O Seminário, livro 7: a ética da psicanálise*, Lacan (1959-60) assinala que atingir *das Ding*, abrir todas as comportas do desejo leva ao que Sade nos mostra: a dor – “a dor de outrem e, igualmente, a própria dor do sujeito, pois são, no caso, apenas uma só e mesma coisa. O extremo do prazer, na medida em que consiste em forçar o acesso à Coisa, nós não podemos suportá-lo” (LACAN, 1959-60, p.100). A esse respeito, é interessante observar que Jean Genet (1958), célebre escritor francês que em sua infância e adolescência frequentou instituições de internação para jovens delinquentes, assinala justamente que “a criança criminosa é aquela que forçou uma porta que vai dar num lugar proibido. Ela quer que esta porta se abra para a mais bela paisagem do mundo: exige que o presídio que ela mereceu seja feroz, digno do mal que ela se fez para conquistá-lo” (GENET, 1958, p. 16).

A dor é o campo que, na ordem da existência, abre-se no limite em que não há possibilidade para o ser de mover-se, inaugurando o campo do gozo mortífero. Entretanto, no próprio Seminário sobre a ética, Lacan já nos indica uma saída ao circuito mortífero da repetição e do gozo: devido ao deslizamento metonímico, onde um

significante só se representa para outro significante e assim sucessivamente, assinala que a pulsão deve estar também para além da tendência ao retorno do inanimado e que a vontade de destruição representa não só vontade de destruição, mas vontade de Outra-coisa, vontade de recomeçar com novos custos, na medida em que tudo pode ser posto em causa a partir da função do significante. É importante citá-lo neste contexto: “é esse campo que chamo de campo da Coisa, onde se projeta algo para além, na origem da cadeia significante, lugar onde tudo o que é lugar do ser é posto em causa” (LACAN, 1959-60, p. 257).

1.9) Para-além da petrificação significante: alienação e separação

Lacan (1964), em *O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, teoriza a constituição do sujeito a partir de duas operações distintas, porém simultâneas: alienação e separação. A primeira refere-se a uma escolha forçada onde o ser vivo, para entrar na ordem do humano, das trocas e intercâmbios sociais, submete-se a um significante vindo do campo do Outro. Nesse momento, algo do ser perde-se para então passar ao campo do sentido.

Para melhor definir do que se trata na escolha forçada, Lacan (1964) nos remete ao exemplo intitulado por ele de ‘A bolsa ou a vida’, onde ao escolher a bolsa, perde-se ambas, restando, então, como única alternativa, a escolha da vida, porém a partir daí trata-se de uma vida decepada, uma vida sem a bolsa. Da mesma forma, o autor nos explica que, para o escravo, entre a liberdade ou a vida, há apenas a escolha forçada pela vida, que restará para sempre amputada de liberdade.

Deste modo, o sujeito só existe ao se assujeitar ao campo do Outro, da linguagem e do significante: “antes disso, o sujeito não é nada”, nos explica Fernandes (2000). É importante destacar, portanto, a necessidade da existência de um lugar simbólico reservado ao sujeito no campo do Outro, sem o qual sua constituição não se dá. Dito de outro modo, é ao petrificar-se no significante veiculado pelo Outro que o sujeito dá início a sua constituição.

Entretanto, o sujeito não se representa por inteiro no Outro, algo escapa a toda representação, vindo apontar que há um ponto do ser que não se captura pelo

significante, que não se traduz em letra. Nesse sentido, a operação de separação termina a circularidade da relação do sujeito ao Outro:

Uma falta é, pelo sujeito, encontrada no Outro, na intimação mesma que lhe traz o Outro por seu discurso. Nos intervalos do discurso do Outro, surge, na experiência da criança, o seguinte, que é radicalmente destacável: *ele me diz isso, mas o que é que ele quer?* Nesse intervalo cortando os significantes (...) está o que chamei de metonímia. É de lá que desliza o que chamamos desejo. O desejo do Outro é apreendido pelo sujeito naquilo que não cola, nas faltas do discurso do Outro. (LACAN, 1964, p. 209).

Sendo assim, o sujeito aliena-se para passar do ser ao sentido, para ser alguma coisa no campo da existência. Porém, nessa alienação surge, entre o sujeito e o Outro, um ponto cego, um resto sem significação, resto que inaugura o movimento desejante. Esse resto coloca em relevo o Outro em seu limite, o que constitui a operação de separação.

A própria entrada na linguagem já presentifica, portanto, a castração para o humano, uma vez que ao ser marcado pelo significante, algo do ser se perde para sempre. Deste modo, quando em *O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente*, Lacan (1957-1958) constrói a metáfora paterna, apontando o viés simbólico da castração nos três tempos do Édipo, está a nos contar “a história da marca da falta”, uma vez que a mortificação do Outro é dada já na entrada na linguagem.

Em *O Seminário, livro 7: a ética da psicanálise*, Lacan (1959-60) aponta que o que se encontra na lei do incesto situa-se no nível da relação inconsciente com *das Ding*, a Coisa:

é na própria medida em que a função do princípio do prazer é fazer com que o homem busque sempre aquilo que ele deve reencontrar, mas que não poderá atingir, que nesse ponto reside o essencial, esse móvel, essa relação que se chama lei da interdição do incesto (LACAN, 1959-60, p.85).

Vale assinalar ainda que, estando o sujeito entre dois significantes - na medida em que um significante é o que representa o sujeito para outro significante, ele é intervalar, pontual, evanescente, aparece para desaparecer. Em *O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, Lacan (1964) mais uma vez destaca a dimensão pulsativa, de descontinuidade, de fenda do inconsciente:

... tudo que ensinei esses últimos anos tendia a revirar essa exigência de *um* fechado – miragem à qual se apegava a referência ao psiquismo de invólucro, uma espécie de duplo do organismo onde residiria essa falsa unidade. Vocês concordarão comigo que o *um* que é introduzido pela experiência do inconsciente é o *um* da fenda, do traço, da ruptura. Aqui brota uma forma desconhecida do *um*, o *Un* do *Unbewusste* (LACAN, 1964, p. 33).

Deste modo, sendo a produção inconsciente associada a uma fenda que vem a causá-la, o sujeito passa a advir não somente do campo do Outro enquanto tesouro dos significantes, mas também de uma relação na qual subsiste uma falta. Desse modo, Lacan passa a conceber a neurose como tentativa de fazer contorno a esse ponto de falta, traumático, inassimilável, chamado de real. “O real aqui é o que retorna sempre ao mesmo lugar – a esse lugar onde o sujeito, na medida em que cogita, onde a res cogitans, não o encontra” (Lacan, 1964, p. 55).

De acordo com Rinaldi (1996), a ética da psicanálise está centrada no real, momento trágico de afirmação da diferença da ética do desejo. Nesse sentido, designa que Lacan (1959-60), ao centrar sua reflexão sobre a ética, pretendia distanciar-se não só do caráter prescritivo, em termos de valores e ideias de conduta, como também da moral entendida como conjunto de regras e normas que funcionam como sistema de coerção social: “o importante é reter que, ao falar de uma ética da psicanálise, elaborada a partir da referência à Coisa, ao real, Lacan pretende mostrar que a teoria freudiana avança em relação ao pensamento moralista” (RINALDI, 1996, p. 77).

Assim, a ética da psicanálise não propõe nenhuma utopia, nenhum “bem a atingir”, ela se funda em um “princípio de inadequação”: inadequação das palavras às coisas, das palavras a si mesmas, da satisfação buscada à obtida, alertando o analista contra a “falcatrua benéfica do querer-o-bem-do-sujeito”, a ambição de curar.

Nessa perspectiva, no que há estruturalmente privação de objeto, torna-se imperativo representar, simbolizar, substituir esse enigmático objeto do desejo a partir de uma ética do Bem-dizer: “*wo es war soll ich werden*”, como já dizia Freud (1923).

Apresentadas, então, as bases da constituição do sujeito, tentaremos assinalar no próximo capítulo as vicissitudes decorrentes do momento lógico da adolescência e suas consequências para o sujeito. Também buscaremos delimitar a adolescência como momento ético, no qual o sujeito é confrontado com a dimensão real que a pulsão comporta, indicando a importância tanto das referências edípicas quanto do Outro social neste período de separação dos pais e de suas famílias.

2 ADOLESCÊNCIA E PSICANÁLISE

De fato, se quiséssemos interpretar uma época – o que não é o propósito direto da psicanálise –, me parece que bastaria debruçar-se sobre seus adolescentes, pois eles revelam tudo aquilo que uma civilização se empenha em dominar e esconder. (NOMINÉ, 2001).

Em seus *Três Ensaios sobre a teoria da sexualidade*, Freud (1905) não fala de adolescência, mas de puberdade. Assinala que trata-se de um período em que a vida pulsional reaparece com toda sua força devido ao término da latência e início da sexualidade adulta, interrompendo, então, o sono de um Édipo adormecido. É o momento em que as fantasias infantis incestuosas, recalcadas com a entrada no período de latência, voltam a emergir, agora reforçadas pela “premência somática”, isto é, pelo fato do sujeito ter a possibilidade e a maturação biológica suficientes para colocar em ato seu desejo edípico. Paralelamente ao trabalho de subjugação dessas fantasias, ocorre, segundo Freud (1905), uma das realizações psíquicas mais significativas da puberdade: o desligamento da autoridade dos pais.

A puberdade implica, portanto, um encontro com o sexo e com a falta no Outro. O encontro com o sexo não pode ser reduzido à relação sexual propriamente dita, se referindo ao encontro do jovem com as questões sobre a assunção de um posicionamento na partilha dos sexos, isto é, constituir-se enquanto homem ou mulher, posicionando-se frente à castração. Como assinala Alberti (2004), se na infância o sujeito acreditava que o encontro com o outro sexo tinha a possibilidade de ser harmônico, ele agora se depara com o fato de que há mais desencontro com o outro sexo que encontros, e que mesmo estes são sempre faltosos, marcados pela incompletude. Nesse sentido, o encontro com o sexo implica o encontro com algo inesperado, que pode ser bom e/ou ruim, e que necessariamente provoca angústia por trazer a marca do real, do que não pode ser dito, para o que não se tem palavras.

O desligamento da autoridade parental é consequência de o sujeito adolescente não mais poder atribuir uma posição idealizada a seus pais, ou seja, não é mais possível fechar os olhos à insuficiência deles. Alberti (1996; 2004) salienta que, em função do horror à castração do Outro, se durante a infância a criança tenta salvar o pai, ignorando suas falhas, na adolescência trata-se de fazer um longo trabalho de elaboração da falta no Outro. Assim, o trabalho da adolescência implica verificar que por mais que haja o desamparo fundamental, é possível vir a fazer alguma coisa, modificando algo na

realidade para seus próprios fins, levando em conta os limites, o que exige uma postura ética.

As melhores coisas do mundo, filme brasileiro dirigido por Laís Bodanzky e baseado na série de livros *Mano*, escrita por Gilberto Dimenstein e Heloísa Prieto, nos apresenta um retrato paradigmático da adolescência. Mano é um adolescente de quinze anos que na primeira cena do filme aparece em seu quarto assistindo a um show de rock com sua guitarra em punho e de óculos escuros, se imaginando um grande ídolo do rock. Afirma que sempre ouviu seu pai dizer “a gente só é feliz na infância” e “passa rápido, filho, aproveita”. Entretanto, contesta, “rápido o *cacete*, demorou séculos até eu conseguir minha liberdade. Até que enfim chegou”. Na cena seguinte, o garoto encontra-se dentro de um táxi com os amigos, estão bebendo e comentando sobre o corpo das mulheres que passam na rua enquanto se dirigem a um pequeno hotel onde é possível pagar por 20 minutos na companhia de uma prostituta. Mano, porém, não consegue fazer sexo com ela. Na verdade, nem tenta. Apenas espera os vinte minutos passarem enquanto explica à mulher que “ainda não rolou sua primeira vez”. Ao chegar em casa, Mano se depara com as malas de seu pai, que decidiu ir embora: “quando eu descobri que coelhinho da páscoa e papai Noel não existiam, me senti traído, mas descobrir que minha família não existe mais é a pior coisa do mundo”.

Alguns dias depois, Mano e seu irmão vão jantar no apartamento do pai. Começam a interpelar o genitor, questionando, “que mulher é essa que te tirou de casa?”, momento em que seu pai, que é professor, lhes confessa que está namorando um homem, um orientando seu da faculdade. Pedro, irmão de Mano, não suporta a escolha do pai, se afastando dele, ao que Mano, embora às voltas com pensamentos como, “em vez de se separar, minha mãe poderia ter ficado viúva”, “se é para rolar tragédia, não poderia ser uma tragédia normal?”, continua a procurar o genitor. Certo dia, ao visitar o pai, que a essa altura já estava morando com o namorado, Mano se depara com o quarto todo bagunçado, o que o remete à intimidade do pai, fato que se mostra insuportável e o leva a, literalmente, ir embora correndo, sem dizer uma palavra.

O adolescente se interessa por uma garota da sua sala, mas seu interesse por ela o faz levantar questões: “a Valéria é linda e fuma. Fumar é horrível. Isso é um paradoxo. Eu tô completamente apaixonado por um paradoxo. Meu pai é gay. Esse é o maior paradoxo de todos os tempos”. Quando conta para sua melhor amiga sobre a escolha sexual de seu pai, esta diz a Mano que ele tem um pai muito corajoso, por ter

escolhido falar a verdade para os filhos ao invés de “se esconder no armário”. O garoto parece não acreditar na resposta da amiga diante da “gravidade da confidência”, ao que ela, que se chama Carol, lhe responde “tá, o seu pai é gay, e o meu que é antropólogo!”. Com sua fala, a menina deixa claro para Mano que, de alguma forma, todo pai claudica, não se mostrando à altura das expectativas dos filhos.

Carol também está às voltas com a emergência do real sexual e mostra toda sua angústia quando diz que não aguenta mais “esses beijos que não sabe o que significam”, explicando que depois da festa em que beijou um garoto, não sabia se era para fingir que aconteceu alguma coisa ou fingir que não aconteceu nada – “não sei se a gente tava se beijando por beijar ou se tava acontecendo alguma coisa. Odeio esses beijos. Esses beijos são uma merda”.

Para complicar ainda mais a vida de Mano, numa reunião da escola, sua mãe conta para a genitora de outro aluno sobre sua vida pessoal, falando da separação e da escolha do ex-marido em viver com outro homem. A notícia logo se espalha pela escola e Mano passa a ser alvo de piadas e até mesmo de agressões físicas.

É só com o professor de violão que Mano consegue falar do que lhe ocorre, sendo ele quem auxilia o jovem a realizar a travessia que a adolescência estava lhe impondo. Assim, quando Mano consegue falar sobre o que estava ocorrendo na escola, o professor aponta que o adolescente se encontrava diante de uma encruzilhada e que era preciso decidir entre “amarelar ou enfrentar”: “essa escolha, Mano, é sua, é como a escolha da música que você vai tocar. Que música você quer tocar?”. Em outra ocasião, o professor diz a Mano que irá precisar se ausentar por seis meses, pois irá para Europa estudar, correr atrás dos seus sonhos, ao que adverte o aluno a correr atrás dos seus. Após essa ocasião, Mano forma com os colegas da escola uma chapa para concorrer ao grêmio, visando fazer frente ao que vinha ocorrendo na escola: o constante rechaço a que vários alunos eram submetidos quando não se encontravam dentro dos padrões de normalidade esperados, o que incluía a garota lésbica, a que teve fotos sensuais divulgadas pelo namorado...

Na última cena do filme, Mano, que já havia tido alguns (des)encontros com a garota por quem se interessara inicialmente, lê o diário de sua melhor amiga, Carol, onde estava escrito “hoje o Mano tocou *Something*, dos Beatles, na escola. Ficou em segundo lugar na minha lista das melhores coisas do mundo, só perdendo para a bomba de chocolate da padaria. Acho que a bomba só vai sair do primeiro lugar quando eu

gostar de verdade de alguém. Como é que a gente sabe que gosta de alguém de verdade? Eu não sei”. Mano, então, tenta beijar a amiga, que se esquiva dizendo que não aguenta mais esses beijos [que não sabe o que significam]. Ele insiste, garantindo a ela que não precisa mais ter medo, que não vai se decepcionar. Eles se beijam, enquanto Mano pensa, “não é impossível ser feliz depois que a gente cresce. Só é mais complicado”, respondendo, assim, ao dito que ouvira “mais de um milhão de vezes” de seu pai: “a gente só é feliz na infância”.

Alberti (2004) assinala que a adolescência implica um furo no saber do sujeito, que perdeu as referências sólidas às quais estava atrelado – como filho, irmão, herói imaginário dos seriados de TV. Diante do trabalho de se desligar do ideal das referências infantis, o jovem se pergunta: e agora, como fico? quem sou eu?

Nesse momento em que os ideais se quebram, o sujeito é levado a construir suas próprias referências, o que fará, sobretudo, a partir da introjeção dos pais da infância: “os pais também são castrados e é por isso que o filho pode deixá-los, levando consigo a melhor bagagem que puder recolher!” (ALBERTI, 2004, p. 16).

O percurso realizado por Mano em *As melhores coisas do mundo* parece exemplificar o que nos diz a autora supracitada: inicialmente identificado com os astros do rock que admirava, o jovem vai se deparando com os furos do mundo adulto, com o real sexual que reatualiza, a cada vez, o encontro com o impossível, organizando uma certa inacessibilidade do objeto que constitui e dá lugar ao vazio central que engendra o desejo. Assim, quando percebe que não há como escapar do desamparo, que o Outro não pode protegê-lo, Mano lança mão dos recursos que lhe foram transmitidos, até então, por seus pares, mas, principalmente, por seus pais, para enfrentar o desamparo.

2.1) O complexo de Édipo em Freud

Freud (1909[1908]) ressalta que a substituição dos pais por pessoas de melhor situação nos romances imaginativos – que ocorrem pouco antes da puberdade – relaciona-se à saudade que a criança tem dos dias felizes do passado, quando o pai lhe parecia o mais nobre e forte dos homens e a mãe a mais linda e amável das mulheres.

Em *Moisés e o Monoteísmo*, Freud (1939[1934-38]) assinala que quase todas as nações civilizadas, numa fase precoce, glorificavam seus heróis nacionais numa série de

contos e lendas que tinham a seguinte estrutura: o herói é filho de pais aristocráticos e sua concepção é precedida por dificuldades (esterilidade prolongada, seus pais precisam ter relações em segredo devido a obstáculos externos...). Durante a gravidez ou mesmo antes dela, uma profecia alerta contra o nascimento da criança, que geralmente ameaça perigo contra o pai. Diante desse quadro, a criança recém-nascida é abandonada, mas posteriormente salva por animais ou por pessoas de origem humilde que a criam. Na vida adulta, ganha grandeza, fama e a família aristocrática é redescoberta. Em sua interpretação acerca desses mitos, Freud afirma que os primeiros anos de uma criança são dominados por uma supervalorização do pai e, em consonância com isso, rei e rainha nos sonhos e nos contos de fada invariavelmente representam os genitores. Entretanto, mais tarde, sob a influência da rivalidade e do desapontamento na vida real, a criança começa a desligar-se dos pais e a adotar uma atitude crítica para com o pai. Assim, ambas as famílias do mito – a aristocrática e a humilde – são reflexos da própria família da criança, tal como esta lhe parece em períodos sucessivos de sua vida: “a fonte de toda ficção poética é aquilo que é conhecido como o ‘romance familiar’ de uma criança, no qual o filho reage a uma modificação em sua relação emocional com os genitores e, em especial, com o pai” (FREUD, 1939[1934-38], p. 25).

É importante lembrar que Freud atendeu duas adolescentes em sua clínica: Dora e a jovem homossexual. Ambas se encontravam às voltas com a reatualização do drama edípico, como é de praxe na puberdade. Antes de retomarmos o percurso destas análises, faz-se necessário nos determos em explicar em que consiste o complexo de Édipo para Freud.

Em uma nota de rodapé acrescentada em 1915 aos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, Freud assevera que o complexo de Édipo é o complexo nuclear das neuroses e que nele culmina a sexualidade infantil que, por seus efeitos posteriores, influencia de maneira decisiva a sexualidade do adulto.

Em *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos*, Freud (1925) enfatiza que tanto nos meninos quanto nas meninas a mãe é o objeto primordial dos investimentos libidinais da criança devido aos cuidados que recebe dela. No menino, o complexo de Édipo – descrito como desejo libidinal para com a mãe e rivalidade para com o pai – é o primeiro estágio possível de ser identificado, o que é fácil de compreender, visto que neste estágio a criança retém o mesmo objeto que previamente investiu com sua libido enquanto estava sendo amamentada e cuidada.

Também o fato de, nessa situação, encarar o pai como rival e desejar se ver livre dele, tomando-lhe o lugar, é consequência direta do estado real das coisas. Nas meninas, o complexo de Édipo levanta uma questão a mais.

Como o Édipo nas garotinhas corresponde ao investimento libidinal dirigido ao pai e rivalidade com a mãe, surge o problema de determinar como a mãe, objeto de investimento primordial para ambos os sexos, seria abandonada enquanto objeto para em seu lugar ser tomado o pai. Esta questão é respondida por Freud (1924; 1925) através do complexo de castração: a partir do momento em que a menina se depara com o órgão genital do menino, ao observar o pênis de um irmão ou companheiro de brinquedo, imediatamente o identifica como correspondente superior de seu órgão pequeno e imperceptível, passando, assim, a culpar a mãe por ter lhe enviado ao mundo de forma tão insuficientemente aparelhada, o que gera um afrouxamento nas relações da menina com a mãe, permitindo a tomada do pai como objeto libidinal.

Desse modo, na menina o complexo de Édipo seria uma formação secundária ao complexo de castração, o que não ocorre no menino, uma vez que neste o Édipo é primeiro em relação à castração. A castração no menino ocorreria quando, já tendo se deparado com a visão do órgão genital da menina, ele passa a ser ameaçado com a perda de seu órgão. Freud (1924) indica que se a satisfação do amor no campo do complexo de Édipo deve custar ao menino seu pênis, seu eu volta as costas ao complexo de Édipo.

Nos meninos, portanto, o complexo de Édipo termina devido à castração. Nas meninas, o fim do Édipo é mais complexo: é lentamente abandonado ou recalçado, ou ainda seus efeitos podem persistir durante a vida psíquica normal das mulheres (Freud, 1924; 1925). Em *O eu e o isso*, Freud (1923) assinala que abandonando o complexo de Édipo a criança deve renunciar a intensos investimentos objetivos que depositou em seus pais, sendo como compensação por essa perda que existe uma intensificação tão grande das identificações a eles.

A importância da sexualidade infantil e do complexo de Édipo pode ser apreendida dos casos clínicos de Freud. Em *História de uma neurose infantil*, Freud (1918[1914]) afirma que toda neurose de um adulto é construída sobre uma neurose que ocorreu em sua infância, mas que não foi grave o bastante para chamar atenção e ser reconhecida como tal. Neste caso inclusive, embora Freud tenha tratado um homem já adulto, que chegou a seu consultório muitos anos após o início de sua doença (que se desencadeou quando possuía dezoito anos de idade!), apresenta-nos de forma detalhada

a história de sua neurose infantil, indicando, assim, a relação entre a doença da infância e a doença posterior.

Em *Fragmentos da análise de um caso de histeria*, Freud (1905[1901]) nos apresenta o caso da jovem Dora, que se encontrava às voltas com a reatualização de seu drama edípico, com as decepções e incompletudes que escancaram a inexistência da relação sexual. A jovem em questão possui dezoito anos e chega ao consultório de Freud após ter deixado uma carta de despedida para seus pais, na qual afirmava que não podia mais suportar a vida. Alarmado, o pai da moça decidiu procurar o psicanalista vienense, que anos antes já o havia tratado.

2.2) O caso Dora

Freud (1905[1901]) descreve Dora como uma moça simpática que havia herdado da família paterna tanto os dotes intelectuais como as predisposições à doença. Aos oito anos de idade já havia começado a apresentar sintomas neuróticos: sofria de uma falta de ar crônica com acessos ocasionais agudos; aos doze anos, passou a ter dores de cabeça do tipo de enxaquecas, bem como acessos de tosse nervosa. Ao iniciar seu tratamento com Freud, ainda persistiam os acessos de tosse, além de períodos de afonia. A jovem também apresentava um comportamento insociável que parecia indicar um tédio vital.

O círculo familiar da adolescente incluía, além dela própria, seus pais e um irmão um ano e meio mais velho. O pai era um grande industrial ao qual a filha era muito apegada, principalmente devido às graves doenças de que padecera desde que Dora contava com apenas seis anos de idade. A mãe da jovem era uma mulher que concentrava todos os seus interesses nos assuntos domésticos. De acordo com Freud (1905[1901]), a filha menosprezava a mãe, criticando-a e subtraindo-se de sua influência.

O pai da moça relatou a Freud que o abatimento, irritabilidade e as ideias suicidas da filha começaram após um determinado “incidente”. Explicou então que, anos atrás, quando contraiu uma tuberculose, a família se mudou para uma cidade de clima propício para o tratamento da doença. Lá, fizeram uma importante amizade com um casal, o Sr. e a Sra. K. Esta cuidou do pai de Dora durante toda sua enfermidade

com grande dedicação. O Sr. K., por sua vez, era muito amável com Dora, levando-a para passear e lhe oferecendo pequenos presentes. A jovem adolescente também gostava muito dos K. e tratava com muito cuidado os dois filhos deles, dedicando-lhes uma atenção quase maternal. Entretanto, após longos anos de amizade, um episódio recente abalou toda esta configuração: Dora disse à sua mãe que o Sr. K. lhe havia feito uma proposta amorosa durante uma caminhada depois de um passeio pelo lago. O Sr. K. foi chamado a prestar contas sobre o ocorrido, negando qualquer atitude de sua parte que pudesse ter dado margem à interpretação de Dora e lançando suspeitas sobre a moça, que, de acordo com a Sra. K, se interessava em demasia pelos assuntos sexuais.

Para o pai de Dora, não havia dúvida quanto à relação entre o ocorrido com o Sr. K. e os sintomas apresentados pela jovem adolescente à época de sua consulta com Freud, pois desde então a filha passou a ter ódio dos K., exigindo que o pai rompesse relações com o casal.

Ao iniciar os atendimentos de Dora, Freud (1905[1901]) afirma que todo conteúdo que era conscientemente lembrado pela jovem se relacionava com seu pai. Ela não podia perdô-lo por continuar a manter relações com o Sr. e a Sra. K. e encarava essas relações de maneira muito diferente da que o pai queria deixar transparecer: para ela, não havia dúvida de que o que ligava o pai àquela mulher jovem e bonita era um relacionamento amoroso. Sendo assim, tinha a percepção de ter sido entregue ao Sr. K. como prêmio pela tolerância dele para com as relações entre a Sra. K. e seu pai.

Freud, no entanto, irá questionar Dora, implicando-a em sua queixa: isso contra o que você se insurge, como contra uma desordem, não é algo que você mesma participou? Afinal, Dora havia sido cúmplice do relacionamento de seu pai com a Sra. K. por anos, ao repudiar todos os sinais que pudessem mostrar sua verdadeira natureza.

Nesse contexto, Freud conclui que todas as censuras feitas por Dora a seu pai e aos K. tinham por objetivo acobertar censuras dirigidas a ela mesma: a condescendência de Dora para com as relações do pai com a Sra. K. indicava que “durante todos aqueles anos ela estivera apaixonada pelo Sr. K. A censura que fazia contra o pai, recaía sobre sua própria pessoa” (FREUD, 1905[1901], p.42). Dora, no entanto, não concorda com a interpretação freudiana.

A partir de um sonho relatado pela jovem adolescente, Freud chega à seguinte conclusão para o impasse vivido por Dora: desde a cena do lago, na qual o Sr. K. disse

que gostava dela e que não tinha nada com sua mulher, a jovem retornou regressivamente e reforçou sua velha afeição pelo pai:

A menina decidira fugir *com* o pai; na realidade, estava fugindo *para* o pai, em função da angústia frente ao homem que a assediava; convocou a inclinação infantil pelo pai para que esta a protegesse da inclinação recente por um estranho. O próprio pai era culpado pelo perigo atual, pois a havia entregado a esse estranho, movido pelos próprios interesses amorosos. Quão mais belo tinha sido quando esse mesmo pai não amava a ninguém mais do que a ela e se empenhava em salvá-la dos perigos que a ameaçavam! O desejo infantil e hoje inconsciente de colocar o pai no lugar do estranho é uma potência formadora de sonhos (FREUD, 1905[1901], p. 85).

Freud salienta que por anos a fio Dora não externalizou sua paixão pelo pai, mantendo-se na mais cordial harmonia com a mulher que a afastara da companhia dele e que “esse amor pelo pai, portanto, fora recentemente reavivado e, sendo esse o caso, podemos perguntar-nos como isso ocorreu” (FREUD, 1905[1901], p. 60). É interessante observar que embora tenha publicado esse caso em 1905, Freud o escreveu em 1901, sendo provável, portanto, que tenha se baseado nele para escrever o terceiro ensaio sobre a teoria da sexualidade, denominado *As transformações da puberdade* e no qual Freud afirma que

[na puberdade] as inclinações infantis voltam a emergir em todos os seres humanos, agora reforçadas pela premência somática, e entre elas, com frequência uniforme e em primeiro lugar, o impulso sexual da criança em direção aos pais, quase sempre já diferenciado através da atração pelo sexo oposto: a do filho pela mãe e a da filha pelo pai. Contemporaneamente à subjugação e ao repúdio dessas fantasias claramente incestuosas consuma-se uma das realizações psíquicas mais significativas, porém também mais dolorosas, do período da puberdade: o desligamento da autoridade dos pais, unicamente através do qual se cria a oposição, tão importante para o progresso da cultura, entre a nova e a velha gerações (FREUD, 1905, p. 212-213).

Freud acreditava ainda que os pensamentos de Dora que a faziam ocupar-se das relações entre seu pai e a Sra. K. destinavam-se a ocultar o amor da jovem pela Sra. K, “que era inconsciente no sentido mais profundo”. Em uma nota de rodapé, ele chega a afirmar que quanto mais tempo passa do fim da análise de Dora, mais percebe que seu erro nesse caso se refere à dificuldade que teve em perceber que a moção amorosa que ligava a jovem à Sra. K. era a mais forte das correntes inconscientes de sua vida psíquica:

A raiz da preocupação obsessiva de Dora lhe era desconhecida por situar-se no inconsciente. Não é difícil adivinhar a natureza dessa raiz a partir da situação e das manifestações de Dora. Seu comportamento obviamente ia muito além da esfera de interesse de uma filha; ela se sentia e agia mais como uma esposa ciumenta, como se consideraria compreensível em sua mãe. Por sua exigência ao pai (“ou ela ou eu”), pelas cenas que costumava criar e pela ameaça de suicídio que deixou entrever, é evidente que ela estava se colocando no lugar da mãe. E se adivinhamos com acerto a fantasia de situação sexual subjacente a sua tosse, nessa fantasia ela deveria estar-se colocando no lugar da Sra. K. Portanto, identificava-se com as duas mulheres, a que o pai amara um dia e a que amava agora. É óbvia a conclusão que sua inclinação pelo pai era muito maior do que ela sabia ou estava disposta a admitir (FREUD, 1905[1901], p. 58-59).

Em *O seminário, livro 4: a relação de objeto*, Lacan (1956-57) assinala que a Sra. K. é a questão de Dora:

Toda a situação se instaura como se Dora tivesse que formular a questão: *O que é que meu pai ama na Sra. K.?* A Sra. K. se apresenta como algo que seu pai pode amar além dela mesma. Aquilo a que Dora se apega é o que é amado por seu pai numa outra, na medida que ela não sabe o que é (LACAN, 1956-57, p. 143).

Dessa maneira, a Sra. K. se apresenta para Dora como aquela que é objeto da adoração de todos – além de ter o marido, tem o amor de seu pai –, o que leva a jovem a supor que a Sra. K. sabe como uma mulher pode se fazer desejar por um homem, o que lhe confere uma posição de suma importância. Como assinala Maurano, “do alto de sua adolescência, Dora quer saber o que é uma mulher e como esta pode acolher o que um homem pode dar a ela” (MAURANO, 2010, p. 89).

Nesse contexto, toda uma crise no conjunto social que até então havia mantido um equilíbrio desencadeia-se quando o Sr. K. diz a Dora “eu não tenho nada com minha mulher”: Dora pode admitir que seu pai ame aquilo que está para além dela, a Sra. K., mas para que o Sr. K. seja tolerável em sua posição, é preciso que ocupe a função exatamente inversa e equilibradora, a saber, que Dora seja amada por ele além de sua mulher, mas na medida em que a mulher represente alguma coisa para ele. Entretanto, com sua fala, o Sr. K. quer dizer que sua mulher não está no circuito. O que resulta disso? “Toda a situação está rompida ao mesmo tempo. Se o Sr. K. só se interessa por ela, é porque o seu pai só se interessa pela Sra. K., e a partir daí ela não pode mais tolerá-lo. Por quê?” (LACAN, 1956-57, p. 147). Lacan responde a esta pergunta afirmando que, a partir da fala do Sr. K., “não tenho nada com a minha mulher”, Dora se vê relegada ao papel de puro objeto de troca, o que lhe é insuportável e a faz entrar na reivindicação pelo amor paterno: “ela reivindica o que estava muito disposta a

considerar que recebia, mesmo que por intermédio de uma outra, e que é o amor de seu pai. A partir daquele momento, já que este lhe é recusado totalmente, ela o reivindica com exclusividade” (LACAN, 1956-57, p. 147).

2.3) A jovem homossexual

A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher apresenta o caso de uma jovem de dezoito anos descrita por Freud (1920a) como bela e inteligente, pertencente a uma família de boa posição em Viena, que foi levada ao seu consultório por seus pais alguns meses após uma séria tentativa de suicídio.

A jovem adolescente mostrava-se extremamente interessada na companhia de uma certa ‘dama da sociedade’, dez anos mais velha que ela, que, a despeito de seu nome proeminente, era uma *cocotte*, isto é, alguém que, a despeito de viver com uma amiga com quem tinha relações íntimas, mantinha casos promíscuos com alguns homens. Os pais da jovem encontravam-se preocupados e contrariados pela devotada adoração com que a filha perseguia a tal ‘dama’ e procuraram Freud na esperança de que o psicanalista pudesse “reconduzir sua filha a um estado normal de espírito” (FREUD, 1920a, p. 185). Os genitores da adolescente já haviam observado que a filha nunca havia se interessado por rapazes e sabiam que a presente ligação da jovem com a ‘dama’ constituía apenas a sequência, em grau mais acentuado, de um sentimento que vinha demonstrando em anos recentes por outros membros de seu próprio sexo, sentimento que já havia despertado a suspeita e a ira do pai.

A tentativa de suicídio da moça ocorreu quando, num dia em que passeava de braço dado com sua adorada dama, nos arredores do escritório do pai, encontrou-se por acaso com este que lhe lançou um olhar furioso. A jovem, então, confessara à sua acompanhante que o homem que lhe lançara tal olhar era seu pai, diante que a dama se encolerizou e disse à jovem que não queria mais vê-la: o caso tinha de terminar ali. Desesperada, a adolescente se jogou da ponte que atravessava a linha férrea. Após essa ocasião, que deixou a moça por um tempo considerável de cama, embora não tivesse nenhum dano permanente, os pais não ousaram mais se opor à filha com determinação, pois perceberam que fortes medidas disciplinares eram ineficazes. Também a dama, que

até então recebia friamente os cortejos que lhe eram feitos pela jovem, comoveu-se com tamanha prova de amor e passou a tratá-la de modo mais amistoso.

Freud (1920a) observa alguns aspectos desfavoráveis no caso: a demanda de tratamento não provinha da paciente, que, pelo contrário, dizia não sentir necessidade alguma de libertar-se de seu homossexualismo. Entretanto, por “amor aos pais” e por não querer ser “a causa de tanto pesar” na família, a adolescente decide se engajar no tratamento.

Em sua análise, Freud (1920a) mostra seu espanto diante do fato dos seres humanos atravessarem grandes e importantes momentos de sua vida sem notá-los muito, “na verdade, às vezes nem mesmo possuir a mais pálida suspeita de sua existência, ou então, havendo-se dado conta desses momentos, enganar-se a si mesmo tão completamente no julgamento deles” (FREUD, 1920a, p. 203). Nesse sentido, esclarece que no presente caso a jovem desenvolveu uma adoração sentimental por mulheres, que os pais a princípio acharam simplesmente vexatória e raramente levaram a sério. A própria adolescente percebia estar ocupada com essas relações, porém não dava muita importância ao que lhe ocorria, até que um fato específico, uma frustração, gerou uma reação excessiva: seu atual comportamento frente à dama. Entretanto, como assinala Freud, nem mesmo a jovem se deu conta do estado de coisas que a envolvia e do que constituiu uma preliminar necessária ao comportamento que passou a apresentar.

Na infância, a jovem, que era a única filha do sexo feminino, passou pela atitude normal característica do complexo de Édipo e posteriormente começou a substituir o pai por um irmão ligeiramente mais velho. O nascimento de um segundo irmão quando contava entre cinco e seis anos não exerceu influência especial sobre seu desenvolvimento. Na idade entre treze e quatorze anos, apresentou uma afeição exagerada por um menino de três anos de idade, a quem costumava ver regularmente num playground infantil. Apegou-se à criança tão calorosamente que uma amizade surgiu entre seus pais e os do garotinho. Desse modo, para Freud (1920a), pode-se inferir que naquela época a moça possuía um forte desejo de ser mãe e ter um filho. Entretanto, após curto tempo, a adolescente se tornou indiferente ao menino e começou a se interessar por mulheres maduras de aparência jovem:

As manifestações desse interesse logo lhe valeram um severo castigo das mãos de seu pai. Ficou estabelecido, além de qualquer dúvida, que essa mudança ocorreu simultaneamente com certo acontecimento na família e, assim, pode-se examiná-lo em busca de alguma explicação para a mudança. Antes que acontecesse, sua libido se concentrava em uma atitude maternal, a seguir tornando-se uma homossexual atraída por mulheres maduras, assim permanecendo desde então (FREUD, 1920a, p. 194).

A partir da interpretação de uma série de sonhos, o psicanalista chegou à conclusão que o acontecimento que alterou tão drasticamente a vida erótica de sua paciente foi uma nova gravidez de sua mãe e o nascimento de um terceiro irmão quando a jovem contava com dezesseis anos de idade:

no exato período em que a jovem experimentava a revivescência de seu complexo de Édipo infantil, na puberdade, sofreu seu grande desapontamento. Tornou-se profundamente cônica do desejo de possuir um filho, um filho homem; seu desejo de ter um filho de seu pai e uma imagem dele, na consciência ela não podia conhecer. Que sucedeu depois? Não foi ela quem teve o filho, mas sua rival inconscientemente odiada, a mãe. Furiosamente ressentida e amargurada, afastou-se completamente do pai e dos homens. Passado esse primeiro grande revés, abjurou de sua feminilidade e procurou outro objetivo para sua libido (FREUD, 1920a, p.196)

Após seu desapontamento, a jovem repudiara seu desejo de um filho, assim como o amor dos homens e o papel feminino em geral: “ela se transformou em homem e tomou a mãe, em lugar do pai, como objeto de seu amor” (FREUD, 1920a, p.197), o que significa que as mulheres pelas quais se interessava nada mais eram do que substitutos maternos.

Freud observa que a atitude libidinal da adolescente foi reforçada quando ela percebeu o quanto desagradava seu pai: “após ter sido punida por sua atitude afetuosa para com uma mulher, compreendeu como poderia ferir o pai e vingar-se dele. Desde então, permaneceu homossexual em desafio ao pai, sequer tinha escrúpulos em mentir-lhe e enganar-lhe de todas as formas” (FREUD, 1920a, p.200).

É interessante quando Freud assinala que todas as paixões da jovem por mulheres nunca se dirigiam àquelas que tivessem qualquer reputação por homossexualismo e que pudessem lhe oferecer alguma perspectiva de satisfação homossexual. Assim, com nenhum dos objetos de sua adoração a jovem havia fruído de algo além de alguns beijos e abraços. Quanto à dama que havia despertado suas mais recentes e intensas emoções, nunca havia feito mais que beijar-lhe a mão. Nesse sentido, o autor observa que em seu comportamento para com o objeto amoroso, a adolescente comportava-se de modo masculino: supervalorizava o objeto sexual, renunciava a toda

satisfação narcisista e preferia ser o amante, não o amado. Além disso, a jovem paciente insistia na pureza de seu amor e repudiava a idéia de qualquer relação sexual.

Em *O Seminário, livro 4: a relação de objeto*, Lacan (1956-57) afirma que o amor da jovem homossexual corresponde ao amor cortês, aquele no qual a exaltação do objeto amado é o que está no fundo da relação:

não é simplesmente uma atração sentida ou uma necessidade, é um amor que, em si, não apenas dispensa a satisfação, mas visa, muito precisamente, a não-satisfação. Esta é a própria ordem em que um amor ideal pode se expandir: a instituição da falta na relação com o objeto (LACAN, 1956-57, p. 109).

Nesse contexto, Lacan indica que é importante perceber que o que a jovem deseja está para além da mulher amada – “o que é buscado, para além dela, é o objeto central de toda economia libidinal: o falo” (LACAN, 1956-57, p. 111). A esse respeito, é interessante observar que Freud (1920a) já nos dá algumas indicações quando nos diz que após inspecionar os órgãos genitais do irmão mais velho, ainda na infância, a menina desenvolvera uma acentuada inveja do pênis e que as reflexões derivadas dessa inveja ainda continuavam presentes em seu espírito: “Era na realidade uma feminista. Achava injusto que as meninas não gozassem da mesma liberdade que os rapazes e rebelava-se contra a sorte das mulheres em geral” (FREUD, 1920a, p. 211).

O tratamento desta paciente foi interrompido quando Freud, percebendo que o fator emocional de vingança contra o pai estava influenciando o andamento da análise - “ela me transferira o repúdio aos homens que a dominara desde o desapontamento sofrido com o pai. O azedume contra os homens expressou-se por tornar fúteis todos os esforços do analista” (FREUD, 1920a, p. 203) -, encaminhou a jovem para uma analista mulher. Nesse contexto, ele nos fala de uma série de sonhos que a paciente levou para análise e que acredita que tinham a intenção de enganá-lo, pois mostravam-se em extrema contradição com o que a paciente dizia na vida de vigília.

Lacan (1956-57) observa que Freud toma os sonhos enganadores como se fossem dirigidos contra ele, quando, na verdade, tratava-se de revelar o discurso mentiroso que estava ali no inconsciente: “o essencial do que está no inconsciente é a relação do sujeito com o Outro como tal, e essa relação implica em sua base a possibilidade de realizá-la no nível da mentira” (LACAN, 1956-57, p. 108).

Por fim, basta esclarecer que o que estava em jogo na tentativa de suicídio da jovem homossexual era tanto a realização de uma punição (autopunição) quanto a

realização de um desejo. Esse último significava a consecução do desejo que, quando frustrado, a impelira ao homossexualismo, ou seja, o desejo de ter um filho do pai, uma vez que “ela caíra” por culpa do pai (Freud se utiliza aqui de um significante, o verbo *niederkommen*, que em alemão significa tanto cair quanto dar à luz). Em relação à autopunição, Freud (1920a) nota que a ação da jovem indica que no inconsciente dela se desenvolveram intensos desejos de morte contra um ou outro de seus genitores, talvez contra o pai, como vingança por proibir seu amor, porém mais possivelmente contra a mãe, quando grávida do irmão pequeno:

é provável que ninguém encontre a energia mental necessária para matar-se, a menos que, em primeiro lugar, agindo assim, esteja ao mesmo tempo matando um objeto com quem se identificou e, em segundo lugar, voltando contra si próprio um desejo de morte antes dirigido contra outra pessoa (FREUD, 1920a, p. 201)

2.4) O complexo de Édipo em Lacan

Alberti (1996) assinala que a travessia da adolescência, isto é, o desligamento da autoridade parental, é uma questão de escolha diante da qual muitos sujeitos recuam e salienta que só há crise da adolescência onde o Nome-do-Pai opera.

Em *O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente*, Lacan (1957-1958) fez uma releitura do Édipo freudiano valorizando o viés simbólico da castração. Soler (2005) afirma que Lacan retoma, condensa e esclarece a tese freudiana, ao mesmo tempo em que se esforça por apreender sua inteligibilidade:

Não é do pênis que se trata, mas do falo, ou seja, de um significante que, como todo significante, tem um lugar no discurso do Outro, sempre transindividual. Exceto por essa conversão, que, em certos aspectos, muda tudo no que ele mesmo [Lacan] chama de “a querela do falo”, Freud e Lacan parecem caminhar de mãos dadas para afirmar o “falocentrismo do inconsciente” (SOLER, 2005, p. 27).

É a inscrição do Nome-do-Pai que traz a marca simbólica da castração. Assim, logo no início de seu primeiro capítulo sobre os três tempos do Édipo, Lacan (1957-1958) questiona: de que se trata na metáfora paterna? Trata-se de uma simbolização primordial na relação da criança com a mãe, que é a colocação do pai como símbolo, significante, que vai apontar para a falta da mãe e a impossibilidade da criança ser para

ela o falo, ou seja, a impossibilidade da criança dar conta da falta da mãe, na medida em que também ela está submetida à Lei.

Em sua releitura do Édipo, Lacan divide o complexo em três tempos: no primeiro a criança está completamente submetida à lei da mãe, aos caprichos desta. Neste momento, a criança, mergulhada no desamparo em que nasce o bebê humano, busca satisfazer o desejo da mãe, identificando-se especularmente com aquilo que é o ideal para ela. Embora neste primeiro tempo o pai apareça apenas de forma velada, ele logo vem indicar para a criança aquilo que já está projetado no simbólico, isto é, que sua mãe é castrada, está marcada pela falta, pela incompletude, por uma interdição, o que constitui o segundo tempo do Édipo. É ao interditar a mãe que o Pai separa a criança da condição de objeto, de completa alienação, ligando-a, então à Lei e ao universo simbólico.

Faz-se importante assinalar que o pai ao qual nos referimos não é o pai da realidade, mas o Nome-do-Pai, uma função. Lacan (1957-1958) explicita isso quando aponta que a incidência do Pai não se dá quando este, na realidade, proíbe as manifestações sexuais do filho. Para isso, não há necessidade do Pai, a mãe o faz. Também o assevera quando indica que a entrada do Pai não depende da relação pessoal entre o pai e a mãe, mas da mãe com a palavra do pai – “com o pai na medida em que o que ele diz não é igual a zero” (LACAN, 1957-1958, p.197), ou ainda:

O essencial é que a mãe funde o pai como mediador daquilo que está para além da lei dela e de seu capricho, ou seja, pura e simplesmente, a lei como tal. Trata-se do pai, portanto, como Nome-do-Pai, estreitamente ligado à enunciação da lei (LACAN, 1957-1958,p.197).

O terceiro tempo do Édipo corresponde à interdição como possibilidade, é a saída do complexo de Édipo. O pai sustenta a posição daquele que tem o falo, mas que não o é, instaurando para o filho a possibilidade da identificação: “o pai pode dar à mãe o que ela deseja e pode dar porque o possui. Aqui intervém, portanto, a existência da potência, no sentido genital da palavra” (LACAN, 1957-1958, p. 200).

Alberti (1996) ressalta que é somente porque o pai vem barrar o desejo da mãe que o filho passa a ter a possibilidade de desejar:

Até então, o bebê é objeto de desejo do Outro, mas no momento em que o pai aponta para o bebê que tem aquilo que a mãe deseja, o pai passa a ser o detentor desse objeto. Aos olhos do bebê, então, o pai tem o Falo, o que faz com que a mãe descomplete-se dele, seu filho, e o sujeito passe a querer ter o falo, ficar com o pai, na busca vã de recuperar aquele tempo perdido para sempre, em que acreditava ser um com a mãe. Entre outras coisas, isso também induz a uma identificação com o pai, ideal do eu, em posição de exceção: segundo a criança, o pai é o único que tem o Falo (ALBERTI, 1996, p. 231).

Vale assinalar que todo homem sabe que não possui o Falo, mas para que a criança possa completar a operação de separação do Outro, é preciso que ela acredite que o pai tem o objeto de desejo da mãe: “assim, o pai que exerce essa função, faz uma exceção a todos os homens, tem aquilo que nenhum ser humano tem” (ALBERTI, 1996, p.232).

Entretanto, se a criança quer ser como o pai, cujas falhas ela não pode verificar, e não pode porque precisa enganar-se a fim de se tornar sujeito desejante, surge um momento, perfeitamente observado por Freud (1909[1908]), em que os pais já não aparecem mais como os melhores do mundo: pouco antes do início da puberdade, a criança começa a ser capaz de contabilizar as falhas dos pais e assim substituí-los por pessoas que julgam ser de melhor condição nos romances imaginativos.

Em *O mito individual do neurótico*, Lacan (1952) afirma que o pai é sempre um pai discordante com relação à sua função, um pai carente, um pai humilhado:

Há sempre uma discordância extremamente nítida entre o que é percebido pelo sujeito (...) e a função simbólica. Nessa distância reside o que faz com que o complexo de Édipo tenha seu valor – de jeito nenhum normatizante, mais frequentemente patogênico (LACAN, 1952, p. 40).

Nessa perspectiva, Lacan (1952) assinala que tão importante quanto a função simbólica do Édipo é a função narcísica. Refere que a relação narcísica com o semelhante é fundamental no desenvolvimento imaginário do ser humano, tendo função decisiva na constituição do eu, que se forma à imagem de um outro mais avançado e mais perfeito, o que o lança

no plano de uma profunda insuficiência e revela nele uma rachadura, um dilaceramento original, uma derrelição (...). Por isso é que em todas as suas relações imaginárias o que se manifesta é uma experiência da morte. Experiência sem dúvida constitutiva de todas as manifestações da condição humana, mas que aparece muito especialmente na vivência do neurótico (LACAN, 1952, p. 41).

Nesse contexto, Lacan (1952) pontua que é da morte, imaginada, imaginária, que se trata na relação narcísica, sendo exatamente essa a morte que se introduz na dialética do drama edipiano e na formação do neurótico.

Segundo Julien (2000), todo filho demanda um Pai ideal, um mestre digno de ser amado e admirado por ser forte e todo-poderoso, porém, “nenhum pai humano é um Deus”. O autor recorre ao sonho relatado por Freud (1900) em *A interpretação dos sonhos* - no qual um pai que velou por muito tempo o leito do filho doente, após a morte deste, vai repousar num quarto ao lado de onde jaz o cadáver do filho rodeado por velas e vigiado por um ancião, e sonha que o filho está junto de seu leito murmurando: “pai, não vês que estou queimando?”, ao que o pai desperta do sonho e vê uma luz vindo do quarto onde jaz o filho. O ancião havia dormido e um braço do pequeno cadáver e a mortalha haviam sido queimados por uma vela – para dizer que este sonho se refere a instauração de um impossível para além da impotência culpada: nenhum pai pode tudo ver, nenhum pai pode tudo saber.

Em *O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, ao fazer uma análise do sonho acima relatado, Lacan (1964) afirma que o filho queima devido ao peso dos pecados do pai:

Por que então sustentar a teoria que faz do sonho a imagem de um desejo, com este exemplo em que, numa espécie de reflexo flamejante, é justamente uma realidade que, quase decalcada, parece aqui arrancar o sonhante de seu sono? Por que, se não para nos evocar um mistério que não é outra coisa senão o mundo do além, e não sei que segredo partilhado entre o pai e esse filho que lhe vem dizer – *Pai, não vês que estou queimando?* Do que é que ele queima? – senão do que vemos desenhar-se em outros pontos designados pela topologia freudiana – do peso dos pecados do pai, que carrega o fantasma do mito de Hamlet com que Freud duplicou o mito de Édipo. O pai, o Nome-do-Pai, sustenta a estrutura do desejo com a da lei – mas a herança do pai é aquilo que nos designa Kierkegaard, é seu pecado. (LACAN, 1964, p.41).

Ao entrar na puberdade, “o sujeito neurótico perdeu, definitivamente, a crença cega em seu pai. Se por um lado isso lhe dá uma capacidade crítica impossível, por outro, isso exige que o Nome-do-Pai se represente de outra forma” (ALBERTI, 1996, p.234).

Guerra et al (2010) nos lembram que, de acordo com Freud (1914), o que distingue a nova geração – tanto o que é portador de esperança quanto o que choca – tem como condição o desligamento do pai. Nesse sentido, assinalam que na adolescência a função de interdição edípica e a abertura à possibilidade de exercício do

desejo (dada pela possibilidade de encontro com o objeto sexual), se ampliam para sua concretização no pacto social.

2.5) Supereu e adolescência

Em seu texto *Nota sobre a criança*, Lacan (1969) enfatiza que a função exercida pela família destaca uma transmissão que não é a da vida segundo a satisfação das necessidades, mas uma de outra ordem, uma transmissão de uma constituição subjetiva que implica um desejo que não seja anônimo:

É por tal necessidade que se julgam as funções de mãe e pai. Da mãe, na medida em que seus cuidados trazem a marca de um interesse particularizado, nem que seja por intermédio de suas próprias faltas. Do pai, na medida em que seu nome é o vetor de uma encarnação da Lei no desejo (LACAN, 1969, p. 369).

Ao discorrer sobre a adolescência, Nominé (2001) nos indaga: “que categoria significativa é essa, isolada dessa maneira?” e assinala que o conceito de narcisismo é bastante adequado para compreendermos o que está em jogo neste momento da vida.

Inicialmente a criança é objeto do narcisismo dos pais, que tratam de atribuir a ela todas as perfeições, tratando-a como ‘Sua Majestade, o Bebê’. Segundo Freud (1914), a atitude afetuosa dos pais para com os filhos nada mais é que a revivescência de seu próprio narcisismo, há muito abandonado: “a criança concretizará os sonhos dourados que os pais jamais realizaram – o menino se tornará um grande homem e um herói em lugar do pai, e a menina se casará com um príncipe como compensação para sua mãe” (FREUD, 1914, p.108).

Nominé (2001) assinala que é muito importante que a criança seja investida pelo narcisismo dos pais, pois, se isso não ocorre, como é o caso nos subúrbios das grandes cidades, a criança é abandonada na rua e rapidamente colocada a serviço do gozo:

não há então adolescência, as meninas se tornam prostitutas e os meninos se armam, tornando-se assassinos a serviço de fulano ou beltrano. Esses bandos infantis que não o são mais, que por isso não são mais adolescentes, constituem um perigo, um objeto de vergonha, em suma, alguma coisa que se deve fazer desaparecer, no que se mostram empenhadas determinadas milícias (NOMINÉ, 2001, p. 37).

De acordo com Alberti e Pollo (2005), quando as meninas se prostituem e os meninos se armam seu lugar de objeto de gozo do Outro é comprovado pela forma como são tratados: a mesma sociedade que os gerou considera-os objetos de vergonha social e institui milícias destinadas a acabar com eles. Sendo assim, no fenômeno da criminalidade o sujeito adolescente é tanto vítima quanto algoz.

Na mesma perspectiva, ao teorizar sobre os jovens que vivem no universo dos subúrbios, Lacadée (2011) nos alerta para o risco de que esses adolescentes se vejam aprisionados na nomeação predicativa do discurso do mestre, que afirma, tal qual certo ministro francês, que “não são jovens, são a escória, pivetes”, ou ainda “não os chamo jovens, mas delinquentes”, pois uma vez nomeados com essa ponta de desprezo paternalista, os próprios jovens podem violentamente tomar consciência da imagem que o Outro faz deles, o que não é sem consequência para suas existências:

qualificado como *não jovem*, lhe retira a quota de humanidade, o reduz a um objeto, uma mancha a ser limpa, um dejetivo a ser evacuado, o que implica a lógica de fazer desaparecer. Trata-se de negar integralmente esses jovens, retirando-lhes o lugar e a própria condição de onde são supostos falar. Violência absoluta de inspiração totalitária e portadora, se não se toma cuidado, de um ranço de extermínio, que visa fazer consistir “um perigo jovem” com todo equívoco da fórmula (LACADÉE, 2011, p. 12-13).

Para Guerra *et al* (2012) os jovens atravessados pela experiência com o tráfico de drogas não passam pela adolescência, havendo uma precocidade em relação à entrada na vida adulta. As autoras enfatizam que no caso desses jovens há puberdade enquanto despertar para uma sexualidade que “faz furo no real”, mas não há adolescência enquanto período de “moratória”, intermediário entre infância e idade adulta. Destacam, então, que os jovens atravessados pela experiência com o tráfico

passam a ter acesso fácil à vida sexual, ao crime e às drogas, que “oferecem” uma solução rápida e eficaz para o encobrimento da falta estrutural desvelada nesse momento. Logo, ao entrar na puberdade, quando a escolha de uma posição sexuada ainda não está bem definida, muitos desses jovens já se tornam pais, passam a viver com uma companheira, assumem a vida financeira da família de origem, como “homem” da casa, e, por vezes, instalam-se no crime (...). Essa rápida ascensão à condição de adulto não permite, portanto, a vivência da “adolescência”, no sentido de um tempo de moratória, como tempo necessário para a construção de fantasias, que levam ao adiamento de uma resposta imediatista e à escolha sustentada pelo desejo (GUERRA *et al*, 2012, p. 259).

Neste contexto, de acordo com Nominé (2001), é melhor para a criança, e mesmo para a sociedade que a fabrica, que ela seja objeto do narcisismo, caso contrário, é objeto do gozo. Porém, é preciso que isso também não vá longe demais, uma vez que toda problemática do adolescente reside na dificuldade em abrir mão da identificação

com a imagem narcísica para entrar na vida adulta. Assim, o que é doloroso na passagem da infância à idade adulta é que a perda da imagem narcísica desvela a verdade daquilo que é, não a criança, mas o sujeito, primitiva e essencialmente: objeto de gozo para o Outro, sendo esta a verdade escondida atrás do investimento narcísico dos pais, que visa conferir uma significação de amor à existência desse objeto que é a criança.

A falta no Outro entrevista pelo adolescente desperta, segundo Lacadée (2011), o sentimento de uma solidão fundamental, vivida pelo sujeito como abandono. Assim, o sentimento de vazio que assombra o adolescente relaciona-se a uma dificuldade em separar-se daquilo que se foi na condição de criança capturada pelo discurso do Outro, ou seja, trata-se da dificuldade em separar-se daquilo que se foi na condição de criança capturada pelo discurso que, até então, dava a ele uma idéia de si mesmo: “a queda da identificação fálica em que o adolescente se refugiava quando criança se efetua sob o modo de uma ‘tykhé’ e o confronto com a libido, quer dizer, com o corpo em sua dimensão pulsional, tomado como objeto *a*” (LACADÉE, 2011, p.77).

Em *O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, Lacan (1964) ressalta que diante do ponto de falta vislumbrado no Outro, o sujeito pode oferecer-se como objeto de perda:

o primeiro objeto que o sujeito propõe a esse desejo parental cujo objeto é desconhecido, é sua própria perda – Pode ele me perder? A fantasia de sua morte, de seu desaparecimento, é o primeiro objeto que o sujeito tem a pôr em jogo nessa dialética, e ele o põe, com efeito (LACAN, 1964, p. 210).

Nominé (2001) assinala que no momento em que é deixado cair pelo Outro, o sujeito adolescente pode oferecer-se como o pior dos escravos, visando reviver o Outro sob a figura do mestre impiedoso que quer tudo, o que pode dar lugar a exércitos de todos os tipos. Alberti e Pollo (2005) apontam que os exércitos a que se refere Nominé (2001) existem desde a época das Cruzadas, passando pela Alemanha nazista até a atual Al-Qaeda.

Guerra *et al* (2012) nos explicam o envolvimento dos jovens com a criminalidade por um viés semelhante. Assinalam que diante de fenômenos característicos da puberdade (o esfacelamento da imagem, a impossibilidade de dizer das mudanças físicas e afetivas e do real que irrompe com o encontro com a castração), o saber do crime pode ser pensado como um Outro que garante uma resposta e uma

inscrição no laço social: “o Outro do crime prometeria resposta ao furo da estrutura, pois ofereceria um sistema normativo e regulador, ainda que não dialetizável, que funcionaria como contorno ao real em jogo na puberdade” (GUERRA *et al*, 2012, p. 259).

Em *Moisés e o monoteísmo*, Freud assinala que na massa humana existe uma poderosa necessidade de uma autoridade que possa ser admirada, perante quem nos curvemos, “por quem sejamos dirigidos e, talvez, até maltratados” (Freud, 1939[1934-38]). Aponta, então, que essa necessidade das massas corresponde a um anseio pelo pai que é sentido por todos, a partir do final da infância, quando o pai deixa de ser aquele herói idealizado.

Nesse momento, faz-se importante registrar que o supereu com toda sua vertente devastadora, já assinalada no capítulo anterior, se relaciona àquilo que falha no Nome-do-Pai, isto é, àquilo que do desejo da mãe que não é metaforizado. De acordo com Ambertín (2009), os paradoxos freudianos da instância superegóica² se ligam aos do pai:

Lei do pai e inconsistência S(□): regulação que proíbe o gozo e imperativo que obriga ao gozo proibido: aí o supereu que não é paterno, ainda que esteja implicado no avesso da Metáfora Paterna. O supereu é resíduo do pai, aquilo que não faz metáfora, é posição de borda e de causa. Não proclama o que há de morto no pai – que só é tal -, mas presentifica seu resto vivo como incidência sádica. (AMBERTÍN, 2009, p.224).

Em *O Seminário, livro 7: a ética da psicanálise*, Lacan (1959-60) aponta que o que se encontra interdito pelo complexo de Édipo situa-se no nível da relação inconsciente com a Coisa, *das Ding*:

Quero dizer que tudo o que se desenvolve no nível da interpsicologia criança-mãe e que expressamos mal nas categorias ditas de frustração, da gratificação e da dependência não é senão um imenso desenvolvimento da coisa materna, da mãe na medida em que ela ocupa o lugar dessa coisa, de *das Ding*. Todo mundo sabe que o correlato disso é esse desejo do incesto, que é o grande achado de Freud. (...) É isto que se trata de segurar firmemente em nossa mão – Freud designa na interdição do incesto o princípio da lei primordial da qual todos os desenvolvimentos culturais são apenas as consequências e as ramificações – e, ao mesmo tempo, ele identifica o incesto com o desejo mais fundamental (LACAN, 1959-60, p.84).

² Alguns dos paradoxos freudianos do supereu são, de um lado: “herdeiro do isso”, “produto catabólico-pulsão de morte”, “masoquismo primordial”, de outro, seu contraste: “herdeiro do complexo de Édipo”, “identificação ao pai”, “juízo crítico da Consciência Moral”. Quanto ao pai: “função salvadora e protetora do pai”, “introjeção do pai” e seu contrário: “pai terrível”, “incorporação canibalística”, “possessão demoníaca” (Ambertín, 2009).

Lacan (1959-60) está a enunciar que a questão ética para a psicanálise relaciona-se à ligação profunda pela qual o que se apresenta para o sujeito como lei está estreitamente ligado à estrutura do desejo. Parafraseando o discurso de São Paulo concernindo às relações da lei e do pecado, nos diz:

É a Lei a Coisa? De modo algum. Mas eu não conheci a Coisa senão pela Lei. (...). Foi a Coisa, portanto, que, aproveitando-se da ocasião que lhe foi dada pelo mandamento, excitou em mim todas as concupiscências; porque sem a Lei a Coisa estaria morta. Quando eu estava sem a Lei, eu vivia; mas, sobrevindo o mandamento, a Coisa recobrou vida e eu morri. Assim o mandamento que me devia dar a vida, conduziu-me à morte. Porque a Coisa, aproveitando-se da ocasião do mandamento, seduziu-me e por ele fez-me desejo de morte (LACAN, 1959-60, p. 103).

Lacan proporá a partir daí que, se de um lado há desejo e lei, reguladores ligados ao Édipo, de outro há um resíduo que escapa a essa articulação: campo do gozo, onde situa-se o supereu lacaniano.

Alberti (1996) salienta que a dificuldade da adolescência depende da ferocidade do supereu – formado a partir da incorporação dos pais que se dá através da identificação com eles na infância – que, “quanto mais terrível, tanto maiores as dificuldades do sujeito, maiores os conflitos que teria, sobretudo no que diz respeito ao campo de sua sexualidade, ao campo do desejo que, de uma forma ou de outra, sempre é sexual” (ALBERTI, 1996, p. 34).

2.6) A importância do Outro social na adolescência

Na *Conferência XXXI*, Freud (1933[1932]) afirma que, no curso do desenvolvimento, o supereu também assimila as influências que tomaram o lugar dos pais – educadores, professores, pessoas escolhidas como modelos ideais: “Realizam-se, pois, identificações também com esses pais dessa fase ulterior, e, na verdade, regularmente fazem importantes contribuições à formação do caráter” (FREUD, 1933[1932], p. 83-84). Ainda neste texto, o autor assinala que quando levamos em conta o supereu estamos dando um passo importante para a compreensão do comportamento social da humanidade - “do problema da delinquência, por exemplo” – e até dando indicações práticas referentes a educação.

Em *Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar*, Freud (1914) afirma que os jovens transferem para os professores o respeito e as expectativas ligas ao pai da infância. Nessa perspectiva, Vidal (2005) indica que a desidealização do pai na adolescência é acompanhada pela articulação de novos ideais e pela ereção de novas figuras idealizadas para constituir um recurso pelo qual o sujeito busca refazer seu pacto com a civilização. Segundo o autor

dedução da impossibilidade interna do Édipo pela via da castração, o declínio enquanto “destruição e superação” do Édipo tem por condição a identificação com o pai antes ocorrida, pois o que está em jogo é precisamente se valer do pai de outro modo, diferente da demanda infantil de amor (VIDAL, 2005, p. 42).

Em *Psicologia das massas e análise do eu*, Freud (1921) assinala que um grupo é definido pelos laços libidinais que o caracterizam e que a família é uma formação natural de grupo. Ressalta, então, que quando um grupo se desintegra, ou seja, quando os laços libidinais que ligam os membros se afrouxam ou deixam de existir, cada um passando a se preocupar apenas consigo mesmo, surge uma angústia gigantesca, desproporcional ao perigo vivido: “agora que está sozinho a enfrentar o perigo, pode certamente achá-lo maior, embora permaneça o mesmo” (Freud, 1921, p. 122). É um quadro semelhante a este descrito acima por Freud que encontramos na adolescência, quando ocorre um momento de vacilação do eixo imaginário do jovem, de perda das referências da infância, de questionamento dos ideais parentais - que se tornam inconsistentes - e de desligamento das figuras parentais, ou seja, trata-se de um momento em que o sujeito adolescente busca, a duras penas, construir suas próprias referências com a ajuda de seus pares. Como assinala Apolinário (2006), é preciso, nesse momento da vida do sujeito, buscar no Outro pontos de apoio, referências simbólicas que o apaziguem e ajudem a responder a pergunta que se impõe: “quem sou eu, agora?”.

Deste modo, se Nominé (2001), citado no início deste capítulo, diz que a juventude é quem nos mostra o que se passa pelo mundo, é justamente porque ela está em posição de mostrar, em suas condutas, as condições simbólicas – ou a carência delas – de acolhimento do sujeito recém-chegado, que ultrapassam, embora estejam a ela ligadas, as possibilidades de sobrevivência material. Ângelo (2007) nos ajuda a compreender o que está em jogo:

Trata-se das condições necessárias ao tornar-se sujeito, isto é, alguém capaz de se sustentar com seu desejo, única proteção verdadeira contra o mal-estar, pois é com ele que o homem cria, inventa, decide, dá sentido à vida, isto é, tira leite de pedra. É a adolescência, então, que pode denunciar se do lado do outro comparecem as possibilidades de haver sujeito. Isto porque é o momento em que se afrouxam os laços familiares, em razão das inevitáveis decepções, pondo à prova tudo o que se constituiu como pilar da subjetividade na infância. O jovem é aquele que, decepcionado com a figura parental como ideal, mas não sem ela, volta-se para o mundo em busca de algo que possa substituí-la (ÂNGELO, 2007, p.34).

Assim, foi por observar que no momento de se separarem de seus pais e suas famílias, os adolescentes estão desarvorados, diante de um ponto de real, onde a vida pulsional irrompe de maneira inesperada, que Freud (1914b) ressaltou a importância do mestre, do Outro social, que deve exercer sobre o jovem uma influência mantenedora da vida, de modo a fazer frente às repressões exigidas pela cultura e pela civilização.

Alberti (2004) destaca que não há escolha que prescindia de indicativos e direções que lhe são anteriores e explica que o sujeito os recebe ao longo de sua infância, mas que pode continuar recebendo esses mesmos indicativos e determinantes ao longo de todo processo adolescente, desde que não lhe falte quem lhe possa transmiti-los. Nesse sentido, a autora assinala que o adolescente pode ser assistido tanto pelos mestres quanto pelo psicanalista.

O psicanalista se dirige ao adolescente para fazê-lo trabalhar a fim de produzir sua própria determinação – verificar o que o determina para o sofrimento do qual se queixa e assim se descobrir sujeito desejante.

O discurso do mestre pode transmitir duas leis possíveis: “a lei veiculada pela função paterna enquanto barrando o desejo do Outro, ou seja, a lei que castra o Outro, e a lei da pura interdição que justamente não sustenta o sujeito desejante, mas tiraniza-o, exigindo que trabalhe e deixe seu próprio desejo Um para depois” (ALBERTI, 2004, p.55). Essa segunda forma de lei fica evidente num diálogo do texto ‘O Despertar da Primavera’, de Wedekind (citado por Alberti, 2004), quando um jovem adolescente Melchior, pergunta a seu amigo Moritz: “Eu só queria saber, por que é que a gente veio parar neste mundo?”, ao que o colega responde: “Para ir ao colégio. Eu preferia ser um burro de carga a ir ao colégio! Para que vamos ao colégio? Para fazer os exames! E para quê os exames? Para sermos deixados cair!”. De acordo Alberti (2004), a fala de Moritz reflete um tipo de relação entre o mestre e o aluno na qual o professor é um Outro sem limites que não se importa com qualquer apelo do sujeito-aluno, descaracterizando-o

mesmo enquanto sujeito. Nesse sentido, a autora indica que para a sociedade pouco importa se em seu posicionamento o sujeito segue seu desejo, motivo pelo qual depende exclusivamente do sujeito responsabilizar-se pelo próprio desejo

Em seu *Prefácio a Juventude desorientada de Aichhorn*, Freud (1925) afirma que o trabalho da educação é algo *sui generis*, não devendo ser confundido com a influência psicanalítica e nem substituído por ela. Porém, assinala que a psicanálise pode ser convocada pela educação como meio auxiliar de lidar com uma criança e encerra seu texto com uma inferência para “aqueles que estão empenhados na educação”:

se um deles aprendeu a análise por experimentá-la em sua própria pessoa e está em posição de empregá-la em casos fronteiriços e mistos – crianças e delinquentes juvenis – a fim de auxiliá-lo em seu trabalho, obviamente terá o direito de praticar a análise; e não se deve permitir que motivos mesquinhos tentem colocar obstáculos em seu caminho (FREUD, 1925, p.343).

No trabalho que realizamos em diferentes instituições públicas de atendimento ao adolescente, tentamos seguir à risca esta direção dada por Freud, assim como aquela fornecida em suas *Contribuições para uma discussão acerca do suicídio*, onde assinala que é preciso fornecer ao jovem o desejo de viver e lhe oferecer apoio e amparo numa época da vida em que as condições de seu desenvolvimento o compelem a afrouxar seus vínculos com a casa dos pais e a família.

3 FRAGMENTOS CLÍNICOS

A psicologia clínica não é externa ao campo político, social, jurídico, nem mesmo econômico. Onde, a própria ética com a qual o psicólogo deve abordar um caso – independente de este ser o de um adolescente, de sua família ou mesmo de um membro da equipe encarregada de seus cuidados –, se define, necessariamente, na articulação desses campos. Segundo Alberti (2000), o cotidiano do trabalho do psicólogo em uma instituição só tem a ganhar se ele pode ser fundamentado não apenas em articulações teóricas que norteiem as intervenções, como também nas preocupações de pesquisa, que garantem aos trabalhadores do nosso campo, a possibilidade de dividir com seus pares, para além do círculo institucional, as impressões e os aprendizados advindos de sua prática, sendo, ao mesmo tempo, via de elaboração das dificuldades que a experiência, por definição, impõe.

Levando em conta a inserção do psicólogo no trabalho possível do campo público e considerando as orientações políticas atuais, relataremos a seguir um pouco de nossa experiência profissional numa das unidades de internação do Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro (DEGASE), o Centro Integrado de Tratamento ao Uso e Abuso de Drogas (CITUAD). Visamos testemunhar que o psicólogo efetivamente pode fazer alguma coisa a partir da especificidade de sua atuação.

Na sequência, abordaremos três fragmentos clínicos acompanhados por nós em diferentes instituições públicas de atendimento ao adolescente. Os dois primeiros resultam de nosso trabalho em diferentes unidades do DEGASE. O terceiro fragmento foi acompanhado por nós enquanto trabalhávamos na Secretaria de Assistência Social do município de Niterói, no setor de atendimento à população em situação de rua.

3.1 DEGASE

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), é dever da família, da sociedade e do poder público, assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes a fim de lhes facultar o

desenvolvimento em condições dignas³. Nesse intuito, através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, são formuladas políticas públicas de atendimento que podem ser agrupadas em três segmentos: políticas sociais básicas, políticas e programas de assistência social – em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem – e políticas socioeducativas destinadas aos adolescentes que cometem ato infracional, conduta descrita como crime ou contravenção penal.

Devido à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, as crianças e adolescentes são considerados inimputáveis e estão sujeitos às medidas protetivas e/ou socioeducativas previstas no ECA. Ao ato infracional cometido por criança – pessoa com até doze anos de idade incompletos – são aplicadas medidas protetivas que vão desde o encaminhamento para os pais ou responsável, com orientação, apoio e acompanhamento temporários, até o acolhimento institucional. No caso dos adolescentes, que possuem idade entre doze e dezoito anos, verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar alguma medida protetiva e/ou as seguintes medidas socioeducativas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade, internação em estabelecimento educacional.

No Estado do Rio de Janeiro, o DEGASE – Departamento Geral de Ações Socioeducativas – é o órgão do Poder Executivo, vinculado a Secretaria de Educação, responsável pela execução das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação aplicadas pelo Poder Judiciário aos jovens em conflito com a lei.

A atual estrutura institucional do DEGASE é composta por oito unidades de internação (Centro de Socioeducação Gelso de Carvalho Amaral, Centro de Socioeducação Dom Bosco, Educandário Santo Expedito, Escola João Luiz Alves, Centro de Atendimento Intensivo de Belford Roxo, Centro de Socioeducação Professor Antônio Carlos da Costa, Centro Integrado de Tratamento ao Uso e Abuso de Drogas, Centro Socioeducativo Professora Marlene Henrique Alves) e dezessete unidades de semiliberdade (denominadas CRIAADs – Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente) localizadas em diferentes municípios do Estado do Rio de

³ São considerados direitos fundamentais: vida, saúde, alimentação, liberdade, respeito, dignidade, convivência familiar e comunitária, educação, cultura, esporte, lazer, profissionalização e proteção no trabalho (Brasil, 1990).

Janeiro, com objetivo de garantir o direito dos adolescentes à convivência familiar e comunitária (CEPERJ, 2012).

Nas internações cujo regime é de semiliberdade (CRIAADs), os adolescentes podem ser autorizados a passar os finais de semana com a família e realizam atividades de escolarização, profissionalização e tratamento médico/odontológico fora da instituição, com os recursos existentes na comunidade. A semiliberdade pode ser determinada desde o início da medida socioeducativa ou como forma de transição para o meio aberto, após o cumprimento de uma medida de internação.

A internação constitui medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. As instituições de internação são divididas em dois tipos: de internação provisória e internação propriamente dita.

As instituições de internação provisória são locais de internação cautelar em que os adolescentes acusados por prática de ato infracional, após oitiva do Ministério Público, aguardam a data de sua audiência com o juiz, ocasião em que serão julgados e que poderá ser determinado o cumprimento de alguma medida socioeducativa. Essa internação cautelar não pode ultrapassar o prazo de quarenta e cinco dias e é determinada apenas nos seguintes casos: 1) quando o adolescente tem seu ato infracional considerado como cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa; 2) quando o jovem é reincidente no cometimento de outras infrações graves; 3) quando houve descumprimento reiterado e injustificado de medida anteriormente imposta. Nos demais casos, o jovem aguarda a data de sua audiência com o juiz em liberdade.

As instituições de internação propriamente dita são aquelas em que o adolescente cumpre medida socioeducativa de internação determinada pelo juiz. Embora esta medida não tenha prazo mínimo determinado, não pode exceder o prazo de três anos, devendo sua manutenção ser reavaliada, no máximo, a cada seis meses. Nas instituições de internação as atividades pedagógicas são obrigatórias e o Estado tem o dever de zelar pela integridade física e mental dos adolescentes internos.

3.2 Centro Integrado de Tratamento ao Uso e Abuso de Drogas (CITUAD)

Única unidade de internação do sistema socioeducativo com objetivos explícitos de tratamento para saúde, o CITUAD – Centro Integrado de Tratamento ao Uso e Abuso de Drogas – possui uma rotina diferente das demais instituições de internação, nas quais, segundo a fala dos adolescentes e agentes socioeducativos, o que ocorre é “massacre”⁴. Com capacidade máxima para doze adolescentes, o espaço físico do CITUAD é o de uma casa. Não fosse a presença de grades na porta dos três quartos da instituição, seria possível pensar que se tratava de um abrigo público para adolescentes do sexo masculino.

A casa em que se situa o CITUAD localiza-se abaixo do nível da rua, sendo necessário descer alguns degraus até chegar ao pátio de entrada, amplo espaço livre com alguns bancos e um esgoto que corre exatamente na entrada da casa, onde é possível ver as fezes dos adolescentes boiando. Esporadicamente, quando o cheiro fica muito forte, beirando o insuportável, agentes e adolescentes se põe a cavar buracos no intuito de escoar o esgoto pelas laterais da casa, também povoada por ratos. Nos fundos do terreno há um campo de futebol gramado – frequentemente utilizado –, limitado por um muro com falhas estratégicas para a evasão dos adolescentes, não impedida pelos agentes socioeducativos que seguem à risca o lema que orienta as instituições de tratamento de saúde: “aqui só fica quem quer”.

Neste contexto, conhecido por ser rota de fácil de evasão, o CITUAD é uma unidade na capital povoada por adolescentes do interior. Há uma crença que permeia todo o sistema socioeducativo e também o Judiciário do Estado do Rio de Janeiro de que os adolescentes que moram na capital e cidades adjacentes (Duque de Caxias, Belford Roxo, Magé, São Gonçalo, Niterói) não permanecem na instituição devido a proximidade e consequente facilidade de retornarem para suas residências. Acredita-se que os adolescentes que vivem em cidades mais distantes – como Itaperuna, Campos e Resende, por exemplo – têm mais dificuldades em seu retorno para casa, motivo pelo qual permanecem na instituição durante os três meses exigidos pelo Judiciário como tempo mínimo de internação necessário para um tratamento anti-drogas. Sendo assim,

⁴ Nas instituições de internação, os adolescentes, estando sob constante vigília dos agentes, são oprimidos e humilhados de forma constante, mantendo-se ambos tensos ao longo de todo o tempo em que convivem, o que faz com que, muitas vezes, baste o aparecimento de uma pequena faísca para gerar situações que culminam em agressões físicas graves, como tapas no rosto.

os próprios juízes da Vara da Infância e Juventude da capital e Grande Rio apenas muito raramente chegam a encaminhar adolescentes para o CITUAD, que acaba por receber predominantemente jovens provenientes do interior do Estado.

No entanto, o que pudemos constatar a partir da clínica do caso a caso, é que os motivos que levam um adolescente a permanecer ou não na instituição são bem mais complexos, muitas vezes subjetivos, dificilmente geográficos. Observamos adolescentes do interior evadirem-se na mesma semana de sua chegada no CITUAD, assim como pudemos acompanhar uma longa internação de um adolescente da Baixada Fluminense. No primeiro caso observamos adolescentes extremamente envolvidos com o tráfico, que tinham dívidas a saldar e muitas vezes temiam pela vida de seus familiares, ou ainda jovens cuja existência parecia não fazer sentido fora do contexto do tráfico de drogas. A esse respeito, Laurent (2007) salienta que os territórios e as figuras dos chefes do tráfico apresentam-se, para muitos jovens, como uma tentativa de fundação de um lugar, um ponto de ancoramento: “tomam o lugar do pai, porque lhes dão um nome, e da mãe, porque lhes são solidários” (LAURENT, 2007, p.158).

O filme brasileiro *Salve Geral* (2009), dirigido por Sérgio Rezende e baseado em fatos reais ocorridos na cidade de São Paulo durante uma onda de violência no ano de 2006, nos mostra tanto a escolha forçada diante da qual se encontram muitos jovens na sua relação com o tráfico, assim como o lugar que a facção criminosa ocupa na vida de alguns deles. Rafa é um jovem de classe média que após o falecimento do pai, precisa se mudar com a mãe para um bairro da periferia de São Paulo. Numa noite, quando vai com o amigo Beto a um local onde jovens fazem exhibições de manobras radicais com carros, acaba batendo no carro de um dos organizadores do evento, que lhe cobra dinheiro. Beto, o amigo de Rafa, intervém na situação e é assassinado, momento em que Rafa, desesperado, pega uma arma que estava no porta-luva do carro do amigo e tenta atirar no homem que o matou, mas acerta uma menina, que morre. Rafa é imediatamente preso e quando julgado, condenado. Ao adentrar no sistema carcerário, encontra celas lotadas, onde os presos se revezam em turnos para dormir, uma vez que o tamanho da cela não comporta todos os seus ocupantes deitados ao mesmo tempo. Quando percebe o poder que o PCC⁵ tem na cadeia, Rafa procura um de seus

⁵ A facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital), a mais organizada do país hoje, surgiu no início da década de 90 com objetivo de combater a opressão dentro do sistema prisional paulista, no Centro de Reabilitação Penitenciária de Taubaté, local que acolhia prisioneiros considerados de alta periculosidade pelas autoridades (Folha de São Paulo, 2006).

representantes perguntando se poderia ser transferido para uma cela mais confortável. Mediante um pagamento mensal para a facção criminosa, Rafa passa a ocupar uma cela na qual tem uma cama. Lá, o jovem conhece “Xis”, convicto membro do PCC, que fala de forma empolgada e talvez até apaixonada sobre o “Comando”. Quando Rafa teria direito a visitar sua mãe no final de semana pela primeira vez, os líderes do PCC, revoltados com a transferência de 500 de seus mais importantes membros para presídios de segurança máxima, decidem dar um “salve”, isto é, fazer uma rebelião: “quem *tiver* no sistema [penitenciário] é para quebrar. Quem *tiver* na rua é para matar polícia. Quem *tiver* na rua e não cumprir, vai morrer”. A ordem dada pela liderança do PCC envolve a dimensão da escolha forçada: a liberdade ou a vida? Se o sujeito escolhe a liberdade, pronto, ele perde as duas imediatamente, “se ele escolhe a vida, tem a vida amputada de liberdade” (LACAN, 2008, p. 207-8). Rafa, por ter pedido a ajuda da facção criminosa para mudar de cela e ter se tornado colega de um de seus membros, passa a estar sujeito às suas regras. Quando vai sair do portão da penitenciária para encontrar sua mãe no final de semana, o jovem é advertido por “Xis”: “Mano, hoje não vai dar pra você ir embora”. Nesse contexto, Rafa sai para passar o final de semana fora da penitenciária, mas não pode encontrar a mãe, vai “pilotar”/dirigir para o PCC, colaborando com a rebelião.

O lugar ocupado pelo tráfico na vida de alguns jovens é ilustrado em um diálogo entre “Xis” e Rafa. Este último fala em tom queixoso ao colega que seu sonho era ser piloto de corrida, ao que “Xis” responde: “Posso falar? Você está melhor agora, se você fosse piloto da Ferrari, estaria rico, mas rico só para você e agora você está pilotando *pra* um negócio, *pra* fazer uma revolução”. Rafa interrompe “Xis”, lhe perguntando em tom incrédulo, “você acredita mesmo nisso?” e tem como resposta “certeza, mano. Se eu não acreditar nisso, o que vai ser da minha vida?”.

Com efeito, diante da vulnerabilidade social a que estão sujeitos esses jovens, a própria vida ficaria sem sentido, razão de o “patrão da boca” (Petracco, 2007) se tornar a referência principal, pai-patrão bem mais real do que todo aquele que não quer ver ou ouvir o que esses jovens têm a dizer. Na contramão disso, apostamos que a inserção do psicólogo no âmago dos dispositivos engendrados pelas recentes políticas públicas do DEGASE permite supor que é possível fazer alguma coisa, o que procuraremos testemunhar com os relatos de nossa experiência.

3.3 O que aprendemos com Marcos?

O adolescente da Baixada Fluminense que acompanhamos durante uma longa internação no CITUAD é Marcos. Quinze anos, magro, baixinho, franzino, aparentava fisicamente ser uma criança no auge dos seus oito anos de idade⁶. Morava em Duque de Caxias e já estava em sua segunda internação no CITUAD. Na primeira delas, passou apenas minutos na instituição (é importante ressaltar que quando algum adolescente foge de uma unidade do sistema socioeducativo, ele não fica impune: é expedido um mandato de busca e apreensão e esse jovem passa a ser um “foragido da polícia” até que complete 21 anos de idade). Em entrevista realizada com Marcos durante sua segunda internação, lhe perguntamos o que o fez permanecer no CITUAD desta vez. O jovem, então, nos contou que houve uma noite em que o pessoal do tráfico bateu na porta de sua casa pedindo para que os levassem até seu melhor amigo. Chegando no local onde estava o garoto, com quem costumava dividir todas as suas peripécias, deram um tiro em cada uma das palmas da mão dele, pois havia roubado na comunidade. A visão dos tiros no amigo assustaram Marcos. Por pouco havia escapado dessa, poderia ter sido ele, por sorte, dessa vez não havia participado do furto. A mãe do adolescente também ficou horrorizada: quando saíram com seu filho pelas vielas da comunidade à procura do amigo dele, ela temeu pela vida de Marcos. Um ponto de real tocou mãe e filho. Ambos decidiram juntos que era preciso fazer algo: Marcos não poderia ser o próximo. Resolveram, então, que o adolescente deveria se entregar à polícia e regularizar sua situação jurídica, o que de fato ocorreu.

O encontro com Marcos ensinou-nos algo mais sobre a realidade em que vivem os jovens do CITUAD, para muito além do que o discurso jurídico compreende sobre os jovens que, tantas vezes, passam pelas instituições que ele cria. Definitivamente a razão da permanência na instituição não é geográfica! E sim, uma aposta de que ainda é possível sustentar a vida, apesar de todas as dificuldades.

⁶ No Degase, os adolescentes que possuem porte físico de crianças pequenas são chamados pelos colegas e também pelos agentes socioeducativos de “Bebel”. Esses jovens perdem seu nome próprio e recebem esta alcunha que deixa clara sua fragilidade física.

3.4 A importância dos agentes socioeducativos: a psicóloga por testemunha.

Na rotina institucional do CITUAD, os adolescentes são acordados às oito horas da manhã, tomam café e participam de um grupo coordenado por um agente socioeducativo. Foi interessante observar que como os agentes trabalham por plantão, vários deles conduzem o grupo ao longo da semana. Assim, embora tenha uma estrutura padrão: fala-se um lema (tipo o dos alcoólicos anônimos, “só por hoje”) para que em seguida os adolescentes leiam as notícias do dia – que variam do futebol à política –, as características pessoais dos agentes influenciam a forma de conduzir o trabalho. Um agente em especial, cientista social, professor no município do Rio, morador e líder comunitário na Favela da Maré, trabalhava no DEGASE há vinte anos e conduzia o trabalho de forma extremamente interessante. Deixava um tempo livre para que os adolescentes pudessem falar, dizer do que lhes incomodava, contar sobre os passeios e torneios esportivos. Às vezes era uma farra, um adolescente caçoando do outro, brincando, fazendo chiste com o colega, mas outras vezes trovejava, surgiam assuntos tensos, como quando iria chegar ao CITUAD um adolescente que havia assaltado por duas vezes a casa de outro jovem que estava na instituição⁷. Os meninos diziam que iriam matá-lo, torturá-lo, espancá-lo, que ele não valia nada, pois “era um ladrão! como podia ter coragem de roubar dentro da comunidade?”.

Diante da liberdade que era dada pelo agente para fazer circular a palavra, decidimos fazer parte do debate na ocasião supracitada. Considerando que os jovens que falavam também praticavam furtos, embora fora dos muros (invisíveis) de suas comunidades, dissemos a eles que é dessa forma que parte da classe média os enxerga e que muitas pessoas acham que o mesmo deveria ser feito com eles: que deveriam ser exterminados, espancados, aniquilados. Explicamos que não concordávamos com essa visão, que existem leis para serem aplicadas aos que a infringem e que no Brasil não são permitidas penas de morte nem de tortura. Os adolescentes pareciam não entender o que estávamos falando, mostravam-se regidos por uma lei dura e clara, que poderia ser enunciada assim: “aos que não respeitam as regras (sagradas) do tráfico, dor, humilhação e morte”. Pareciam também ter lido Freud (1930[1929]), em *O mal-estar na*

⁷ Os agentes socioeducativos quando são oficialmente informados de que chegará na instituição algum jovem, logo procuram saber em qual cidade ele reside a fim de levantar informações com os adolescentes que estão internados sobre àquele que está por chegar: se o conhecem, qual seu envolvimento com o tráfico, como se comporta, qual seu perfil...

civilização, quando diz que um estranho é indigno de receber amor, possuindo mais direito à hostilidade e ao ódio por parte daquele que não o conhece. Freud justifica sua afirmação assinalando que um estranho não hesitará em prejudicar aquele que não conhece se com isso puder obter algum benefício ou satisfazer algum desejo, sendo, portanto, capaz de caluniar, insultar, escarnecer e mostrar sua superioridade:

“o elemento de verdade que as pessoas estão dispostas a repudiar é que os homens não são criaturas gentis que desejam ser amadas e no máximo podem defender-se quando atacadas; pelo contrário, são criaturas entre cujos dotes instintivos deve-se levar em conta poderosa quota de agressividade. Em resultado disso, o seu próximo é, para eles, não apenas um ajudante potencial ou um objeto sexual, mas também alguém que os tenta a satisfazer sobre ele a sua agressividade, a explorar sua capacidade de trabalho sem compensação, utiliza-lo sexualmente sem os eu consentimento, apoderar-se de suas posses, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, torturá-lo e matá-lo (FREUD, 1930[1929],p.133).

Deste modo, conhecedores de verdades tão íntimas quanto estranhas, que apontam a maldade profunda que habita o próximo e por isso também em nós mesmos (já que é à imagem do outro que formamo-nos como eu), os adolescentes pareciam presos a um circuito onde, se “ou eu ou o outro”, “antes ele do que eu”. Neste contexto, um dos jovens, que inclusive liderava os demais, falava alto frases tão atroz, que o diretor da unidade abriu a porta com mais dois agentes socioeducativos perguntando se deveriam acabar com o grupo. Apesar de o agente coordenador dizer que estava tudo bem, que os adolescentes podiam falar o que pensavam, que era importante o espaço de discussão – o que levou o diretor se retirar da sala –, o grupo foi logo encerrado, porque os adolescentes não falaram mais nada. Pudemos testemunhar como o agente pode respeitar esse silêncio.

Continuávamos buscando no cinema nacional, que produz muito na tentativa de nos ajudar a compreender nossas *idades partidas*⁸, uma ancoragem simbólica para nossos encontros com as realidades nas instituições. Durante o final de semana seguinte ao que acabáramos de vivenciar no grupo, assistimos a *Faroeste Caboclo* (2013), filme brasileiro dirigido por René Sampaio e inspirado na música homônima de Renato Russo (1987) que nos conta a história de João de Santo Cristo. Pobre e negro, ainda menino João se depara com o desconcerto do mundo. Após tentar furtar algumas balas na mercearia em que seu pai estava bebendo, é acusado pelo dono do local de ladrãozinho. O pai intervém na situação a favor do filho, motivo pelo qual foi assassinado, pois o

dono do estabelecimento era irmão do policial da pequena cidade de Santo Cristo, no interior da Bahia. Quando adolescente, João decide vingar a morte do pai e assassina o homem que o havia matado, o que o leva a passar algum tempo na FEBEM. Quando libertado, João vai para Brasília procurar o único parente que sabe ter. Pablo, primo de João, é um traficante peruano que o acolhe, mas logo lhe dá “um serviço”: vender maconha na asa sul da cidade. Ao fazer suas vendas, João conhece Maria Lúcia, por quem se apaixona e que até o faz deixar de traficar, retomando um trabalho que tinha como carpinteiro. Entretanto, João já estava envolvido demais com o tráfico para sair ileso. Após uma visita à Maria Lúcia, é apreendido pela polícia, que o entrega a Jeremias e seus comparsas, playboys que dominam o tráfico de drogas na asa sul e possuem grande articulação com a polícia a fim de manter a hegemonia de seu negócio. João é espancado, torturado e sexualmente abusado. Após esse episódio, difícil de ser simbolizado, João novamente quer se vingar e retoma a ligação com o primo Pablo, que o havia avisado que não adiantava querer viver como trabalhador honesto, lhe dizendo: “você é de Santo Cristo, é preto, pobre, analfabeto, é merda”. Começa, então, um *bang bang* à brasileira que termina com a morte do policial que apreendeu João, dos comparsas de Jeremias, do próprio Jeremias, de Pablo e seus “soldados” e também de João e Maria Lúcia. A cena final do filme é a primeira assistida pelo espectador, na qual João de Santo Cristo nos diz “se dependesse do resto do mundo, não tinha lugar para mim. Sei que eu passei a vida procurando o meu. Só que tem coisa que a gente escolhe e tem coisa que escolhe a gente. E eu já nasci com muita conta para acertar”.

Em nosso trabalho, estaríamos diante de outros tantos João de Santo Cristo? Seria utópico crer em alguma mudança a partir da intervenção no grupo feita durante a semana? Haveria cabimento falar daquele jeito com adolescentes cujas vidas se deparam a todo instante com o não cumprimento ou até mesmo o avesso da lei? – essas e outras questões não calavam em nós a partir do filme. Mas eis que na semana seguinte, um agente socioeducativo de um CRIAAD relatou que técnicos da instituição em que trabalhava levaram os adolescentes internos para assistir *Faroeste Caboclo* no cinema e que os jovens voltaram cabisbaixos, introspectivos e calados. Quando questionados sobre o motivo de estarem tão “*pra baixo*”, um dos adolescentes respondeu: “você querem que a gente pense o quê?”.

Na semana seguinte, durante o grupo matutino conduzido pelo agente já citado, os adolescentes voltaram a falar sobre a possível chegada do garoto que havia assaltado

a casa de um dos internos do CITUAD. Diante das constantes afirmações de um jovem mais exaltado sobre a necessidade de aplicação de um “corretivo” no adolescente que estava por vir para a instituição, e a partir do filme e da conversa com o agente do CRIAAD, nos ocorreu de lhe dizer: “Fulano, você já deve ter passado por muitas situações duras e extremamente difíceis na vida para pensar assim”. Para nossa completa surpresa, o adolescente começou a chorar. Mostrou-se extremamente angustiado quando disse que todos os dias se martirizava com pensamentos para os quais não tinha resposta e que diziam respeito ao que seria da sua vida dali para frente, se teria forças para fazer algo diferente ou se era melhor “correr logo” para o tráfico: “fico pensando que não vou aguentar, que vou recair nas amigadas”. Também falou que já sofreu muito. Relatou o episódio em que o padrasto colocou fogo na casa em que morava com a mãe e os irmãos, quando estavam todos dentro da residência. Disse que perderam toda mobília, mas que semanas depois sua mãe retomou o relacionamento com o padrasto, com quem teve que conviver na mesma casa apesar do ódio que sentia. Ao final do grupo, oferecemos ao adolescente a possibilidade de ele continuar falando sobre o que o angustiava em outro espaço, individualmente. Não houve tempo para uma verificar o efeito do convite: quando retornamos ao CITUAD, uma semana depois, tivemos a notícia de que o adolescente evadiu-se. Notícia, mais uma vez, surpreendente... O que faria o jovem, que já estava na instituição há dois meses, ir embora justo agora, quando parecia que uma possibilidade efetiva de trabalho vinha se delineando? A resposta não tardou: o adolescente havia sido espancado por um agente socioeducativo. Nem todo agente sustenta a função socioeducativa da maneira como o fez o coordenador do grupo da semana anterior...

Após o grupo matinal, os jovens vão para a escola, localizada dentro do Centro de Socioeducação Dom Bosco, instituição de internação provisória que fica a apenas alguns metros do CITUAD. No colégio, adolescentes que cumprem medida socioeducativa no Dom Bosco e no CITUAD frequentam as mesmas classes. Eventualmente há conflito entre eles. Os motivos são banais: os adolescentes que estão na instituição cujo objetivo é o tratamento para dependência química podem manter seus cabelos como quiserem, por isso, “tiram onda” com os jovens que estão no Dom Bosco, cujas cabeças são raspadas com máquina zero durante toda sua permanência na instituição. Como nos ensina Freud (1918 [1917]), o narcisismo das pequenas diferenças é bélico. Numa manhã logo após o grupo que relatamos acima, o adolescente

exaltado do qual falávamos, que agora chamaremos de Erick, provocou uma briga na escola e deu um soco num jovem “do Dom Bosco”. O agente socioeducativo do CITUAD tirou Erick da sala de aula e o levou para a instituição em que estava internado. Chegando lá, entrou com o adolescente numa sala reservada e lhe bateu muito, com o aval do então diretor da instituição.

Quando a equipe técnica soube do ocorrido, enviou o adolescente para atendimento médico que comprovou lesões no tímpano, embora o jovem não tivesse qualquer marca no corpo. No DEGASE, é comum ouvir dos agentes as seguintes falas “é preciso saber bater para não deixar marcas”, “é preciso bater quando o adolescente está ‘querendo aparecer demais’ para mostrar quem é que manda”. Infelizmente, embora o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Brasil, 2012) preconize o desenvolvimento de uma ação socioeducativa sustentada nos princípios dos direitos humanos, responsabilizando legalmente quem descumprir suas determinações, as agressões físicas e verbais aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa ainda são frequentes, principalmente nas instituições de internação. No CITUAD, em nossos oito meses de trabalho, esta foi a única vez em que algo tão grave ocorreu, motivo pelo qual a instituição é considerada diferenciada em relação às demais instituições de internação.

No dia da visita familiar, que acontece todos os sábados, Erick contou para seus parentes o que havia acontecido dentro dos muros da instituição. A assistente social que estava de plantão relata que a mãe do jovem a questionou: “como posso deixar meu filho neste lugar?”, emendado em seguida “se eu o levo embora, ele passa a dever à Justiça, mas ele não pode continuar aqui apanhando”. Diante desse quadro, a assistente social orientou a família a procurar a Vara da Infância e Juventude de sua Comarca para fazer uma denúncia. Erick evadiu-se da instituição minutos depois da visita de sua família.

3.5 Uma nova direção.

Após esse dramático episódio, houve uma troca na direção da instituição. A chegada de um novo diretor renovou os ares e trouxe novos rumos. O novo responsável não era um agente socioeducativo (como é de praxe na maioria das instituições do

Degase, que jamais tem sua chefia delegada a um técnico, funcionário de nível superior, geralmente psicólogo ou assistente social), mas um funcionário administrativo, o que se mostrou extremamente favorável, pois ele não vinha tão carregado de pré-conceitos. Também era contra a prática de qualquer tipo de violência, o que acabou por coibir os agentes, que sabiam que não teriam nenhum respaldo caso algo fora dos padrões legais viesse a ocorrer.

O novo diretor se preocupou ainda com a aparência da casa: mandou pintá-la e deu fim ao esgoto fétido na entrada da instituição. Também determinou que cada técnico deveria propor uma oficina para realizar com os adolescentes. Considerando que o CITUAD tinha uma cozinha inutilizada - pois todas as refeições eram terceirizadas e servidas como “quentinhas/marmitex” - e que a comida não era das melhores, pensamos em iniciar uma oficina de culinária.

A idéia se concretizou quando, num dia de visita familiar, a equipe técnica organizou um churrasco. Os funcionários haviam feito uma “vaquinha” para compra da carne e decidiram que o arroz, o feijão e a farofa seriam aproveitados da quentinha. Estavam todos comendo, bebendo e comemorando, menos Bruno. Não havia vindo ninguém da família dele. O adolescente estava visivelmente chateado, encontrava-se sentado na entrada do pátio de forma a ver todo movimento, mas sem dele participar. Nos sentamos ao seu lado para conversar e só então descobrimos que Bruno estava se recusando até mesmo a comer e beber: “onde já se viu churrasco sem vinagrete?”, “não tem vinagrete? não vou comer, não é churrasco”. É claro que tanto mal-estar não se devia a ausência do vinagrete, mas foi assim que ele conseguiu nomear. Aproveitamos a ocasião para falar com o adolescente sobre o projeto de iniciar uma oficina de culinária e que a primeira receita poderia ser o vinagrete. Ficou combinado que já na próxima semana iniciáramos a atividade, embora ainda não tivéssemos panelas, talheres e nem a verba para compra da comida.

Na semana seguinte, chegamos ao CITUAD com panelas e algum dinheiro para comprar os ingredientes necessários à realização da receita combinada. Bruno, logo que acordou, se dirigiu à sala da equipe técnica: “e aí, trouxe as paradas?”. É interessante observar que no imaginário dos adolescentes, os funcionários não se importavam com eles e iam trabalhar porque eram remunerados para isso, “vocês estão aqui pelo dinheiro”, “ganham um bom salário”, “quanto você ganha?”, ouvíamos com frequência. Nesse sentido, quando iniciamos a oficina com recursos próprios, houve um giro no

discurso, algo se moveu, “afinal, o que será que ela quer?”. De nossa parte, vale assinalar que, antes de iniciar esta oficina, ainda nos perguntávamos sobre qual nosso papel na instituição e algumas vezes pensávamos em desistir. Sendo assim, a decisão de iniciar e levar adiante a oficina se relacionava a uma tentativa de insistir, tentar construir alguma via de trabalho antes de dizer que não era possível, o que foi fundamental.

Iniciamos a culinária com receitas que pudessem complementar a refeição servida em marmiteix pelo DEGASE, mas logo a instituição se responsabilizou por nos enviar os ingredientes e foi possível fazer pratos completos: estrogonofê de frango, escondidinho de batata, macarrão com molho vermelho, macarrão com molho branco, bife com batata frita, cachorro quente... No espaço da oficina, os adolescentes cantavam os *funks* que compunham, diziam dos hábitos em suas casas, mostravam seus dotes culinários ou aprendiam a cozinhar... Além disso, era um espaço deles: o cardápio do mês era definido de comum acordo e por votação, a comida que sobrava ficava na geladeira deles para que comessem quando quisessem, os agentes socioeducativos só participam se fossem convidados...

Nosso comprometimento foi valorizado tanto pelos adolescentes – que passaram a nos dirigir suas demandas fora do contexto da oficina, possibilitando a construção de um trabalho que visa à emergência do sujeito – quanto pelos agentes socioeducativos, que valorizavam um técnico “que não fica só dentro da sala, sem interagir”, como diziam. No imaginário dos agentes, os técnicos só faziam relatório, não se interessando efetivamente pelos adolescentes e “deixando o trabalho duro, de conviver com os jovens” para eles: “os técnicos criticam nosso trabalho, querem nos denunciar, mas eles não sabem nada sobre o que é lidar com esses adolescentes, só ficam no ar condicionado e chamam o menino uma vez ou outra”. Por fim, nos surpreendemos positivamente quando, após duas colegas da equipe técnica questionarem junto ao diretor da unidade qual o objetivo da oficina de culinária, um agente socioeducativo nos trouxe um artigo cuidadosamente recortado do jornal *O Globo* daquela semana: “Empresas multinacionais utilizam oficinas de culinária como forma de desenvolver habilidades entre os funcionários”.

3.6 Crime e castigo: a história de Thiago

Thiago é um adolescente de 17 anos. Alto, negro e corpulento, foi carinhosamente apelidado pelos colegas de “Tim Maia”. Internado em instituições do Degase desde janeiro de 2013, viemos a conhecê-lo em setembro do mesmo ano, quando foi transferido para o CITUAD – Centro Integrado de Tratamento ao Uso e Abuso de Drogas.

Em suas primeiras sessões, Thiago chega dizendo que estava “tranquilo” e que o atendimento psicológico não era necessário, pois de nada adiantaria “querer mudar sua cabeça”. Afirmou que já havia sido acompanhado por diversos profissionais e que nada havia sido alterado em sua vida ou em seu modo de pensar o mundo. Entretanto, como éramos responsáveis por enviar ao juiz da Vara da Infância e Juventude o relatório que iria subsidiar a decisão do magistrado acerca da progressão ou remissão da medida socioeducativa aplicada ao adolescente, alguns encontros entre nós eram indispensáveis.

Como a maior parte dos jovens internados no CITUAD, Thiago reside no interior do Estado. Iniciou o consumo de drogas no início de sua adolescência, aos doze anos de idade e logo depois começou a fazer alguns pequenos serviços para o tráfico. Aponta que inicialmente fazia tudo muito escondido e que seus pais nem desconfiavam de nada, indicando que foi só algum tempo depois da separação dos genitores, quando decidiu ir morar com o pai, que se envolveu efetivamente com o “movimento”, passando a ser “pego” com frequência pela polícia.

Thiago nos explica que se mudou para casa do pai porque sua mãe estava namorando e que, num determinado dia, lhe disse que “estava doida para que ele completasse dezoito anos”, para que saísse de casa, para que ela pudesse viver a própria vida. Thiago acredita que a mãe queria ter mais liberdade com o namorado, que era disso que ela estava falando, que a presença dele limitava a vida sexual dela. O adolescente revidou na hora, disse que ela não precisaria esperar mais nem um minuto: ele estava indo morar com o pai. Pergunto a Thiago se sua mãe nunca havia pedido para ele voltar para casa e o adolescente responde que não.

Foi em sua quarta apreensão pela polícia, ao ser flagrado com considerável quantidade de droga, que Thiago foi encaminhado à porta de entrada do DEGASE (em suas apreensões anteriores, o adolescente pôde responder ao processo em liberdade).

Após oitiva do Ministério Público, o jovem permaneceu em internação cautelar provisória até a data de sua audiência⁹, quando foi encaminhado ao CRIAAD de Friburgo, instituição de semiliberdade em que os adolescentes são autorizados a passar os finais de semana com a família.

Durante os finais de semana, no entanto, Thiago continuou a se envolver em atividades ilícitas, o que culminou num assalto à mão armada a uma loja de conveniência, localizada num posto de gasolina. Nessa ocasião, o adolescente estava com outros jovens de moto, mas apenas ele entrou na loja, mascarado com o próprio capacete. O que salta aos olhos nesse caso é que, menos de uma hora depois do assalto, Thiago voltou sozinho, a pé, com a mesma roupa, à loja de conveniência para comprar guloseimas. Foi reconhecido imediatamente e os funcionários acionaram a polícia. Por se tratar de um município pequeno e considerando que Thiago já havia sido apreendido algumas vezes, além do fato de ser quase inconfundível fisicamente, a polícia logo soube se tratar do adolescente e se dirigiu ao CRIAAD para comunicar o ocorrido à equipe técnica, que por sua vez o relatou formalmente ao juiz, que realizou nova audiência e encaminhou o adolescente para o CITUAD, onde o conhecemos.

Thiago chegou ao CITUAD resignado quanto à sua situação judicial. Jamais queixou-se de ter sido enviado para lá pela equipe do CRIAAD, pelo contrário, embora reclamasse dos abusos cometidos pelos agentes socioeducativos nas instituições fechadas, afirmava que a internação, estar contido entre muros, para ele era importante, pois sem uma contenção literal, explícita, não conseguia se manter abstinente das drogas ou evitar comportamentos disruptivos.

É possível pensar que Thiago procurava castigo. O que mais poderia ter feito com que voltasse à loja que tinha acabado de assaltar? Quando relata o caso do “Homem dos lobos”, Freud nos ensina que “uma criança que se comporta de forma indócil está fazendo uma confissão e tentando provocar um castigo. Espera por uma surra como meio de simultaneamente pacificar seu sentimento de culpa e de satisfazer sua tendência sexual masoquista” (FREUD, 1918[1914], p. 43).

Em 1916, Freud já havia assinalado que muitas vezes as crianças são propositalmente travessas para provocarem o castigo, ficando quietas e contentes depois

⁹ É importante assinalar que, embora de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 183, a internação cautelar provisória não possa exceder o prazo de quarenta e cinco dias, Thiago ficou por dois meses na instituição aguardando seu encontro com o juiz.

de terem sido punidas, por assim satisfazerem seu sentimento de culpa. Em relação aos jovens, Freud vai mais além, afirma que chegam a cometer furtos, fraudes e mesmo incêndios voluntários, o que o leva a classificá-los como “criminosos em decorrência do sentimento de culpa”:

Ao me terem falado sobre sua juventude, mormente antes da puberdade, pessoas que, mais tarde, frequentemente se tornaram muito respeitáveis, me informaram sobre ações proibidas que praticaram naquele período – tais como furtos, fraudes e até mesmo incêndio voluntário. Eu tinha o hábito de me descartar dessas declarações com o comentário de que estamos familiarizados com a fraqueza das inibições morais daquele período de vida e não fazia qualquer tentativa para localizá-las num contexto mais importante. Mas, eventualmente, fui levado a proceder um estudo mais completo de tais incidentes por alguns casos gritantes e mais acessíveis, nos quais as más ações eram cometidas enquanto os pacientes se encontravam sob meus cuidados e já não eram tão jovens. O trabalho analítico trouxe então a surpreendente descoberta de que tais ações eram praticadas principalmente por serem proibidas e por sua execução acarretar, para seu autor, um alívio mental. Este sofria de um opressivo sentimento de culpa, cuja origem não conhecia, e, após praticar uma ação má, essa opressão se atenuava. Seu sentimento de culpa estava pelo menos ligado a algo (FREUD, 1916, p. 375).

Desse modo, por mais paradoxal que possa parecer, o sentimento de culpa se encontra presente antes da má ação, não tendo surgido a partir dela, mas inversamente – “a iniquidade decorreu do sentimento de culpa. Essas pessoas podem ser apropriadamente descritas como criminosas em decorrência do sentimento de culpa” (Freud, 1916, p. 375).

Quando escreve sobre Dostoievski, Freud assinala que o célebre escritor russo foi injustamente condenado como prisioneiro político e passou inabalado por anos de tormento e humilhação devido à necessidade de punição de sua economia psíquica:

Em vez de punir-se a si mesmo, conseguiu fazer-se punir pelo representante supremo. Temos aqui um vislumbre da justificação psicológica das punições infligidas pela sociedade. É fato que grandes grupos de criminosos desejam ser punidos (FREUD, 1928[1927], p. 215).

Mas, qual a origem desse sentimento de culpa, dessa necessidade de punição? Freud (1916) a localiza no complexo de Édipo, como uma reação às duas grandes intenções criminosas de matar o pai e de ter relações sexuais com a mãe:

Em comparação com esses dois, os crimes perpetrados com o propósito de fixar o sentimento de culpa em alguma coisa vinham como um alívio para os sofredores. Nesse sentido, devemos lembrar que o parricídio e o incesto com a mãe são os dois grandes crimes humanos, os únicos que, como tais, são perseguidos e execrados nas comunidades primitivas. Também devemos lembrar como outras investigações nos aproximaram da hipótese segundo a qual a consciência da humanidade, que agora aparece como uma força mental herdada, foi adquirida em relação ao complexo de Édipo (FREUD, 1916, p. 376).

A mãe de Thiago visitou-o quinzenalmente na instituição. Desde o início chamou-nos atenção o fato de ela se comportar como uma adolescente. Não tinha autoridade, conversava com o filho de igual para igual e ele fazia questão de soltar piadinhas banais para provocá-la. Ela, por sua vez, respondia a todas, não ignorando nenhuma. Interessante ainda era o fato de a mãe debochar do filho dizendo que a namorada dele não existia, que se tratava de um namoro por telefone, “disque amizade”. Em um dos atendimentos a Thiago, quando o adolescente diz que embora goste de uma menina não consegue ser fiel a ela, pois “o negócio é ter várias”, lhe pergunto por que sua mãe diz que o namoro dele é “disque amizade”. O jovem me responde que todas as vezes que ele apresentou à mãe uma de suas namoradas, o relacionamento desandou, acabou, então que decidiu dessa vez não levá-la em casa, motivo pelo qual a genitora só sabia da existência da menina porque o via conversando ao telefone com ela.

Em “A tendência à depreciação na esfera do amor”, Freud (1912) nos fala da ambivalência que caracteriza a vida sexual de muitos homens: quando amam, não desejam, e quando desejam, não podem amar. Aponta que a mulher amada e idealizada acaba por rememorar imagens incestuosas que lhe são proibidas, motivo pelo qual não consegue obter grandes cotas ou mesmo algum prazer sexual junto a ela, o que o faz procurar objetos sexuais depreciados.

Freud (1910b) observa ainda que mesmo a escolha de objetos sexuais degradados deriva da fixação infantil, dos sentimentos de ternura pela mãe:

o pensamento consciente do adulto apraz-se em considerar a mãe como uma pessoa de pureza moral inatacável; e para ele poucas ideias são tão ofensivas, quando partem de outros, ou sente como tão atormentadoras, quando surgem da própria mente, como a que proclama este aspecto de sua mãe. No entanto, exatamente essa relação de contraste agudo entre ‘a mãe’ e a ‘prostituta’ nos animará a investigar a história do desenvolvimento desses dois complexos e da relação inconsciente entre os mesmos, já que, há muito tempo, descobrimos que o que, no consciente, se encontra dividido entre dois opostos, muitas vezes ocorre no inconsciente como uma unidade (FREUD, 1910b, p. 153-154).

Nesse contexto, Freud nos esclarece que quando o menino adquire um conhecimento mais ou menos completo das relações sexuais entre os adultos, nos anos da pré-puberdade, o aspecto dessas descobertas que mais o afeta reside no fato delas aplicarem-se também a seus pais. Assim, quando não pode mais nutrir nenhuma dúvida que torne seus pais uma exceção às normas universais odiosas da atividade sexual, diz-se a si próprio, com lógica cínica, que a diferença entre sua mãe e uma prostituta não é afinal tão grande, visto que fazem a mesma coisa. As informações recebidas pelo

adolescente despertam traços de lembrança das impressões e desejos de sua infância, reativando seu desejo pela mãe e rivalidade para com o pai e, “se esses impulsos não desaparecem rapidamente, não há outra saída para os mesmos senão seguir seu curso através de fantasias que têm por tema as atividades sexuais da mãe” (FREUD, 1910b, p.155). Nesse contexto, a busca por um objeto degradado corresponde a uma fixação das fantasias formadas pelo menino na puberdade: “são esforços para transpor a distância entre as duas correntes amorosas [a corrente afetiva e a corrente sensual], pelo menos em fantasia e, pela depreciação da mãe, adquiri-la como objeto de sensualidade” (FREUD, 1912, p. 167).

Após as entrevistas iniciais em que relatou um pouco de sua história, Thiago nos disse algo bastante impactante: “para roubar, só é preciso um pouco de inteligência e muito ódio”. Afirmou que a inteligência era necessária para calcular a distância entre o local do furto e uma delegacia, o tempo que a viatura demoraria para chegar... Quando questionado sobre o ódio, Thiago nos respondeu tal qual os adolescentes que conhecemos e faziam das ruas da cidade sua moradia: “sobre isso eu não quero falar”, que escutávamos como “sobre isso, não consigo falar” ou ainda “sobre isso, não suporto falar”.

Depois de mais alguns atendimentos nos quais o jovem sempre chegava dizendo que estava “tranquilo” e que não tinha o que falar, indicamos a Thiago que já possuíamos dados suficientes para fazer seu relatório (que seria enviado ao juiz após três meses de permanência do adolescente na instituição) e que ele não precisaria mais vir, a não ser que tivesse uma questão, uma pergunta sobre si mesmo que não conseguisse responder e que acreditasse que, falando conosco, poderia encontrar alguma resposta. Nesse momento, o jovem afirma, categórico: “mas eu tenho uma pergunta!!” e completa “por que eu roubo? Não consigo entender...”.

Nos atendimentos seguintes, na tentativa de decifrar o enigma que o devorava, Thiago nos fala sobre sua relação com o pai. Afirmo que tem muito ódio dele e que rouba porque seu passado lhe vem à cabeça, “eu estou em casa quieto e esses pensamentos começam a vir, eu preciso sair e fazer alguma coisa”. Passa, então, a relatar episódios de sua infância: conta que, certa vez, seu pai viu um furinho na calça jeans de sua irmã (Thiago tem uma irmã mais velha, filha apenas de sua mãe), começou a berrar com ela e arrastou-a até o quintal, rasgando toda sua roupa. Thiago diz que assistiu a tudo paralisado, chorando, e frisou que o quintal não tinha muros, era de

cerca, tendo sua irmã ficado exposta aos olhares de toda vizinhança. Em seguida, passa a relatar um episódio em que é ele próprio a vítima da violência de seu pai. Afirma que o genitor nunca o deixou brincar na rua com outras crianças, que o proibia de sair de casa e que o pai, pedreiro, costumava chegar em casa relativamente cedo, no final da tarde, em geral já embriagado. Num dia em que Thiago havia aproveitado a ausência do genitor para jogar futebol na casa do primo, seu vizinho, percebeu que o pai havia chegado em casa quando ouviu seus berros, chamando-o. O menino resolveu fingir que havia ido buscar água no poço – não havia água encanada na residência - e voltou com galões cheios e pesados. O pai, entretanto, percebeu a farsa do garoto ao observar seus pés, excessivamente sujos de terra. Thiago fala que seu pai apenas lhe ordenou que entrasse no banho, mas que, quando saiu, lhe bateu muito, de cinto, quando ainda estava nu.

Imediatamente após relatar estes dois marcantes episódios de sua infância, Thiago se refere ao assalto à loja de conveniência. Diz que na ocasião comportou-se de modo tão violento e cruel que o atendente da loja “ficou traumatizado”, precisando posteriormente realizar acompanhamento psicológico, fato que lhe foi informado no dia de sua audiência. A sequência narrativa do adolescente, ligando os dois momentos – sua infância e o ato infracional – nos levou a relacioná-los¹⁰. Em seus atos infracionais, Thiago era tão violento quanto o pai. Quando criança ficava perplexo, paralisado a olhar o horror a que era exposto. Mais tarde, quando jovem, toma a posição do pai, deixando o outro presente na cena “traumatizado”.

Em *Psicologia das massas e análise do eu*, Freud (1921) escreve sobre a identificação, mais remota expressão de um laço emocional, que funciona como um derivado da primeira fase da organização da libido, a fase oral, em que o objeto é assimilado pela ingestão, sendo dessa maneira aniquilado como tal: “o canibal, como sabemos, permaneceu nessa etapa; ele tem afeição devoradora por seus inimigos e só devora as pessoas de quem gosta” (FREUD, 1921, p. 134). Afirma também que a identificação desempenha um papel na história primitiva do complexo de Édipo, podendo tornar-se tanto expressão de ternura quanto um desejo de afastamento de alguém:

¹⁰ Em *O caso Dora*, Freud afirma que “na técnica da psicanálise existe uma regra de que uma conexão interna ainda não revelada se anuncia pela contiguidade, pela proximidade temporal entre as associações, exatamente como, na escrita, um *a* e um *b* postos lado a lado significam que se pretendeu formar com eles a sílaba *ab*” (FREUD, 1905[1901], p. 43-44).

suponhamos que uma menininha (e, no momento, nos ateremos a ela) desenvolve o mesmo penoso sintoma que sua mãe, a mesma tosse atormentadora, por exemplo. Isso pode ocorrer de diversas maneiras. A identificação pode provir do complexo de Édipo; nesse caso, significa um desejo hostil, por parte da menina, de tomar o lugar da mãe, e o sintoma expressa seu desejo objetual pelo pai, ocasionando realização, sob a influência do sentimento de culpa, de seu desejo de assumir o lugar da mãe: ‘você queria ser sua mãe e agora você a é – pelo menos, no que concerne a seus sofrimentos’ (FREUD, 1921, p. 134-135).

Na conferência intitulada *A dissecação da personalidade psíquica*, Freud assinala que o processo de identificação consiste em “assemelhar um eu a outro eu, em consequência do que o primeiro eu se comporta como o segundo, em determinados aspectos, imita-o e, em certo sentido, assimila-o dentro de si” (FREUD, 1933[1932], p. 82). Para exemplificar o processo, Freud nos remete ao que ocorre na melancolia, quando, diante da perda real ou emocional de um objeto amado, o eu se identifica a ele, introjetando suas características, motivo pelo qual o melancólico passa a depreciar cruelmente seu eu, isto é, a depreciação aplica-se, na verdade, ao objeto.

Para Freud, a melancolia nos mostra o eu dividido, separado em duas partes, “uma das quais vocifera contra a segunda. Esta segunda parte é aquela que foi alterada pela introjeção e contém o objeto perdido. Porém, a parte que se comporta tão cruelmente tampouco a desconhecemos, trata-se de uma instância crítica dentro do eu” (FREUD, 1921, p. 138).

Quando formula sua segunda tópica do aparelho psíquico, Freud (1923) descreve o supereu como instância psíquica que observa, julga e pune o eu, medindo-o de acordo com um ideal. O autor alerta-nos quanto à “severidade dessa instância e até mesmo sua crueldade” e observa que na “base do processo” de formação do supereu encontra-se a identificação: “a instalação do supereu pode ser classificada como exemplo bem sucedido de identificação com a instância parental” (FREUD, 1933[1932], p. 83). Ao final do complexo edípico, a criança deverá renunciar aos intensos investimentos objetais que depositou em seus pais, e, como compensação por essa perda, há uma intensificação das identificações aos pais, o que dá origem ao supereu. Por assumir o poder, a função e até mesmo os métodos utilizados pelos pais, Freud (1923) descreve o supereu como herdeiro das influências parentais:

se o pai for duro, violento e cruel, o supereu assume dele esses atributos, e, nas relações entre o eu e ele, a passividade que se imaginava ter sido recalcada é restabelecida. O supereu se tornou sádico e o eu se tornou masoquista, isto é, no fundo, passivo de uma maneira feminina. Uma grande necessidade de punição se desenvolve no eu, que em parte se oferece como vítima ao destino e em parte encontra satisfação nos maus-tratos que lhe são dados pelo supereu (isto é, no sentimento de culpa), pois toda punição é, em última análise, uma castração, e, como tal, realização da antiga atitude passiva para com o pai. Mesmo o Destino, em última instância, não passa de uma projeção tardia do pai (FREUD, 1928[1927], p. 213).

Freud observa que mesmo quando uma criança é educada de forma branda e afetuosa, tendo seus pais evitado ameaças e punições, seu supereu pode adquirir as características severas e inflexíveis citadas acima: “o supereu parece ter feito uma escolha unilateral e ter ficado apenas com a rigidez e severidade dos pais, com sua função proibidora e punitiva, ao passo que o cuidado carinhoso deles parece não ter sido assimilado e mantido” (FREUD, 1933[1932], p. 81). De acordo com o autor, isso ocorre porque quando o supereu foi instituído pela primeira vez, para equipar-se, fez uso da parcela de agressividade infantil dirigida contra os pais e que nunca chegou a ser descarregada “para fora” devido à fixação erótica (Freud, 1933[1932b]).

Em *O seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud*, Lacan (1953-54) assevera que o supereu age como uma lei insensata, destrutiva, oprimente, quase antilegal:

o supereu é, a um só tempo, a lei e sua destruição. Nisso, ele é a palavra mesma, o comando da lei, na medida em que dela não resta mais do que a raiz. A lei se reduz inteiramente a alguma coisa que não pode nem mesmo exprimir, como o Tu deves, que é uma palavra privada de todos os seus sentidos. É nesse sentido que o supereu acaba por se identificar àquilo que há somente de mais devastador, de mais fascinante, nas experiências primitivas do sujeito. Acaba por se identificar ao que chamo figura feroz, às figuras que podemos ligar aos traumatismos primitivos, sejam eles quais forem, que a criança sofreu. (...) vemos aí, encarnada, essa função da linguagem, nós a tocamos com o dedo na sua forma mais reduzida, reduzida a uma palavra cujo sentido e alcance, não somos nem mesmo capazes de definir, mas que a liga, entretanto, à comunidade humana. (LACAN, 1953-54, p. 123-124).

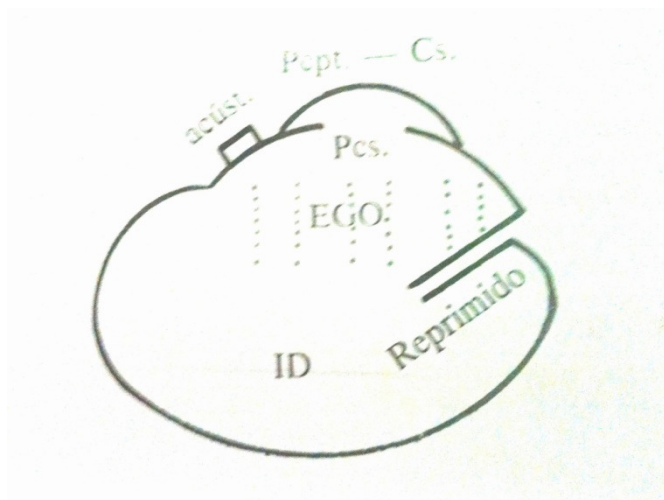
Vivès (2012) ilustra a constituição do supereu ao tomar o exemplo de uma criança pequena submetida aos gritos de raiva de seu pai:

o pai grita e a criança, amedrontada, sente-se acusada. A violência do urro será integrada pela criança não forçosamente sob a forma de uma fala, mas antes sob a de rugidos que distorcem palavras. O termo rugido certamente não se encontra aí por acaso e nele se pode ouvir ecoar o estertor do pai primitivo (VIVÈS, 2012, p. 49).

O supereu, portanto, não se constitui apenas pela introjeção de figuras parentais, mas também pela ruptura da interjeição, na qual o sentido veiculado por toda fala se vê

anulado pelo som cortante da vociferação parental. Diante desse supereu, o sujeito é confrontado com um sofrimento que é suportado sem a possibilidade de uma resposta, ocorrendo uma mortificação, é o que verificamos no caso de Thiago.

É interessante observar ainda que, embora Freud não designe a localização do supereu no primeiro esquema que faz para representar o aparelho psíquico na segunda tópica, comparando-o ao segundo esquema fornecido pelo autor, podemos depreender a relação entre o supereu e um ‘receptor acústico’.



Freud (1923)



Freud (1933[1932])

Durante algumas sessões, Thiago afirmou que precisava formar sua própria família, que essa era a única maneira de se salvar. E repetia insistentemente que sua vida só teria sentido quando tivesse um filho, pois acreditava que com seu filho poderia resgatar todos os erros cometidos por seu pai “eu nunca vou bater no meu filho, vou amá-lo”.

Após mais algum tempo, o jovem chegou para o atendimento bastante angustiado, às voltas com outra questão para a qual não obtinha resposta: “meu pai me ama ou não me ama?”. Disse que estava chateado pois não conseguia falar com o genitor já há algum tempo e passou a narrar a seguinte história: um dia ouviu sua mãe dizer que seu pai era casado com outra mulher antes de conhecê-la, que ele amava muito essa mulher e que ela estava grávida, esperando um filho deles. Thiago não soube justificar o motivo pelo qual seu pai se separou dessa mulher, assim como não tinha informações sobre o destino da criança – se morreu antes de nascer ou logo após o

nascimento. Fato é que faleceu e após o que ocorreu com o bebê, seu pai se separou da mulher amada e conheceu a mãe de Thiago, com quem veio a se casar. Nesse contexto, o adolescente passa a dizer que seu pai não gosta dele porque não o queria como filho, queria o outro, o que morreu, o filho da outra mulher. E acredita que seu pai passou a vida a castigá-lo por não ser o filho desejado, ao que passou a questionar, muito angustiado: “meu pai me ama ou não me ama?”.

O adolescente afirmou que não poderia confiar na palavra do pai, uma vez que se perguntasse a ele se o ama, o mesmo responderia afirmativamente, mas que tal poderia ser no intuito de não magoá-lo. E ficou perdido diante de tanta dúvida: “como ele pode dizer que me ama se sempre me bateu, me maltratou?”, “acho que meu pai não me ama como filho, mas como colega. Acho que ele gosta da minha companhia para ir ao bar, beber, falar *putaria*, zoar e depois cada um para o seu canto”, até que formula, ele mesmo espantado com o que vai dizer: “ou será que ele me ama me batendo?”. Na sequência de sua fala, Thiago passa a questionar se, caso tivesse obedecido a tudo que seu pai queria (nunca tivesse saído para brincar, por exemplo), se o genitor o amaria mais. Nesse contexto, passa a se perguntar até mesmo se fez por merecer todo o desamor com que acredita sempre ter sido tratado pelo pai.

Thiago sai da sessão tonto de tanto pensar. Como assinala Ribeiro (2003), o sujeito obsessivo é atormentado pela auto-recriminação sobre fatos aparentemente fúteis e irrelevantes, uma vez que o recalque incide sobre a representação do trauma e o afeto é deslocado para uma idéia substitutiva. Assim, a idéia obsessiva é correta no que tange ao afeto, mas falsa em decorrência do deslocamento e da substituição por analogia. O que está em jogo no caso da neurose obsessiva, Freud já havia enunciado em 1896, é o excesso de gozo que marca o encontro desse sujeito com o sexo, causando culpa e auto-recriminação:

as experiências sexuais da primeira infância têm na etiologia da neurose obsessiva a mesma importância que na histeria. Aqui, entretanto, não se trata mais de *passividade* sexual, mas de atos de agressão praticados com prazer e de participação prazerosa em atos sexuais, ou seja, trata-se de *atividade* sexual (FREUD, 1896, p.159).

Após os referidos atendimentos, dizemos a Thiago que vamos tentar falar com seu pai, verificar se ele poderia vir até a instituição para atendimento. O adolescente fica preocupado: “mas o que você vai falar com meu pai? Meu pai faz cena, faz teatro, ele vai fazer uma propaganda boa dele mesmo. Além disso, ele não tem dinheiro, vai vir

com o dinheiro da minha avó”. Respondemos a Thiago que era preciso implicar o pai dele no tratamento, convocá-lo, a mãe já não havia vindo diversas vezes na instituição? Sobre o dinheiro, dissemos ao adolescente para não se preocupar: os pais gastam dinheiro com os filhos e que, caso seu pai realmente não pudesse pagar, que seria possível fazer contato com a Secretaria de Assistência Social de seu município para que providenciassem o transporte. O adolescente aceita nossa intervenção.

Vale assinalar que até esse momento o pai de Thiago havia ido apenas uma vez ao CITUAD, ocasião em que chegou tão embriagado que foi impedido pelos agentes socioeducativos de entrar. Porém, ao invés de ir embora, o pai do adolescente dirigiu-se à comunidade localizada nos arredores da instituição e fez ainda mais uso de bebida alcoólica, retornando ao CITUAD mais alterado, insistindo para falar com o filho. Thiago assistiu tudo. Ficou muito constrangido, chegando a dizer para o pai “como você vacila, melhor não vir mais aqui”.

Entramos em contato telefônico com o pai do adolescente que, embora resida em Friburgo e possua um trabalho formal numa escola tradicional de sua cidade, aceita imediatamente o convite para atendimento numa terça-feira no horário comercial. Para nossa surpresa, no dia da visita, o pai do adolescente chega de táxi. Veio de táxi desde Friburgo, “gastou uma nota preta”, e o filho achando que ele não poderia “pagar pra vir”, “pagar pra ver”, “pagar pra vê-lo”.

Dono de um cabelo rastafári cheio de trancinhas, Rubens entra para entrevista nos pedindo para não demorar muito pois o táxi está lhe esperando e ele “pagará pelo tempo que demorar”. Thiago quis participar do atendimento. Dizemos ao pai do adolescente que atendemos seu filho há algum tempo e que gostaríamos de escutá-lo, saber de sua história, “quem é o Rubens, quem é o pai do Thiago e como é sua relação com o filho”.

Rubens nos conta que é filho único e que seu pai era muito severo, ficando em sua memória a lembrança das muitas surras que tomou. Aponta que começou a trabalhar cedo e faz questão de afirmar que, apesar de seus defeitos, “sempre foi trabalhador”. E relata a história que o filho tanto queria saber, mas nunca teve coragem de perguntar: diz que saiu de casa pela primeira vez ainda jovem, pois estava apaixonado por uma mulher e foi morar com ela. Aponta que sempre quis ser pai e que foi uma felicidade imensa quando soube que a esposa estava grávida. Porém, relata que a mãe da então companheira sempre foi contra o fato do casal ter ido morar junto sem ter se casado

formalmente e que, quando a moça ficou grávida, ficou desesperada, “tinha medo do que a mãe poderia fazer com ela”. Aconselhada por uma prima, a jovem grávida tomou vários remédios e chás com intenção de abortar, mas sem êxito. Entretanto, quando nasceu, a criança tinha tantos problemas de má formação que não sobreviveu mais que algumas horas, “era uma aberração”, nos disse Rubens, que só soube dos remédios e chás tomados pela esposa após o nascimento da criança. O pai de Thiago disse que não pôde perdoar a mulher por tamanha traição, pediu a ela que saísse de casa e sumisse da vida dele.

Algum tempo depois, Rubens conheceu a mãe de Thiago, que na época era casada com outro homem. Assinala que a ajudou muito, que ela era maltratada pelo ex-companheiro, que lhe batia e deixava faltar comida em casa. Disse que depois que foram morar juntos, ela logo engravidou de Thiago, o que o deixou bastante orgulhoso. Afirma que tiveram uma convivência tranquila, que durou quinze anos, “mas acabou”. Quando perguntamos por que acabou, Rubens nos diz que “não podia suportar aquela situação” e revela que a mulher o estava traindo dentro de casa com um amigo de Thiago, que toda a vizinhança estava comentando. Nesse momento, o adolescente interveio na narrativa do pai, tentou defender a mãe, “não, pai, o fulano foi muito depois”, ao que o genitor responde que já percebia a troca de olhares há muito tempo e que chegou um dia em que não aguentou mais, juntou suas coisas e foi embora.

Thiago nunca havia dito que o namorado da mãe, com quem ela pretende se casar, era um amigo seu, que tem a sua idade. Será que deriva deste fato as acusações que o jovem faz a seus colegas, dizendo que não existem amigos, que “tudo é interesse”?

Na semana seguinte ao atendimento de Rubens, Thiago completou três meses de internação no CITUAD, tendo sido encaminhado pelo juiz da Vara da Infância e Juventude de volta para o regime de semi-liberdade no CRIAAD de Friburgo. É importante ressaltar que o juiz nem ao menos ouviu o adolescente: baseado nos relatórios enviados pela equipe técnica da instituição, tomou sua decisão. Salientamos esse fato pois Thiago com frequência dizia que embora o CITUAD tivesse um regime de internação, se não pudesse voltar para casa, que preferia continuar internado a retornar para o CRIAAD, onde era tratado como um criminoso, onde todos se queixavam dele. Em contato telefônico com a psicóloga da instituição, esta confirmou a postura extremamente moralista da equipe de atendimento do local em que trabalhava.

Acreditamos que este caso, relatado de forma tão minuciosa, aponta a pertinência do psicanalista na instituição: longe de busca normatizar, recuperar, ressocializar, trata-se de verificar a que o sintoma está respondendo, que gozo o sintoma vem delimitar.

Como salienta Alberti (2010), o sujeito precisa ser movido em direção à produção dos significantes que o determinam, a fim de que possa tomar uma nova posição diante destes significantes que o marcaram, mas que não necessariamente precisam “cavalgá-lo” para sempre. No mesmo sentido, Guerra (2010) ressalta que é o trabalho sobre os pontos de identificação alienantes que permitirá ao sujeito reconhecer sua trama e utilizá-la a seu favor.

Neste contexto, a psicanálise pode entrar em jogo no campo da ação política como uma nova ferramenta, um novo saber, que não está no modelo da díade “problemas-soluções”, mas às voltas com um real em jogo e seus efeitos na civilização:

quando estamos nos propondo a pensar o caso e a política pública a partir da psicanálise, os pressupostos de (1) tratar o real pelo simbólico, ou o gozo pela linguagem, (2) de implicar o sujeito na sua queixa, (3) de responsabilizá-lo naquilo que ele fala, sofrem interferências que vão regular essas intervenções (GUERRA, 2010, p. 99).

3.7 Ruan e o real do corpo

A instituição em que atendemos Ruan, denominada Centro de Socioeducação Professor Gelso de Carvalho Amaral (CENSE-GCA), é a porta de entrada do Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro (DEGASE). É um local de internação cautelar em que os adolescentes acusados por prática de ato infracional, após oitiva do Ministério Público, aguardam a data de sua audiência com o juiz, ocasião em que serão julgados e que poderá ser determinado o cumprimento de alguma medida socioeducativa.

Ruan entra na sala de atendimento numa cadeira de rodas. O adolescente não fez qualquer demanda de atendimento, este faz parte da rotina institucional: todos os adolescentes devem passar por avaliação médica, odontológica e psicossocial – esta última é realizada ou pelo Psicólogo ou pelo Assistente Social em serviço. Aliás, é bastante comum, no DEGASE, a identificação de ambos, o que introduz um trabalho a

mais para o psicanalista que visa efetivamente a um trabalho clínico, o de delimitar seu campo de atuação junto à chefia dos serviços.

Mas o que ocorre nessa instituição que é porta de entrada é ainda mais complexo, porque essa primeira entrevista tem roteiro prévio: dizemos a Ruan que estamos ali para informá-lo se terá audiência, se será transferido, quais medidas socioeducativas o juiz pode lhe aplicar, como e onde elas serão cumpridas. Ao escrever sobre a função considerada do psicólogo pela instituição, percebemos o quanto esta se assemelha, nem mesmo à do assistente social e sim, à de um advogado: informar a seu cliente sobre seus direitos, sobre o que pode ou não lhe acontecer. É inegável que as informações supracitadas são fundamentais para o jovem, principalmente aquele que adentra o sistema socioeducativo pela primeira vez, isto é, que é alheio a seu modo de funcionamento e que muitas vezes chega assustado à instituição, sem saber qual será seu destino. Porém, por que elas precisam ser dadas pelo psicólogo? Por que não instituir junto ao procedimento de acolhimento/entrada, um momento onde o agente socioeducativo fornece essas informações ao jovem, ao invés de ser apenas “portador de más notícias” – já que o agente o insere na rotina institucional, lhe dando um uniforme e lhe explicando as regras da instituição -, ou ainda, “portador de nenhuma notícia”, o que deixa o adolescente ainda mais ansioso e angustiado, até o dia em que tem seu atendimento com o psicólogo... Talvez esta fosse uma forma de diminuir a distância e rivalidade existente entre adolescentes e agentes sócioeducativos, uma vez que para muitos adolescentes os agentes são quase “o inimigo”, uma vez que estão ali para “vigiá-los e puni-los”.

Conforme ressalta Martinho (2005), as instituições demandam que técnicos normalizadores ocupem funções valorizadas por reafirmarem uma ordem que funciona sobre o recalcamento da subjetividade e a maioria das pessoas acredita que o “profissional psi” irá influenciar, moralizar, estimular, aconselhar, levando o sujeito a se comportar bem. Entretanto, a ética da psicanálise, centrada no desejo e não no atendimento da demanda institucional, nos indica que trata-se de fazer operar uma escuta para promover o sujeito, na medida em que um sujeito o é porque fala, na medida em que é sua própria fala que tanto pode sustentar o sujeito como introduzir o possível de uma implicação em seu destino.

Enfim, dadas ao adolescente as explicações sobre sua medida socioeducativa, lhe dizemos que gostaríamos de escutá-lo, saber sua história. É curioso como, em geral,

os jovens ficam assustados diante dessa oferta: “como assim, o que você quer saber?”, perguntam logo, afirmando em seguida “estou aqui pelo 157”, “fui pego na boca”, “os policiais me forjaram”, etc...

Lacan (1959-60), em seu Seminário sobre a ética da psicanálise, ressalta que a transgressão tem uma relação sensível com o que está em jogo na interrogação ética do psicanalista, isto é, o sentido do desejo.

Dzu (2005), ao relatar seu trabalho como psicóloga judiciária, observa que muito frequentemente o sujeito chega à entrevista sem se dar conta do que o levou a cometer o ato criminoso, apresentando-se identificado pelo artigo do Código Penal que indica e sanciona sua transgressão, tendo uma posição passiva diante da pena que deve cumprir, restando calada a questão sobre o desejo, a significação subjetiva de seus atos e de seu processo penal. Entretanto, aponta que nas entrevistas com um psicanalista, o sujeito pode encontrar uma ocasião para falar de seu ato e, quem sabe, enunciar algo de sua implicação nele, algo de sua determinação simbólica: “pode acontecer o surgimento da divisão, pode acontecer a elaboração de uma demanda e de uma questão concernida ao sujeito, à cadeia significante que ele é e ao contexto discursivo que seu ato encerra” (DZU, 2005, p.209).

Ruan começa a nos falar de si explicando a história de seu ato infracional: havia ido na “boca” comprar maconha e, chegando lá, um amigo que lhe pediu para segurar uma arma e um radinho, pedido a que atendeu prontamente, no exato momento em que policiais invadiram o local. Ruan diz que jogou a arma e o radinho no chão e correu, porém foi acertado por três tiros na perna e um no boné, que inclusive chegou a cair de sua cabeça por este motivo.

Embora no dia do atendimento Ruan estivesse sem conseguir andar, sentado numa cadeira de rodas, o adolescente não reclamava de nada - sabia que poderia ter morrido. Afirmava reiteradamente que por pouco escapou da morte, repetindo sem cessar que a primeira coisa que iria fazer quando voltasse para casa era entrar para igreja, afinal, “está vivo por milagre”. Em seu texto “A ciência e a verdade”, Lacan nos ensina que “o religioso entrega a Deus a incumbência da causa, mas nisso corta seu próprio acesso à verdade” (LACAN, 1966, p. 887).

Pergunto a Ruan o que o médico lhe disse sobre sua perna, qual seu prognóstico. O jovem responde que o médico não lhe disse nada concreto, afirmando apenas que em

algum momento ele precisará fazer fisioterapia. Ruan acredita que voltará a andar logo e não levanta a hipótese de que poderá encontrar dificuldades para retomar essa atividade. Entretanto, a ferida aberta na perna do adolescente, a pingar sangue no chão da sala – o que ele mesmo me informa, preocupado com a sujeira que está causando, não com a gravidade de seu estado físico –, indica uma desimplicação do adolescente quanto à gravidade dos ferimentos sofridos, sendo esta também uma forma de não se responsabilizar pelo que lhe aconteceu.

Durante o atendimento, Ruan diz que às vezes fazia bicos na “boca” para conseguir dinheiro. Assim, embora numa primeira versão de sua história ele fosse “quase um inocente”, que apenas segurou a arma e o radinho do colega “na hora errada”, logo observamos que o colega não lhe pedia tal favor sem que houvesse um contexto.

De acordo com Alberti (1996), a passagem ao ato na adolescência denota algo que passou despercebido ao Outro, mesmo se, muitas vezes, o sujeito de outras maneiras tentou chamar atenção para isso.

Em *O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, Lacan (1964) ressalta que diante do ponto de falta vislumbrado no Outro, o sujeito pode se oferecer como objeto de perda. Assim, é ao testemunhar a falta-a-ser que os adolescentes se confrontam com o mundo no intuito de se livrarem do que não está bem em suas vidas.

Quando perguntamos a Ruan em que momento de sua vida ele começou a “fazer esses bicos na boca”, o adolescente fala um pouco de sua história. Relata que quando era ainda bebê, seus pais se separaram, tendo ficado decidido que seu irmão mais velho iria morar com a mãe e ele com o pai. Aponta que foi criado por sua avó paterna e por seu pai e que “tinha de tudo, era mimado, estudava em escola particular, fazia curso de inglês”. Porém, refere que quando fez onze anos de idade começou a pedir insistentemente para ir morar com sua mãe, pedido que foi aceito pela família paterna, tamanha sua insistência. Questiono o que o fez querer ir morar com a mãe, ao que Ruan começa a afirmar de modo veemente que “um filho tem o direito de ir morar com a mãe” e que sua avó paterna não lhe deixava fazer nada. Segundo Coutinho Jorge (2010), a insistência repetitiva de determinado elemento no discurso do sujeito pode consistir numa forma sofisticada de defesa denegatória em relação a seu oposto. Assim, não se trata de utilizar a partícula negativa, como na denegação trivial, mas da necessidade de

proliferar uma afirmação reiteradamente no sentido de escamotear com insistência sua ausência, ou seja, “trata-se de uma afirmação repetitiva vinda, tal como uma denegação, a serviço do recalque de seu oposto” (COUTINHO JORGE, 2010, p. 189). Foi o que pudemos observar no caso de Ruan, uma vez que, ao longo da entrevista, quando apontamos os constantes furos e incongruências no discurso do adolescente, este acaba dizendo: “é que quando eu tinha 9 anos, meu pai começou a namorar, logo depois se casou e foi para outra casa, eu tinha muitos ciúmes do meu pai”.

Nesse momento, observamos que foi algo relacionado à trama edípica que compareceu na demanda de Ruan de ir morar com a genitora. Demanda esta que, ao ser respondida, tanto pela mãe, quanto pela família paterna, sem averiguar o que havia por trás dela, acabou por levar o adolescente a uma série de atuações para chamar atenção da família para o que lhe ocorria, para o desamparo diante do qual se viu jogado quando seu pai se casou.

Na sequência de sua fala, Ruan passa a relatar o que ocorreu em sua vida após a ida para casa da mãe: ele, que sempre havia estudado em colégio particular e nunca repetido de ano, passou a estudar numa escola pública e nunca mais passou de ano. Deixou o curso de inglês. Iniciou consumo de maconha e outras drogas. Na favela, local em que sua mãe mora, passou logo a conhecer todo mundo, fazendo amizade com os garotos da boca e trabalhando esporadicamente com eles. Diante de tantas perdas enumeradas pelo adolescente, nos ocorre de lhe dizer: “é, parece que ir morar com sua mãe foi um tiro no pé”. Imediatamente, as lágrimas começam a escorrer do rosto de Ruan, silenciosamente, mas sem parar. Parece que ele reconheceu ali algo da sua própria verdade, verdade esta que ele imprimiu no real do corpo no momento de seu encontro com a polícia.

De acordo com Martinho (2005), antes que o sintoma seja transformado em enigma, faz parte da vida do sujeito, algo com o qual ele se acostumou, podendo ser considerado como um signo: aquilo que representa alguma coisa para alguém. Quando esse sintoma é transformado em questão, aparece como a própria expressão da divisão do sujeito. Assim, para esta autora, o lugar do psicanalista na instituição é o de provocar os sujeitos para que eles elaborem, produzam um saber deles próprios, mesmo que este saber seja apenas a perplexidade, pois isso já é suficiente para que o sujeito elabore alguma coisa.

Para Dzu (2005), se há um saber articulado no inconsciente, advir à posição que produz significantes fundamentais de sua história, de sua constelação simbólica, já é responsabilizar-se pelo gozo que moveu o ato criminoso - em nosso caso, o ato infracional - haja vista que o termo responsabilidade recebe sua origem do latim *respondere*: responder diante de um Outro.

É fundamental, portanto, operar uma escuta, porque esta poderá implicar um outro que fala. Sem este elemento, não há medida socioeducativa ou mesmo punitiva que atinja seu objetivo. É nesse sentido que Lacan (1959-60) não cessou de afirmar que a psicanálise não é um idealismo e que sua ética não tem como visada o Bem Supremo. Ela é orientada pela ética do Bem-dizer, apontando a falácia de querer-o-bem-do-sujeito, já que este, constituído a partir do real, resiste a qualquer tentativa de pastoral apregoada pela moral.

Este foi nosso único encontro com Ruan. No dia seguinte ele foi transferido para uma unidade do Departamento de Ações Sócio-Educativas na cidade de Barra Mansa, onde sua família reside. Entramos em contato com a equipe técnica desta unidade de forma a indicar a pertinência de que os atendimentos psicológicos ao adolescente tivessem continuidade, mas não sabemos se tal ocorreu. A importância da continuidade aos atendimentos de Ruan justifica-se nas palavras do próprio Lacan (1959-60), que nos indica que quando o sujeito diz algo sobre si mesmo pode se dar conta do que lhe move:

é a partir do momento em que falamos de nossa vontade, ou de nosso entendimento, como faculdades distintas que temos pré-consciência, e que somos capazes, com efeito, de articular num discurso algo desse palavrorio pelo qual nos articulamos em nós mesmos, justificamo-nos, racionalizamos para nós mesmos, em tal ou tal circunstância, o encaminhamento de nosso desejo (LACAN, 1959-60, p. 78).

3.8 Wallace: que lugar para o sujeito adolescente nas instituições públicas de Assistência Social?

A Secretaria de Assistência Social do município de Niterói conta com um serviço denominado “Rota”, que faz parte do trabalho do setor de atendimento à população em situação de rua. O objetivo da “Rota” é que profissionais da Assistência (psicólogos, assistentes sociais, educadores) percorram as ruas da cidade, a fim de conhecer as pessoas que fazem destas sua moradia. A “Rota” também se responsabiliza por verificar a veracidade das denúncias feitas ao setor (que vão desde maus-tratos

sofridos por pessoas em situação de rua até o incômodo que estas mesmas pessoas podem estar causando aos transeuntes), tomando as providências necessárias.

Foi ao percorrer as ruas da cidade com a equipe de educadores da Rota que conhecemos Wallace, um adolescente de dezessete anos que parecia portar em sua carne a dor que o dilacerava, da qual não suportava falar, mas que, sem dúvida, o movia. Quando o conhecemos, já era ostomizado. Ou seja, fora submetido a uma cirurgia que exteriorizou a alça intestinal, de modo que suas fezes eram recolhidas por uma bolsa também externa. Ao mesmo tempo em que Wallace estava sempre a carregar suspensa na barriga essa bolsa com suas fezes, se recusava a ir para o abrigo. Ele dizia que a suposta ajuda oferecida pela equipe de educadores sociais (banho, comida, encaminhamento para o médico, abrigo) não lhe seria útil pois não estava precisando de nada; e chegava a falar, não sem um certo ar de deboche, que sua mãe residia numa comunidade ‘logo ali’ e que ele morava na rua porque gostava mesmo, já que ia na casa dela todos os dias tomar banho, comer e beber, ressaltando, inclusive, que a mesma tinha uma geladeira cheia de “guaravita e danone”(sic).

O corpo de Wallace, porém, denunciava sua farsa. Magro, visivelmente sujo, a exalar forte odor devido a ostomia, deixava claro que o adolescente não se lavava na casa de ninguém, nem tampouco comia e bebia à vontade. Tratava-se de uma fabulação, tal qual a relatada por Freud (1913) no texto *Duas mentiras contadas por crianças*, quando uma menina, ao cedo descobrir que seu pai não correspondia a seu ideal (uma vez que tinha problemas financeiros e portanto não era tão poderoso ou distinto quanto ela imaginara), mente para os colegas dizendo que seu pai pode comprar sorvete todos os dias.

Como residia nas ruas da cidade, Wallace não tinha condições nem para higienizar adequadamente a bolsa onde eram depositadas suas fezes, nem para comprá-la com a devida periodicidade. Assim, diante de uma incontinência intestinal e da ausência de cuidados necessários à sua saúde, não raro encontrávamos este adolescente desesperado em frente a alguma farmácia da cidade a pedir dinheiro àqueles que passavam no intuito de trocar sua bolsa e evitar infecções. Para provar que não estava mentindo, Wallace chegava a levantar sua blusa, expondo ao outro semelhante o estado precário em que se encontrava seu corpo.

Quando a equipe de educadores sociais encontrava o adolescente em situações como essa, Wallace dizia que não queria ser levado ao hospital, mas apenas trocar sua

bolsa; pedido que era imediatamente acolhido pela equipe de educadores, que chegava a “tirar dinheiro do próprio bolso” para “ajudar o jovem”. Entretanto, “ser solidário” com Wallace demandava muito menos trabalho que chegar com um adolescente negro, sujo, fedendo, em alguma instituição pública de saúde, onde seriam necessárias longas horas de espera até o momento do atendimento, após o qual, ainda ficaria a pergunta: “e agora José, quem vai se responsabilizar por ele?”.

Esporadicamente, o governo do Estado realizava em conjunto com a prefeitura operações denominadas Araribóia, nas quais os adolescentes eram literalmente recolhidos das ruas e encaminhados aos abrigos municipais. Nessas ocasiões, Wallace passava apenas minutos no abrigo, de onde logo pulava o muro. Algumas vezes chegamos a receber do oficial de justiça da criança e do adolescente, mandatos de busca e apreensão deste jovem, que fugia também do CRIAD – unidade do Departamento de Ações Sócio-Educativas, onde adolescentes em conflito com a lei cumprem medidas de semi-liberdade. Wallace, porém, nunca nos contou nada sobre qualquer ato infracional que tenha cometido.

O caso de Wallace evidencia que as instituições por onde passava não eram capazes de acolhê-lo. Quando conhecemos o adolescente e fomos confrontados com seu discurso segundo o qual era bem cuidado pela mãe – o que logo soubemos ser uma fabulação – pudemos identificar nele uma grande dimensão de apelo ao Outro social. A própria fabulação já o denunciava: Wallace só dizia que ia diariamente à casa da mãe e era por ela cuidado porque assim criava a situação por ele almejada; mas havia também as cenas diante das farmácias e outras situações em que Wallace era pura demanda ao Outro, demanda para que fosse cuidado. Não somente os educadores da equipe da Rota respondiam imediatamente a toda essa demanda, como também os transeuntes e, como veremos, um casal que praticamente adotou Wallace durante um período. Sabemos, entretanto, que a resposta à demanda muitas vezes alimenta os sintomas (estejam eles inscritos em seu próprio corpo ou no corpo social), como também deixa o sujeito sem respostas, nesse caso, deixando Wallace literalmente à deriva, porque no fundo, havia também a contrapartida que ninguém queria, na realidade, uma verdadeira proximidade com o adolescente em função do que ele presentificava enquanto corpo.

Houve surpresa quando, certa vez, vimos Wallace entrar espontaneamente em nosso setor. Estava acompanhado de uma família que o socorreu quando passava mal na rua e que o havia levado a um hospital onde foi operado, dando fim a seu problema

intestinal. Ou seja, a partir daquele momento, Wallace não necessitava mais da bolsa pela qual mendigava em frente às farmácias. Após alta hospitalar, o adolescente foi levado à Assistência Social do município, onde iríamos recebê-lo. Nesta ocasião, Wallace estava visivelmente sensibilizado pelos cuidados que havia recebido da família que o amparou “quando estava quase morrendo”, como disse ele, que também repetia sem cessar que foram lhe visitar todos os dias, “não falharam um”, fala que denotava seu assombro diante da presença de um outro que parecia realmente se importar com ele. Esta família havia ainda prometido ao jovem um emprego logo que ele estivesse totalmente recuperado. Sendo assim, Wallace dizia que desta vez estava tendo uma chance de mudar e, pela primeira vez, relatou sua história.

Morava com a mãe, o padrasto e uma irmã mais nova, fruto da união do padrasto com sua genitora. Em determinado dia, sua mãe sai de casa dizendo que vai procurar emprego no Rio de Janeiro e nunca mais volta. Após algumas semanas, o padrasto diz a ele, que então contava com quatorze anos, que não poderia mais morar naquela casa, que o dinheiro mal dava para sustentar a própria filha. Wallace relata sua peregrinação pela casa dos parentes próximos solicitando comida e abrigo, diz que algumas vezes até recebeu o que pedia, mas que foi cobrado: “jogavam na minha cara que estavam fazendo favor”. Neste contexto, ele fala que houve um dia em que, já sem mais saber o que fazer, desesperado, chorou sentado na calçada, ao que foi amparado por um integrante do tráfico que o acolheu, lhe prometendo aquilo que sua família não vinha sendo capaz de lhe dar. Wallace, então, torna-se soldado do tráfico, até que é atingido por uma bala no intestino durante um tiroteio. Ostomizado, já não servia mais para aquele trabalho, passando então a residir nas ruas da cidade.

Alberti (1996) assinala que é somente quando o sujeito consegue falar daquilo que lhe é insuportável é que pode dar conta do quanto ainda vive. Lacadée (2011) ressalta que para se orientar num trabalho com adolescentes é importante estar atento ao seu esforço de tradução da Coisa inominável, do real insuportável com o qual os jovens têm que se haver. Entretanto, no dia em que foi capaz de significantizar sua história, até então indizível para esse adolescente, tanto que mentia, Wallace já havia completado dezoito anos. Por esse motivo, foi encaminhado ao abrigo municipal destinado a adultos. De lá foi expulso no mesmo dia, quando, no período da noite, um educador o viu usando droga dentro da instituição. A equipe técnica não foi consultada sobre a decisão do educador em expulsar o jovem, só soube do ocorrido no dia seguinte, quando

não havia mais o que fazer¹¹. Neste contexto, nos perguntamos: que dimensão é dada ao sujeito, àquele que fala, nos dispositivos da Assistência Social?

Logo na introdução de seu livro *O adolescente e o Outro*, Alberti (2004) assinala que muitas vezes contatamos, em relação a nossos adolescentes brasileiros, muito mais um desejo de morte do que de vida, o que exemplifica citando a chacina da Candelária, ocorrida na década de 1990 no Rio de Janeiro. Para a autora, tal decorre do fato do sujeito adolescente questionar, furando as certezas sobre as quais o mundo dos adultos se engana, como diz Freud (1933[1932c]) em sua carta a Einstein.

Os educadores do abrigo acreditam que Wallace sabia das regras e, portanto, “não queria ficar lá” ou que esse adolescente “não sabe aproveitar as oportunidades que a vida lhe dá”. Porém, a psicanálise está aí para nos lembrar a existência da pulsão de morte, um ponto de gozo que faz a miséria do sujeito e o atrai para o sofrimento masoquista. Nessa perspectiva, Alberti (1996) assinala que algumas vezes as condições morais chegam a impedir toda ação do sujeito, levando-o a uma inibição que o impede de modificar seu futuro.

É, então, diante de semelhante contexto, que mais uma vez ressaltamos a orientação fornecida por Freud (1914) acerca da importância do mestre, do Outro social, que deve exercer sobre o jovem uma influência mantenedora da vida, especialmente no momento de se separarem de seus pais e suas famílias, quando a vida pulsional irrompe de maneira inesperada.

Em *O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente*, Lacan (1957-58) afirma que para apreender o que é o desejo inconsciente na descoberta freudiana, é preciso observar que o desejo só aparece na consciência sob a forma de uma máscara. Indica ainda que a anomalia do desejo aponta para a relação do sujeito não apenas com as finalidades ou objetivos da vida, mas também para o que está além dela. Nesse sentido, orienta aos analistas que se resguardem de ceder à inclinação, à armadilha de induzir o paciente por um certo número de petições de princípio, isto é, “na idéia de que possa ser dada a seu estado uma solução derradeira, que finalmente lhe permita tornar-se, digamos a palavra, idêntico a um objeto qualquer”(LACAN, 1957-58, p. 335).

¹¹ Vale assinalar que Wallace não poderia ter sido expulso dessa maneira do abrigo para adolescentes. Considerando que o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) preconiza que pessoas até 18 anos de idade devem ter seus direitos vistos como prioridade pelo poder público – evitando quaisquer situações que impliquem risco social e negligência – e que este jovem efetivamente não tinha para onde ir, não poderia simplesmente “ter sido jogado no olho da rua”.

Assim, independente de quando e como a pulsão de morte se manifeste, importa para os analistas persistirem na sustentação do desejo, na arte de fazer falar os sujeitos, na reconstrução de nossas instituições em uma infinita tarefa de apostar na função da cultura em instrumentalizar o princípio do prazer (Alberti e Pollo, 2005).

3.9 A carta roubada e a adolescência: o sujeito em questão

O inconsciente é um saber que se revela por meio das palavras. Cabe, portanto, ao analista que se encontra inserido num contexto de trabalho institucional fazer falar os sujeitos, pois esta é a única via de permitir-lhes “tomar as rédeas” de seu destino, ao invés de serem “vividos por ele”. A esse respeito, Mehri (2007) assinala que quando não é possível se comunicar com palavras, passa-se à ação, o que fica evidente quando estamos usando uma língua estrangeira e nos falta uma determinada palavra: fazemos gestos até que sejamos compreendidos. A autora salienta ainda que quando o sujeito não tem suas palavras reconhecidas, só duas coisas podem ocorrer: ou se cai de cena objetificado, mortificado, ou surge a violência, numa tentativa atroz de sobreviver ao massacre: “ou eu” ou “o outro”.

Nessa perspectiva, podemos pensar que tanto Thiago, quanto Ruan e Wallace – jovens cujos fragmentos clínicos apresentamos nesse capítulo – estavam a encenar o que não conseguiam dizer, isto é, tal qual nos aponta Lacan em *O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente*, “o sintoma é alguma coisa que fala, que se articula. O sintoma, portanto, vai no sentido do reconhecimento do desejo” (LACAN, 1957-1958, p.338).

Thiago, após ouvir da mãe que gostaria que ele completasse dezoito anos para que saísse de casa e a deixasse viver a própria vida, interpreta a frase da genitora. Acredita que sua mãe estava dizendo que desejava ter mais liberdade sexual com o namorado e que sua presença limitava a vida sexual dela, o que lhe é insuportável. O adolescente se muda, então, para a casa do pai e se envolve efetivamente com o tráfico, passando a ser “pego” com frequência pela polícia. Ruan, que morava com a avó paterna e o pai, após o casamento e consequente saída de casa deste, passa a implorar para morar na casa da mãe e, ao que seu pedido é atendido, abandona os estudos, passa a usar drogas, a “fazer bicos” na boca. Wallace, que foi abandonado pela mãe – que saiu

de casa dizendo que iria procurar trabalho no Rio de Janeiro e nunca mais voltou – e expulso de casa pelo padrasto, viu como única saída para seus impasses ir trabalhar no tráfico e, após ser descartado também por este, uma vez que ao ser atingido por uma bala perdida precisou ser ostomizado, passou a residir nas ruas, onde fazia constantes apelos aos transeuntes, que para ele representavam o Outro Social.

O ato de tomar a palavra que se deu a partir de uma escuta permitiu a estes adolescentes falar sobre suas histórias, primeira brecha para que pudessem, ao longo dos atendimentos, se localizar subjetivamente nelas e se responsabilizar por seus atos. No entanto, a burocracia dos serviços públicos aliada a uma ética moralista por parte das instituições algumas vezes impediu a continuidade do trabalho, o que reforça ainda mais a pertinência do fazer do psicanalista na instituição a fim de presentificar algo da ordem do desejo. Vale assinalar que a forma como as instituições pelas quais passamos – seja o abrigo, o setor de atendimento à população em situação de rua ou as unidades de cumprimento de medidas socioeducativas – lidam com seu público alvo, ou seja, adolescentes, nos remete à leitura de Lacan (1955) sobre o papel da polícia em O Seminário sobre “A carta roubada”. Neste, Lacan retoma um conto de Edgar Allan Poe, cujo título é o mesmo de seu Seminário, para nos indicar, através da estrutura do conto, algo que diz da estrutura do sujeito.

Retomemos de forma muitíssimo condensada o conto de Poe, que se passa em duas cenas: uma primitiva e outra que pode ser considerada sua repetição. Na primeira cena, que se passa na alcova real, um personagem que ao que tudo indica trata-se da Rainha, recebe uma carta que a deixa embaraçada - principalmente quando outro personagem, o Rei, entra no local - visto que o conteúdo da carta poderia colocar em xeque sua honra e segurança. Neste contexto, a Rainha não pôde fazer nada melhor que jogar com a desatenção do Rei, deixando a carta sobre a mesa, como se ela nada representasse. O ministro, porém, que segundo o narrador do conto tinha “olhos de lince”, percebe a manobra da Rainha e então tira do bolso uma carta cujo aspecto se assemelhava ao da carta que estava à sua vista e, fingindo lê-la, a coloca ao lado desta, para em seguida apossar-se da carta embaraçante, despedindo-se sem que a Rainha, que nada perdera da manobra do ministro, pudesse intervir, por medo de despertar a atenção do cônjuge, que estava ao seu lado.

A segunda cena passa-se no gabinete do ministro. À pedido da Rainha, a polícia comparece frequentemente à casa do ministro sempre que ele se ausenta com objetivo

de encontrar a carta roubada. Porém, apesar de vasculhar cada cômodo, cada objeto, nada é encontrado. O inspetor de polícia procura então Dupin, que de acordo com o narrador do conto, possui um talento especial para resolver enigmas. Dupin faz uma visita ao ministro que o recebe com uma displicência ostensiva. Mas Dupin, a quem esse fingimento não engana, com os olhos protegidos por óculos verdes, inspeciona o recinto. Quando seu olhar recai sobre um bilhete esgarçado que parece abandonado no vão de um medíocre porta-cartas de cartolina, ele já sabe que está diante do que procura. Sua convicção é fortalecida pelos próprios detalhes, que parecem forjados para contrariar a descrição que ele tem da carta roubada. A partir daí, só lhe resta retirar-se depois de haver “esquecido” sua tabaqueira sobre a mesa, de modo a voltar no dia seguinte para buscá-la, munido de uma contrafação que simule o atual aspecto da carta. Deste modo, no dia seguinte, Dupin apodera-se da carta, substituindo-a por um simulacro.

Ao fazer uma análise do conto, é possível observar que Dupin, ao receber a demanda do inspetor de polícia, escuta a história sobre a carta que deve recuperar e somente consegue encontrá-la por ser capaz de perceber a lógica pela qual opera o ministro: deixar descoberto o que é para esconder. Também o analista, ao receber uma demanda, deve escutar o sujeito para ser capaz de perceber a lógica pela qual seu inconsciente opera, lógica que se desvenda por meio da ambiguidade das palavras, que deixam a descoberto o que é para esconder. Do contrário, ocorre o que aconteceu à polícia no conto de Poe: vasculha-se cada milímetro, sem nada encontrar. A esse respeito, vale assinalar que tanto nas instituições de cumprimento de medidas socioeducativas quanto nas de Assistência Social é comum encontrarmos profissionais (sejam eles da equipe técnica ou não) obrigando os adolescentes a responder longos questionários – cujas perguntas vão desde o número de irmãos, idade deles e seus respectivos nomes, até o que fazem em seus momentos de lazer e se utilizam métodos contraceptivos em suas relações sexuais - que não trazem qualquer contribuição para suas vidas.

Ao retomar o conto de Poe, Lacan (1955) aponta que o diálogo entre o inspetor de polícia e Dupin desenrola-se como o diálogo entre um surdo e alguém que ouve e que, preservando-se apenas o sentido de exposição do diálogo, evidencia-se que sua verossimilhança joga com a garantia de exatidão:

Tudo é feito para nos induzir à noção da imbecilidade do personagem [inspetor de polícia]. E ela é vigorosamente articulada pelo fato de ele e seus acólitos jamais conceberem, para esconder um objeto, nada que ultrapasse o que um malandro comum poderia imaginar, isto é, precisamente a série por demais conhecida dos esconderijos extraordinários que nos é passada em revista – desde gavetas dissimuladas da escrivaninha até o tampo desmontável da mesa, dos forros descozidos dos assentos até seus pés ocos, das chapas por trás do estanho dos espelhos até a espessura da encadernação dos livros (LACAN, 1955, p.24).

Assim, quando Poe afirma que a polícia não encontrou a carta embora tenha procurado por TODA a casa, quer dizer que a carta não foi encontrada no campo que a polícia presumia encontrar a carta. Dupin pôde encontrar a carta no mesmo local onde a polícia não havia achado nada, por estar voltado a outro referencial. Deste modo, a carta roubada, do mesmo modo que o sujeito, aparece para em seguida desaparecer, estando e não estando, ao mesmo tempo, onde estiver, onde quer que vá: “(não) podemos dizer da carta/letra roubada que, à semelhança de outros objetos, ela deva estar ou não estar em algum lugar, mas sim que, diferentemente deles, ela estará e não estará onde estiver, onde quer que vá” (LACAN, 1955, p. 27). Da mesma forma, o que podemos desejar obter enquanto psicanalistas no trabalho nas instituições é que o sujeito seja ouvido como convém, no momento em que fala, “pois seria estranho que só déssemos ouvidos à idéia daquilo que o desvia, no momento em que ele é simplesmente uma presa da verdade” (LACAN, 1955, p. 48).

CONCLUSÃO

Na psicanálise de Freud com Lacan, a adolescência é marcada por um encontro com o sexo e com a falta no Outro. O encontro com o sexo não pode ser reduzido à relação sexual propriamente dita, se referindo ao encontro do jovem com as questões sobre a assunção de um posicionamento na partilha dos sexos, isto é, constituir-se enquanto homem ou mulher, posicionando-se frente à castração: se na infância era possível acreditar que o encontro com o Outro sexo tinha a possibilidade de ser harmônico, o sujeito adolescente se depara com o fato de que há mais desencontros como o outro sexo que encontros, e que mesmo estes são sempre faltosos.

A falta no Outro relaciona-se ao furo no saber do sujeito que ocorre na adolescência: o jovem já não pode mais atribuir uma posição idealizada a seus pais, ou seja, não é mais possível fechar os olhos à insuficiência deles, o que dá início a um longo trabalho de elaboração que culmina no desligamento da autoridade parental (cf. Alberti, 2004). Assim, se a criança quer ser como o pai, cujas falhas ela não pode verificar, surge um momento, perfeitamente observado por Freud (1909[1908]), em que os pais já não aparecem mais como os melhores do mundo: pouco antes do início da puberdade, a criança começa a ser capaz de contabilizar as falhas dos pais e assim substituí-los por pessoas que julgam ser de melhor condição nos romances imaginativos.

Nesse momento em que os ideais se quebram e o sujeito perde as referências sólidas às quais estava atrelado, é confrontado com a libido, com o corpo em sua dimensão pulsional, o que o leva a cuidar e/ou maltratar seu corpo em intensidade variável, diretamente vinculada à sua história pessoal e à capacidade de seu entorno em lhe oferecer os limites necessários para refrear o gozo que o invade (Lacadée, 2011).

Alberti (2004) salienta que a dificuldade da adolescência depende da ferocidade do supereu – formado a partir da incorporação dos pais que se dá através da identificação com eles na infância – que, quanto mais terrível, tanto maiores as dificuldades do sujeito.

Nesse contexto, se, num primeiro momento, enxergávamos um abismo a separar as adolescentes atendidas por Freud na Viena da virada para o século XX – Dora e a jovem homossexual – dos jovens que encontrávamos em nossa prática institucional – meninos em cumprimento de medidas socioeducativas ou que faziam das ruas da cidade

sua moradia –, ao escutar estes, pudemos descobrir que, em ambos os casos, os sujeitos se encontravam às voltas com as mesmas questões: a reatualização do drama edípico, as desilusões e incompletudes que escancaram a inexistência da relação sexual. Entretanto, Dora e a jovem homossexual, ao se depararem com o real que irrompe no encontro com a castração, encontram em seus contextos, no Outro, pontos de apoio, referências simbólicas que as ajudaram a responder à pergunta que se impôs: “quem sou eu, agora?”. Ao passo que, no caso dos adolescentes que habitam as periferias da cidade, muitas vezes falta quem lhes possa transmitir os indicativos e direções necessárias para que possam fazer escolhas de vida menos mortíferas: é o que atestam nossos fragmentos clínicos. Wallace, que foi abandonado pela mãe e em seguida expulso de casa pelo padrasto, viu como única saída para seus impasses trabalhar no tráfico. Após ser descartado também por este, ao ser atingido por uma bala perdida que o levou a ser ostomizado, passou a residir nas ruas da cidade. Ruan, que morava com a avó paterna e o pai, após o casamento e conseqüente saída de casa deste, passa a implorar para morar na casa da mãe. Quando seu pedido é atendido, abandona os estudos, passa a usar drogas e “fazer bicos na boca”. Thiago, ao ouvir da mãe que gostaria que ele completasse logo dezoito anos para que saísse de casa e a deixasse viver a própria vida, interpreta a frase da genitora. Acredita que ela desejava ter mais liberdade sexual com o namorado, o que se mostra insuportável e o leva a se mudar para a casa do pai, ocasião em que se envolve efetivamente com o tráfico e passa a ser “pego” com frequência pela polícia.

Em sua *Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia*, Lacan (1950) afirma que não é possível captar a realidade do crime sem referi-lo ao simbolismo que se inscreve nas estruturas radicais que a linguagem transmite inconscientemente e cujas formas coordenam-se na sociedade. Também assevera as tensões criminosas incluídas na situação familiar só se tornam patogênicas nas sociedades onde essa própria situação se desintegra.

Sendo o inconsciente um saber que se revela por meio das palavras, cabe ao analista que se encontra inserido num contexto de trabalho institucional fazer falar os sujeitos, pois esta é a única via de permitir-lhes “tomar as rédeas” de seu destino, ao invés de serem vividos por ele. A esse respeito, Mehri (2007) assinala que quando não é possível se comunicar com palavras, passa-se à ação, o que fica evidente quando estamos usando uma língua estrangeira e nos falta uma determinada palavra: fazemos

gestos até que sejamos compreendidos. A autora salienta que quando o sujeito não tem suas palavras reconhecidas, só duas coisas podem ocorrer: ou se cai da cena objetificado, mortificado, ou surge a violência, numa tentativa atroz de sobreviver ao massacre: “ou eu” ou “o outro”.

Para Guerra *et al* (2012), diante de fenômenos característicos da puberdade – o esfacelamento da imagem, a impossibilidade de dizer das mudanças físicas e afetivas e do real que irrompe com o encontro com a castração – o saber do crime pode ser pensado como um Outro que garante uma resposta e uma inscrição no laço social: “o Outro do crime prometeria uma resposta ao furo da estrutura, pois ofereceria um sistema normativo e regulador, ainda que não dialetizável, que funcionaria como contorno ao real em jogo na puberdade” (GUERRA *et al*, 2012, p. 259). Em *Moisés e o monoteísmo*, Freud assinala que na massa humana existe uma poderosa necessidade de uma autoridade que possa ser admirada, perante quem nos curvemos, “por quem sejamos dirigidos e até maltratados” (FREUD, 1939[1934-38]). Aponta, então, que essa necessidade das massas corresponde a um anseio pelo pai que é sentido por todos, a partir do final da infância, quando o pai deixa de ser aquele herói idealizado.

No texto *Contribuições para uma discussão acerca do suicídio*, já em 1910, Freud nos alertava sobre a necessidade de fornecer aos jovens o desejo de viver, apoio e amparo numa época da vida em que as condições de seu desenvolvimento os compelem a afrouxar seus vínculos com a casa dos pais e da família.

Em nosso país, no entanto, conforme ressalta Alberti (2004), muitas vezes constatamos, em relação aos adolescentes, muito mais um desejo de morte do que de vida, afirmação que a autora justifica citando a chacina da Candelária, ocorrida em 1993 no Rio de Janeiro: “só um desejo se mostrou eficiente: o de que eles não existisse mais” (ALBERTI, 2004, p. 8). Também no início do presente ano, notícias estarrecedoras envolvendo a juventude, mais especificamente a que habita as periferias das cidades, estamparam capas dos principais veículos de comunicação do país: no Rio de Janeiro, um jovem negro, supostamente acusado de estar praticando pequenos furtos num bairro da zona sul da cidade, foi espancado e acorrentado nu pelo pescoço a um poste (Folha de SP, 04/02/14); em São Paulo, encontros marcados por centenas de jovens da periferia em *shoppings centers* – popularmente denominados *rolezinhos* – se depararam com o fechamento dos estabelecimentos comerciais e com a repressão do aparato policial (O Globo, 14/01/14).

Alberti e Pollo (2005) ressaltam que o lugar de objeto de gozo do Outro que algumas crianças e adolescentes ocupam é comprovado pela forma como são tratados: a mesma sociedade que os gerou, considera-os objeto de vergonha social e institui milícias destinadas a acabar com eles. Na mesma perspectiva, ao teorizar sobre os jovens que vivem nos subúrbios, Lacadée (2011) nos alerta para o risco de que esses adolescentes se vejam aprisionados na nomeação predicativa do discurso do mestre, que afirma, tal qual certo ministro francês, que “não são jovens, são a escória, pivetes”, ou ainda “não os chamo jovens, mas delinquentes”, pois uma vez nomeados com essa ponta de desprezo paternalista, os próprios jovens podem violentamente tomar consciência da imagem que o Outro faz dele, o que não é sem consequência para suas existências: “qualificado como não jovem, lhe retira a quota de humanidade, o reduz a um objeto, uma mancha a ser limpa, um dejetivo a ser evacuado, o que implica a lógica de fazer desaparecer” (Lacadée, 2011).

Nesse contexto, dar voz aos jovens, mais especificamente àqueles que se encontram absolutamente desassistidos durante suas travessias adolescentes, mostra-se extremamente importante. A realidade em que vive grande parte dos jovens envolvidos com o tráfico de drogas é tão séria e grave que o próprio discurso – inclusive o jurídico – procura minimizá-la, senão recalca-la ou até mesmo foracluí-la. Como observa Petracco (2007), nos tornamos incapazes de enxergar cada um dos atores deste trágico cenário em suas historicidades, singularidades. O que pudemos compreender com o trabalho que realizamos nas instituições públicas é que, apenas nos dispendo a escutar cada um desses jovens, na singularidade dos casos, que se pode efetivamente tentar fazer alguma coisa. Eis onde identificamos a função do psicanalista que trabalha na instituição: escutar o adolescente, sem jamais deixar de levar em conta seu contexto, o mundo em que vive, o que, no que tange aos jovens, é ainda mais importante, dado o fato de que ele depende, inclusive juridicamente, desse mundo.

É nesse sentido que Lacan (1959-60) não cessou de afirmar que a psicanálise é orientada pela ética do Bem-dizer, apontando a falácia de querer-o-bem-do-sujeito, já que este, constituído a partir do real, resiste a qualquer tentativa de pastoral apregoada pela moral. Longe de buscar normatizar, recuperar, ressocializar, trata-se de verificar a que o sintoma do sujeito está respondendo, que gozo o sintoma vem delimitar.

Como salienta Alberti (2010), o sujeito precisa ser movido em direção à produção dos significantes que o determinam, a fim de que possa tomar uma nova

posição diante destes significantes que o marcaram, mas que não necessariamente precisam “cavalgá-lo” para sempre. No mesmo sentido, Guerra (2010) ressalta que é o trabalho sobre os pontos de identificação alienantes que permitirá ao sujeito reconhecer sua trama e utilizá-la a seu favor. *Wo es war soll ich werden*, já dizia Freud (1923).

Por fim, é importante destacar que esta pesquisa ressignificou nossa práxis: passamos de uma posição impotente à constatação de um impossível que se refere à ordem capitalista e à organização atual das políticas públicas em nosso país. Pudemos nos responsabilizar pelo nosso trabalho, dando a dimensão devida a nossas intervenções, antes muitas vezes consideradas insignificantes diante de uma conjuntura estrutural desfavorável.

Num próximo trabalho, pretendemos continuar a estudar o trabalho possível para o psicanalista na instituição, mais especificamente nas Varas de Família e da Infância e Juventude nos Tribunais de Justiça, onde exercemos nossa prática atualmente. Diante da impossibilidade do real se reduzir ao ordenamento jurídico, vimos observando processos que tramitam por anos sem solução, apontando, talvez, onde o psicanalista pode encontrar refúgio: ao visar o sujeito, rompe com uma prática simplesmente pericial, cuja contribuição é fornecida primordialmente ao sistema jurídico/burocrático e muito pouco àquele que busca na Justiça uma solução para suas dificuldades. Eis onde se esboça um desejo para o doutorado.

Referências Bibliográficas

- ALBERTI, S. (1996). *Esse sujeito adolescente*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- _____ (2000). Psicanálise: a última flor da medicina. In: ALBERTI, S.; ELIA, L. (Orgs). *Clínica e pesquisa em psicanálise*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, p. 37-55.
- _____ (2004). *O adolescente e o Outro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____ (2010). Psicanálise e discurso: a clínica no campo social. In: GUERRA, A.; MOREIRA, J. (Orgs.). *A psicanálise nas instituições públicas*. Curitiba: CRV, p.19-25.
- ALBERTI, S.; POLLO, V. (2005). Adolescência e criminalidade. In: *Marraio, n.10: desenvolvimento, estrutura e gozo III*. Rios Ambiciosos, FCCL, p.25-54.
- AMBERTÍN, M. (2009). *As vozes do supereu: na clínica psicanalítica e no mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Cia de Freud.
- ÂNGELO, D. (2007). Do horror e miséria ao bom e belo. In: BASTOS, R.; ÂNGELO, D. & COLNAGO, V. *Adolescência, violência e lei*. Rio de Janeiro: Cia de Freud; Vitória: Escola Lacaniana de Psicanálise, p. 25-38.
- APOLINÁRIO, C. (2006). Acting out e passagem ao ato: entre o ato e a enunciação. In: *Marraio, n.11: os desafios da clínica*. Rios Ambiciosos, FCCL, p. 71-80.
- BRASIL. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal 8.069/1990.
- BRASIL. (2012). *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo*. Lei Federal 12.564/2012.
- CEPERJ. (2012). *Apostila do Curso de Formação oferecido aos servidores concursados do DEGASE*.
- CORDEIRO, N. (2007). *A gula do supereu*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, IP/UFRJ, Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, 2007.

COSTA-MOURA, F. (2008). Função ética do erotismo e adolescência. In: ALBERTI (Org.). *A sexualidade na aurora do século XXI*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, p. 111-123.

COUTINHO JORGE, M. (2010). *Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan – vol.2 – a clínica da fantasia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

DZU, R. (2005). Discurso jurídico e discurso analítico: sobre a responsabilidade do sujeito e as penas alternativas. In: MELLO DE LIMA, M.; ALTOÉ, S. (Orgs.). *Psicanálise, Clínica e Instituição*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, p. 198-214.

FOLHA DE SÃO PAULO (2006). Fação criminosa PCC foi criada em 1993. Disponível em: <http://www.1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95ul121460.shtm>
Acesso em: 27/06/2014.

FOLHA DE SÃO PAULO (2014). Adolescente é agredido a pauladas e acorrentado nu a poste no Rio. Acesso em 29/09/2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/02/1407239-adolescente-e-agredido-a-pauladas-e-acorrentado-nu-a-poste-na-zona-sul-do-rio.shtml>

FREUD, S. (1895). Projeto para uma psicologia científica. In: *Obras completas ESB*. Rio de Janeiro: Imago, 1970.

_____ (1896). Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa. In: *Obras completas ESB*. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

_____ (1900). A interpretação dos sonhos. In: *Obras completas ESB*. Rio de Janeiro: Imago, 1970.

_____ (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: *Obras completas ESB*. Rio de Janeiro: Imago, 1970.

_____ (1905[1901]). Fragmento da análise de um caso de histeria. In: *Obras completas ESB*. Rio de Janeiro: Imago, 1970.

_____ (1909[1908]). Romances familiares. In: *Obras completas ESB*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

_____ (1910). Contribuições para uma discussão acerca do suicídio. In: *Obras completas ESB*. Rio de Janeiro: Imago, 1970.

_____ (1910b). Um tipo especial de escolha de objeto feita pelos homens. In: *Obras completas ESB*. Rio de Janeiro: Imago, 1970.

_____ (1912). Sobre a tendência universal à depreciação na esfera do amor. In: *Obras completas ESB*. Rio de Janeiro: Imago, 1970.

_____ (1913). Totem e tabu. In: *Obras completas ESB*. Rio de Janeiro: Imago, 1970.

_____ (1913b). Duas mentiras contadas por crianças. In: *Obras completas ESB*. Rio de Janeiro: Imago, 1970.

_____ (1914). Sobre o narcisismo: uma introdução. In: *Obras completas ESB*. Rio de Janeiro: Imago, 1970.

_____ (1914b). Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar. In: *Obras completas ESB*. Rio de Janeiro: Imago, 1970.

_____ (1915). A pulsão e suas vicissitudes. In: *Obras completas ESB*. Rio de Janeiro: Imago, 1970.

_____ (1916). Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho analítico. In: *Obras completas ESB*. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

_____ (1917[1915]). Luto e melancolia. In: *Obras completas ESB*. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

_____ (1918[1914]). História de uma neurose infantil. In: *Obras completas ESB*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

_____ (1918[1917]). O tabu da virgindade. In: *Obras completas ESB*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

_____ (1919). Bate-se numa criança. In: *Obras completas ESB*. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

_____ (1920). Além do princípio do prazer. In: *O homem dos lobos e outros textos*. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

_____ (1920a). A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher. In: *Obras completas ESB*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

_____ (1921). Psicologia de grupo e análise do eu. In: *Obras completas ESB*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

_____ (1923). O eu e o isso. In: *Obras completas ESB*. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

_____ (1924). O problema econômico do masoquismo. In: *Obras completas ESB*. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

_____ (1924). A dissolução do Complexo de Édipo. In: *Obras completas ESB*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

_____ (1925). Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In: *Obras completas ESB*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

_____ (1925a). Prefácio a juventude desorientada de Aichhorn. In: *Obras completas ESB*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

_____ (1928[1927]). Dostoievski e o parricídio. In: *Obras completas ESB*. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

_____ (1930[1929]). O mal-estar na civilização. In: *Obras completas ESB*. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

_____ (1933[1932]). Conferência XXXI – A dissecação da personalidade psíquica. In: *Obras completas ESB*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

_____ (1933[1932b]). Angústia e vida pulsional. In: *Obras completas ESB*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

_____ (1933[1932c]). Por que a guerra? Carta de Freud a Einstein. In: *Obras completas ESB*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

_____ (1939[1934-38]). Moisés e o Monoteísmo. In: *Obras completas ESB*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

GENET, J. (1958). A criança criminosa. In: Adolescência, violência e lei. In: BASTOS, R.; ÂNGELO, D. & COLNAGO, V. *Adolescência, violência e lei*. Rio de Janeiro: Cia de Freud; Vitória: Escola Lacaniana de Psicanálise, 2007, p. 13-22.

GUERRA, A. (2010). Quando um crime surpreende o sujeito: a psicanálise na política de defesa social. In: GUERRA, A.; MOREIRA, J. (Orgs). *A psicanálise nas instituições públicas*. Curitiba: Editora CRV, p. 91-106.

GUERRA, A.; MOREIRA, J.; LIMA, N.; POMPEO, B.; SOARES, C.; CARVALHO, L.; PECHIR, N. (2010). Construindo ideias sobre a juventude envolvida com a criminalidade violenta. In: *Estudos e Pesquisas em Psicologia* (Online), UERJ, ano 10, n.2, p.434-456.

GUERRA, A.; SOARES, C.; PINHEIRO, M.; LIMA, N.. (2012) Violência urbana, criminalidade e tráfico de drogas: uma discussão psicanalítica acerca da adolescência. In: *Psicologia em Revista* (Online), v.18, n.2, p.247-263.

JULIEN, P. (2000). *Abandonarás teu pai e tua mãe*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

LACADÉE, P. (2011). *O despertar e o exílio – ensinamentos psicanalíticos da mais delicada das transições*. Rio de Janeiro: Contracapa.

LACAN, J. (1949). O estágio do espelho como formador da função do eu. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____ (1950). Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____ (1952). O mito individual do neurótico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____ (1953). Função e campo da fala e da linguagem. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____ (1953-1954). *O Seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

_____ (1955). O Seminário sobre “A carta roubada”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____ (1954-1955). *O Seminário, livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2 ed., 2010.

_____ (1955-56). *O Seminário, livro 3: as psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____ (1956-57). *O Seminário, livro 4: a relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

_____ (1957-58). *O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____ (1959-60). *O Seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____ (1960). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____ (1964). *O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____ (1965-66). A ciência e a verdade. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____ (1969). Nota sobre a criança. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LAURENT, É. (2007). *A sociedade do sintoma – a psicanálise hoje*. Rio de Janeiro: Contra Capa.

MARTINHO, M. (2005). O sujeito e o laço social: que lugar para o psicanalista fora do consultório? In: MELLO DE LIMA, M.; ALTOÉ, S. (Orgs.). *Psicanálise, Clínica e Instituição*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, p 184-197.

_____ (2011). Perversão: um fazer gozar. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, IP/UERJ. Programa de Pós Graduação em Psicanálise. Disponível em: http://www.pgpsa.uerj.br/Teses/2011/Tese%20M_Helena.pdf

MEHRI, L. (2007). A lógica dos atos infracionais. In: BASTOS, R.; ÂNGELO, D. & COLNAGO, V. *Adolescência, violência e lei*. Rio de Janeiro: Cia de Freud; Vitória: Escola Lacaniana de Psicanálise, p.49-60.

NOMINÉ, B. (2001). A adolescência ou a queda do anjo. In: *Marraio, n. 1: da infância à adolescência*. Rios Ambiciosos/FCCL, 2001.

O GLOBO (2014). Conheça a história dos ‘rolezinhos’ em São Paulo. Acesso em 29/09/14. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/01/conheca-historia-dos-rolezinhos-em-sao-paulo.html>

PALOMBINI, A. (2010). Por uma ética da clínica, aposta nos que resistem. In: GUERRA, A.; MOREIRA, J. (Orgs.). *A psicanálise nas instituições públicas*. Curitiba: CRV, p.119-127.

PETRACCO, M. (2007). A Psicanálise e o adolescente em conflito com a lei: um diálogo possível? Trabalho de Conclusão do terceiro ano de Formação pelo Centro de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre, sob a orientação de Denise Costa Hausen. Disponível:<http://www.ufrgs.br/faced/pesquisa/nupeeevs/A%20Psican%C3%A1lise%20e%20o%20adolescente%20em%20conflito%20com%20a%20lei.pdf> (Acesso em 27/8/2014).

RIBEIRO, M. (2003). *A neurose obsessiva*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

RINALDI, D. (1996). *A ética da diferença*. Rio de Janeiro: EdUERJ: Jorge Zahar.

SADALA, Glória. O sexo e o mal-estar na adolescência. In: ALBERTI, Sonia (Org.). *A sexualidade na aurora do século XXI*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, p. 125-130.

SOLER, C. (2005). *O que Lacan dizia das mulheres*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____ (2007). *O inconsciente a céu aberto da psicose*. Rio de Janeiro: Zahar.

VENTURA, Z. (1994). *A cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 17ªed.

VIDAL, P. (2005). Freud e a nostalgia do pai. In: BERNARDES, A. (Org.). *10XFreud*. Niterói: Azougue Editorial.

VIEIRA, M. (2008). *Restos: uma introdução lacaniana ao objeto da psicanálise*. Rio de Janeiro: Contra Capa.

VIVÈS, J. (2012). *A voz na clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Contra Capa.

Filmes e canções

BARRETO, B. *Última parada 174*, 2008.

BONDANZKY, L. *As melhores coisas do mundo*, 2010.

REZENDE, S. *Salve Geral*, 2009.

RUSSO, R. Faroeste Caboclo. In: *Que país é este?* [CD]. EMI, 1987.

SAMPAIO, R. *Faroeste Caboclo*, 2013.